

Camila Sá Pericolo

**EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE:  
HISTÓRIA DE UMA DISCIPLINA NO CURSO DE PEDAGOGIA  
DA UDESC**

Dissertação de Mestrado  
apresentada ao Programa de Pós-  
graduação em Educação Científica  
e Tecnológica da Universidade  
Federal de Santa Catarina, como  
parte dos requisitos necessários à  
obtenção do título de Mestre em  
Educação Científica e Tecnológica.  
Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Néli Suzana  
Britto

Florianópolis  
2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Pericolo, Camila Sá  
EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE : HISTÓRIA DE UMA  
DISCIPLINA NO CURSO DE PEDAGOGIA DA UDESC / Camila  
Sá Pericolo ; orientadora, Néli Suzana Britto, 2018.  
116 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de  
Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação,  
Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e  
Tecnológica, Florianópolis, 2018.

Inclui referências.

1. Educação Científica e Tecnológica. 2. Currículo.  
3. Ensino de Ciências. 4. Sexualidade. 5. Gênero.  
I. Suzana Britto, Néli. II. Universidade Federal de  
Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Educação  
Científica e Tecnológica. III. Título.

Camila Sá Perícolo

**Educação e sexualidade: história de uma disciplina no curso de pedagogia da UDESC**


Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de Mestre (a) e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-graduação em Educação Científica e Tecnológica.

Florianópolis, 05 de novembro de 2018.

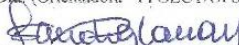


Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cláudia Regina Flores  
Coordenadora do curso

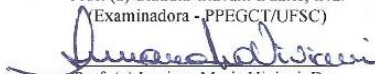
**Banca Examinadora:**



Prof. (a) Néli Suzana Quadros Britto,  
Dra. (Orientadora - PPGECT/UFSC)



Prof. (a) Cláudia Glavam Duarte, Dra.  
(Examinadora - PPEGCT/UFSC)



Prof. (a) Luciana Maria Viviani, Dra.  
(Examinadora - USP)

Prof. (a) Carolina Orquiza Chertem, Dra.  
(Examinadora Suplente - UFSC)

Prof. (a) Patricia Guerrero, Dra.  
(Examinadora Suplente - UFSC)



Dedico a todas/os professoras/es,  
que estejamos juntas/os na  
caminhada por saberes legitimados  
em nossos processos formativo.



## AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todas/os que de formas diversas estiveram envolvidas/os no processo e desenvolvimento desta pesquisa, início os agradecimentos a minha orientadora de maneira especial:

À professora Dra. Néli Suzana Britto, pela acolhida desde que nossos caminhos se cruzaram, muito obrigada pela confiança e dedicação em acompanhar toda minha caminhada, me orientando e realizando críticas que me auxiliaram a voar mais alto e desejar seguir este processo formativo.

Ao meu amor Ramiro Festugato, pela paciência, amor e incentivo nos estudos.

À minha mãe Raquel por seu amor incondicional e sua maneira positiva de me incentivar durante esta pesquisa. Ao meu padrasto Bruno, incentivador e apoiador de minhas ideias.

As professoras Luciana Viviani e Cláudia Glavam, por aceitarem participar da minha banca de defesa da dissertação.

As amigas e colegas que ajudaram nos momentos difíceis, escutando e acolhendo a fim de que todas as dúvidas e angústias fossem transformadas em aprendizados ao longo deste período formativo, minha gratidão especial as amigas “irmãs” de orientação Leila Paiter, Lubna Peixer e Laura Bosco.

As colegas pelas risadas e momentos alegres: Marianne Marimon, Larissa Zanella, Mayara Barros e Iara Mares.

À CAPES, pois o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) Código de Financiamento 001.

Muito obrigada!





## Desejo um Mundo de Educação

que privilegie o acesso ao conhecimento a  
todas as pessoas  
que a cor da pele não seja motivo para nada  
além de atributos que as valorize  
que a compreensão seja gentil e que brote de  
forma espontânea  
que as especificidades sejam respeitadas com  
empatia  
que a ciência e a religião não sejam usadas  
para justificar imposições  
que os discursos emanem amor a partir de  
pressupostos equânimes  
que saberes e conhecimentos não sejam  
usados para nos amedrontar  
que nossa resistência na docência nos permita  
romper com as amarras moralistas e  
conservadoras  
que nossos corpos sejam livres e que a  
liberdade seja respeitada!

(Camila Sá Pericolo, 2018)



## RESUMO

Existem múltiplos fatores que fizeram ao decorrer de muitos anos dar contornos, caminhos e muitos limites nos conhecimentos construídos ligados a corpo, sexualidade e gênero, é possível citar algumas barreiras que, conseqüentemente alimentaram pré-conceitos, como: a religião, o moralismo, o cientificismo e a biologização desses conhecimentos, os quais aparecem e permanecem nos traços ainda muito fortes nessa temática. A pesquisa em tela objetiva investigar sobre a história da disciplina Educação, Gênero e Sexualidade no curso de Pedagogia da UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina. No entanto é possível perceber nitidamente que as abordagens sobre sexo e sexualidade, ficam a cargo da disciplina de Ciências na Educação Básica, essa é realmente uma tradição histórica curricular atribuída a disciplina, as quais ficam mascaradas pelo conteúdo “reprodução humana”, que suscitam ou silenciam discussões sobre corpo, gênero e sexualidade. É então sobre o território do Ensino de Ciências que esta pesquisa teve seu início, pois, neste caminho as vertentes, tanto mais ligadas a Ciência/Biologia como as que compreendem a construção histórica-social da sexualidade se entrelaçam direta e indiretamente com a questão de gênero. Com o intuito de compreender a forte ligação que há entre Educação, Educação Sexual e o Ensino do corpo no Ensino de Ciências, faço um entrelaçamento de diálogos que historicizam o entendimento da constituição e consolidação da disciplina acadêmica no currículo do curso de Pedagogia da UDESC, como também a caminhada da inserção institucional dos conhecimentos sexuais, segundo os dados encontrados nos documentos internos e externos da instituição em foco. Assim como pelos dados advindos das/dos docentes que tiveram participação direta ou indireta na história da disciplina. A sistematização e a reflexão foi organizada em blocos analíticos a fim de responder as questões que nortearam esta pesquisa, culminando com um roteiro de entrevistas realizadas com docentes envolvidos a fim de analisar também fontes orais que contam esta história.

**Palavras-chave:** Currículo; Ensino de Ciências; Corpo; Sexualidade; Gênero.



## ABSTRACT

There are many factors that can shape, build paths and limited the knowledge built upon body, sexuality, and gender. It is possible to mention some of the barriers that, consequently, fed preconceptions such as religion, moralism, scientism and the "biologization" of that knowledge, which appear and remain powerful in this subject. This study intends to investigate the history of Education, Gender and Sexuality in the Pedagogy course at UDESC - State University of Santa Catarina. However, it is possible to see clearly that the approaches to sex and sexuality are in charge of the discipline of Sciences in Basic Education, there is a historical curricular tradition attributed to discipline, which is masked by the content "human reproduction", that raise or silences discussions about body, gender, and sexuality. This research begins in the territory of Science Teaching that, in the paths that are related more closely to Science / Biology and also those that comprise the historical-social construction of sexuality, tangle directly and indirectly with the question of genre. In order to understand the strong connection between Education, Sexual Education and the Teaching of the body in Science Teaching, I present an entangled of dialogues that historicize the understanding of the constitution and consolidation of the academic discipline in the curriculum of the UDESC Pedagogy course, as well as the institutional insertion of sexual education, according to data found in the internal and external documents of the institution in focus. As well as by the data coming from the teachers who had direct or indirect participation in the history of the discipline. The systematization and reflection were organized in analytical blocks in order to answer the questions that guided this research, culminating in a script of interviews with teachers involved in order to analyze oral sources that tell this story.

**Keywords:** Curriculum; Teaching of Sciences; Body; Sexuality; Gender.



## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - .....	52
QUADRO 2 - .....	53
QUADRO 3 - .....	57





## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ABRADES – Associação Brasileira de Educação Sexual  
AIDS – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida  
BNCC - Base Nacional Comum Curricular  
CENP – Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas  
CESEX – Centro de Estudos sobre a Sexualidade  
CONSEPE – Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão  
DCNs – Diretrizes Curriculares Nacionais  
DST – Doenças Sexualmente Transmissíveis  
EPB – Estudos de Problemas Brasileiros  
EDUGEN – Educação, , Gênero e Sexualidade (disciplina)  
EDUSEX - Grupo de Estudos e Formação de Educadores e Educação Sexual  
FAED – Centro de Ciências Humanas e da Educação  
GTPOS – Grupo de Trabalho e Pesquisa em Orientação Educacional  
LDB – Lei de Diretrizes e Bases  
MEC – Ministério da Educação  
NES – Núcleo de Estudos da Sexualidade  
PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais  
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional  
PNE – Plano Nacional de Educação  
PPI – Projeto Político Institucional  
PPP – Projeto Político Pedagógico  
PT – Partido dos Trabalhadores  
PUCRS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul  
TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido  
UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina  
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas  
VD – Voz Docente



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO 1 - APROXIMANDO O FOCO DA PESQUISA: ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE SEXUALIDADE, GÊNERO E EDUCAÇÃO SEXUAL .....</b>	<b>19</b>
1.1 COMPREENDENDO OS TERMOS EDUCAÇÃO SEXUAL, ORIENTAÇÃO SEXUAL E EDUCAÇÃO PARA SEXUALIDADE.....	24
<b>CAPITULO 2 – PANORAMA TEMPORAL: DIÁLOGOS HISTÓRICOS .....</b>	<b>29</b>
2.1 O ENSINO DE CIÊNCIAS NO BRASIL: PROCURANDO ENTENDER O LUGAR DA BIOLOGIA DENTRO DOS CURSOS DE PEDAGOGIA .....	29
2.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CONHECIMENTO SEXUAL.....	33
<b>CAPITULO 3 – ESTUDO DAS DISCIPLINAS ACADÊMICAS: UM MODO DE OLHAR SUAS HISTÓRIAS .....</b>	<b>43</b>
3.1 O ENTRELAÇAMENTO ENTRE DOCUMENTOS INTERNOS E EXTERNOS: TECENDO A HISTÓRIA DE UMA DISCIPLINA .....	45
3.1.1 O curso de pedagogia na UDESC: uma relação entre documentos internos .....	46
3.1.2 As disciplinas ligadas à educação, gênero e sexualidade: analisando planos de ensino, compreendendo sua história.....	50
3.2 OUTROS FATORES INTERNOS QUE DIALOGAM COM A HISTÓRIA .....	59
3.2.1 As primeiras influências sobre as temáticas da sexualidade no currículo e a importante trajetória do Núcleo de Estudos da Sexualidade	59
3.2.2 Documentos institucionais da UDESC .....	62
3.3 ANÁLISE DE DOCUMENTOS EXTERNOS: A INSERÇÃO DO GÊNERO E DA SEXUALIDADE.....	64
<b>CAPÍTULO 4 - DOCUMENTOS INTERNOS E EXTERNOS E O ENTRELAÇAMENTO COM FONTES ORAIS – TECENDO A HISTÓRIA DA DISCIPLINA .....</b>	<b>71</b>
4.1 A HISTÓRIA DE UMA DISCIPLINA PELAS VOZES DOCENTES .....	74
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>85</b>

<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>89</b>
<b>ANEXO A - CURRÍCULO APROVADO PELA RESOLUÇÃO 016/85 - CONSEPE .....</b>	<b>97</b>
<b>ANEXO B - PROCESSO Nº 454/93 .....</b>	<b>98</b>
<b>ANEXO C - PLANO DE ENSINO DISCIPLINA EDUCAÇÃO SEXUAL NA INFÂNCIA - 2012 .....</b>	<b>101</b>
<b>ANEXO D - PLANO DE ENSINO DISCIPLINA EDUCAÇÃO, GÊNERO E SEXUALIDADE - 2013 .....</b>	<b>105</b>
<b>ANEXO E - PLANO DE ENSINO DISCIPLINA EDUCAÇÃO, GÊNERO E SEXUALIDADE - 2017 .....</b>	<b>107</b>
<b>ANEXO F - PLANO DE ENSINO DISCIPLINA BIOLOGIA EDUCACIONAL - 2012.....</b>	<b>111</b>
<b>ANEXO G - PLANO DE ENSINO DISCIPLINA DIVERSIFICAÇÃO E APROFUNDAMENTO DE ESTUDOS EM FAMÍLIAS, GÊNERO E VIOLÊNCIAS - 2016 .....</b>	<b>114</b>

## INTRODUÇÃO

As temáticas ligadas a corpo, gênero e sexualidades são bastante abrangentes, envolvendo questões relacionadas a movimentos sociais e feministas, desigualdade de gênero, diversidade sexual e corpo, entendido nesta perspectiva não só com seu fim em marcas biológicas, mas culturalmente produzido. A temática é também provocativa no sentido de desacomodar estruturas alicerçadas por tabus socialmente construídos com relação a masculinidades e feminilidades, seguem-se muitos paradigmas no campo educacional a serem desconstruídos e que ao longo do tempo foram tensionados por delimitações disciplinares intrinsecamente ligadas as áreas de conhecimento das Ciências Biológicas, acompanhados de fatores externos e internos ligados ao currículo.

Para Louro (2003), o currículo que oculta alguns sujeitos e “fala” de outros, perpassa por uma espécie de garantia da negação onde, para manter uma norma, dá-se preferência ao silenciamento.

Há relevância em analisar diversos documentos oficiais que trouxeram mudanças no âmbito da formação docente e foram marcados por demandas que indicaram reelaborações curriculares. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9394/96, também será analisada, destaco o artigo nº. 62 como um dos pontos de partida:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos 5 (cinco) primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade normal. (BRASIL, 1996)

Sendo a formação mínima para docentes na obrigatoriedade de estudos em nível superior, a Lei nº 9.394 de 1996 provocou nos cursos de formação uma grande preocupação em atender não só estudantes egressos do Ensino Médio, mas também aqueles que por via legal necessitaram buscar formação em complementação ao curso de magistério. Existe a necessidade de analisar a trajetória tanto da constituição do curso de pedagogia, como também a busca da compreensão sobre a consolidação de suas bases disciplinares. As

disciplinas acadêmicas são o cerne desta pesquisa, que por conta de reformas educacionais traçadas em determinados momentos históricos/políticos, convergiram para o desenho de uma identidade própria do curso de Pedagogia da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), onde lançarei meu olhar.

O tema da pesquisa foi aos poucos sendo instigado de modo bastante pessoal, e a aproximação surgiu durante minha atuação como tutora do curso de Pedagogia a Distância na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Foi então a disciplina Educação e Sexualidade a principal propulsora para que esta pesquisa pudesse ser pensada. Foram três anos (2013-2015) participando de estudos e do trabalho pedagógico nas disciplinas de Educação e Sexualidade que, são obrigatórias na referida instituição, tendo também disciplinas optativas ligadas ao tema no decorrer do curso.

Estas disciplinas me despertaram inúmeros questionamentos com relação ao currículo de formação de professores e também pelo fato de que em minha formação em Pedagogia (PUCRS)<sup>1</sup> não foram contempladas disciplinas ou mesmo discussões incluindo temáticas de sexualidade ou gênero, sendo assim um tema silenciado. A discussão apesar de estar há alguns anos embasada em documentos oficiais, necessita avançar internamente nas instituições de ensino superior e escolares.

O curso de Pedagogia da UDESC (UDESC, 2010) tem como objetivo formar docentes para atuar prioritariamente nas modalidades Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. É pertinente na discussão deste currículo, um entre os seis objetivos específicos prescritos no Projeto Político Pedagógico (PPP) do curso, o qual se preocupa em:

Assegurar ao futuro docente o entendimento da escola como um espaço de cruzamento de culturas e saberes, estimulando a consciência acerca da diversidade, alteridade e das diferenças de natureza étnico-racial, **de gênero**, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais (físicas, cognitivas, emocionais e afetivas), **escolhas sexuais**, entre outras. (UDESC, 2010, grifo da autora).

---

<sup>1</sup> Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

A estrutura curricular da instituição postula três eixos norteadores, sendo o primeiro eixo intitulado: Educação, Cultura e Sociedade, no qual encontra-se a disciplina – Educação, Gênero e Sexualidade (UDESC, 2010). Podemos notar que na nomenclatura da disciplina foi acrescido o termo gênero que, no decorrer deste trabalho, serão expostos os motivos de sua inserção.

Podemos identificar nas Diretrizes para a formação de professores/as, da Educação Básica (BRASIL, 2001), documento que também contribuirá nesta pesquisa, o indicativo para a inserção do docente em um debate mais amplo que envolve questões culturais, sociais e econômicas. Estão dispostos neste documento a necessária contextualização dos conteúdos de demanda social atual. Dentre as questões pontuadas recorro a sexualidade, pois analisando o currículo da instituição já citada é possível visualizar que esta questão social ganha destaque como disciplina no currículo de formação docente (BRASIL, 2001).

Ao visualizar as Diretrizes Curriculares Nacionais - DCNs (BRASIL, 2001), percebe-se muitos indicativos de demandas atuais que o professor necessita se aproximar. Por sua vez, pressuponho que os currículos que se organizam com disciplinas que visam suscitar e discutir sexualidade e gênero na busca de uma maior compreensão sobre diferentes abordagens na educação contemporânea fazem um movimento educacional importante, que viabiliza e abre um espaço fundamental na construção de conhecimentos.

Para Goodson (2007), “O currículo como prescrição sustenta místicas importantes sobre estado, escolarização e sociedade”, as mudanças para o autor devem caminhar na direção de “aprendizagens narrativas de gerenciamento de vida” (p.242). Em consonância com o autor e refletindo sobre os documentos acima citados, posso estabelecer algumas relações entre currículos, pois são essas reflexões que auxiliam na compreensão da estruturação curricular do curso de Pedagogia – UDESC e principalmente os processos de constituição e consolidação da disciplina em foco.

No intuito de compreender as diversas concepções que levaram a construção da disciplina em questão, é necessária a busca do entendimento sobre determinados momentos políticos que marcam a história, sendo também pontos de partida para a construção de novas estruturas marcadas por reformas no ensino brasileiro, como também mudanças de referencial teórico, levando a quebras de paradigmas – Sexo para Sexualidade.

Meu foco também está nas reformas, pois essas contribuíram para que a UDESC se debruçasse sob novos rumos e novos processos formativos, consolidando assim novos currículos.

Os cursos de Pedagogia, ainda em seus primórdios, nomeados como - cursos normais, têm seus pilares na sociologia, psicologia e biologia, principais corpos de conhecimentos dos estudos da escola nova:

[...] biologia, psicologia e sociologia –, produziu uma reflexão singular, contribuindo decisivamente para a afirmação de um padrão de estudos especializados sobre educação, articuladamente às questões sociais contemporâneas, esclarecendo os nexos intrincados presentes na correspondência entre educação e vida social, mediante utilização de uma chave explicativa: o tema da “escola nova”. (MONARCHA, 2000, p. 4)

Pressupõe-se que essas influências contém um forte pensamento/ideário da Ciência Biologia, assim como outras mais relacionadas e que se situam em um viés das Ciências Humanas, neste ponto justifico o olhar que lançarei sobre as antigas disciplinas de Biologia da Educação e sua transposição para disciplinas de Educação, Gênero e Sexualidade.

A problematização do currículo da UDESC orientou o processo de elaboração dessa pesquisa e, gerou investigação e algumas indagações para identificar que concepções balizam o percurso ligado à constituição dessa disciplina, ou seja, quais foram as influências na elaboração da disciplina e como a UDESC compreende a formação das Pedagogas<sup>2</sup>. Resulta no seguinte **Problema de pesquisa**: Que aspectos estão envolvidos no processo de constituição e consolidação da disciplina Educação, Gênero e Sexualidade no currículo do curso de Pedagogia da UDESC?

Para buscar indicativos a essa questão se tem como objetivo geral: Investigar sobre a história da disciplina de Educação, Gênero e Sexualidade no curso de Pedagogia da UDESC. Articulados pelos seguintes objetivos específicos:

---

<sup>2</sup> Optei pela palavra no gênero feminino, pois a maior parte das acadêmicas são mulheres e por não entender o masculino como genérico.



- Identificar concepções de Ciências e Biologia que vêm constituindo a disciplina de Educação, Gênero e Sexualidade e sua relação com os princípios e finalidades na formação em Pedagogia.
- Analisar, por meio de documentos oficiais relacionados a formação, fatores externos e internos que influenciaram a constituição da disciplina Educação, Gênero e Sexualidade, especialmente se estes contextualizam a discussão sobre educação, corpo, sexualidade e gênero.
- Contextualizar o percurso da disciplina Educação, Gênero e Sexualidade através das/dos docentes envolvidos neste processo.

Para desenvolver esta pesquisa na busca de responder aos objetivos expostos, tem-se quatro capítulos com a seguinte estrutura: **Capítulo um**, apresentação de considerações e concepções sobre a Educação Sexual, Gênero e Sexualidade e sua variedade de termos e entendimentos. No **Capítulo dois** estão colocados os diálogos históricos sobre as bases curriculares estruturais dos cursos de formação de professoras/es e o entrelaçamento com o Ensino de Ciências no Brasil, assim como a trajetória da institucionalização do conhecimento sexual. No **Capítulo três** está exposto o percurso metodológico da pesquisa e o referencial teórico utilizado para analisar os documentos. E por fim no **Capítulo quatro** são analisados os documentos internos e externos que se entrelaçam com os dados coletados das fontes orais.



## **CAPÍTULO 1 - APROXIMANDO O FOCO DA PESQUISA: ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE SEXUALIDADE, GÊNERO E EDUCAÇÃO SEXUAL**

A sexualidade corriqueiramente pode ser entendida em um contexto de explicações e embasamentos científicos, tendo o corpo concebido como isoladamente constituído de pura anatomia. Neste caso a sexualidade é reduzida a sistemas reprodutores e a centralidade é dada através da genitalidade. Contrariando esta concepção, temos conceitos de sexualidade onde estão inscritos os processos de construção histórica, conforme aponta Figueiró (2006):

Sexualidade é uma dimensão ontológica essencialmente humana, cujas significações e vivências são determinadas pela natureza, pela subjetividade de cada ser humano e, sobretudo, pela cultura, num processo histórico e dialético. A sexualidade não pode, pois ser restringida à sua dimensão biológica, nem à noção de genitalidade ou de instinto, ou mesmo libido. Também não pode ser percebida como uma “parte” do corpo. Ela é, pelo contrário, uma energia vital da subjetividade e da cultura, que deve ser compreendida, em sua totalidade e globalidade, como uma construção social que é condicionada pelos diferentes momentos históricos, econômicos, políticos, e sociais. (FIGUEIRÓ, 2006, p.42)

Diante das ramificações que levam o conceito de sexualidade a uma amplitude que ultrapassa facilmente as inscrições de corpos genitizados ou mesmo as confusões que levam a incompletude do conceito – sexualidade, acarretado muitas vezes pela incompreensão de que sexualidade não é apenas o ato sexual, mas que a sexualidade se inscreve nos corpos, ganhando múltiplos significados. Como também de maneira aparente a palavra sexo, pode ter uma conotação de sexo biológico como de ato sexual. Chauí (1984) contribui e chama a atenção que a sexualidade

Não se reduz aos órgãos genitais (ainda que esses possam ser privilegiados na sexualidade adulta) porque qualquer região do corpo é susceptível de prazer sexual, [...] e porque a satisfação sexual

pode ser alcançada sem a união genital. (CHAUÍ, 1984, p. 15)

Minha explanação busca marcar que dentro dos debates que abrangem os conceitos e definições do que é a sexualidade, estão também entrelaçados de maneira direta conceitos e definições de gênero, pois estes são vistos enquanto características sexuais que são, contudo, representados socialmente. Gênero é entendido como um conceito para diferenciar características biológicas das características sociais. Louro (2000) contribui,

Os corpos ganham sentido socialmente. A inscrição dos gêneros — feminino ou masculino — nos corpos é feita, sempre, no contexto de uma determinada cultura e, portanto, com as marcas dessa cultura. As possibilidades da sexualidade — das formas de expressar os desejos e prazeres — também são sempre socialmente estabelecidas e codificadas. As identidades de gênero e sexuais são, portanto, compostas e definidas por relações sociais, elas são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade. (LOURO, 2000, p. 6)

A autora coloca que são as marcas das culturas no âmbito social que constroem os gêneros e que, portanto, as justificativas para as desigualdades entre o feminino e o masculino, não deveria levar em conta a marca biológica/genital, pois são os condicionamentos, arranjos e condições de acessos que produzem as barreiras que impedem a construção para equidade de gêneros.

É necessário demonstrar que não são propriamente as características sexuais, mas é a forma como essas características são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou se pensa sobre elas que vai constituir, efetivamente, o que é feminino ou masculino em uma dada sociedade e em um dado momento histórico. (LOURO, 2003, p. 21)

Para este trabalho faço a opção de não adentrar os estudos mais isolados e aprofundados de gênero, pois o foco está na forma e no porque alguns conhecimentos são levados em consideração na construção de uma disciplina, portanto o fato da educação sexual ter

uma forte ligação com abordagens de gênero, perpassando pela maneira que a sociedade vem ao longo de anos repetindo os conhecimentos, e repassando estes em espécie de tradição no ensino, são o centro da pesquisa.

Contudo é pertinente pontuar, mesmo que de forma breve, sobre a categoria gênero dentro dos estudos da área e principalmente por qual razão ele emerge. No artigo "A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero", Soihet e Pedro (2007), trazem que anteriormente a palavra gênero usava-se como categorias para as análises, as palavras "mulher" ou "mulheres", pois as autoras relatam que:

A fertilidade dos dias atuais contrasta, entretanto, com a trajetória difícil que a categoria de análise 'gênero' enfrentou no campo historiográfico. Nas ciências humanas, a disciplina História é certamente a que mais tardiamente apropriou-se dessa categoria, assim como da própria inclusão de 'mulher' ou de 'mulheres' como categoria analítica na pesquisa histórica. (SOIHET; PEDRO, 2007, p. 283)

O certo atraso em adentrar no movimento das categorias mulher, mulheres e gênero se deve ao fato da categoria – homem, ocupar o lugar como sujeito universal, e então devido a este modo de pensar, ao falar de homens, as mulheres estariam sendo contempladas.

Scott (1995), historiadora norte-americana, ao escrever o artigo – Gênero: uma categoria útil de análise histórica, traz o histórico emprego da palavra gênero como também seus estudos e definições. Segundo Scott (1995), foram as feministas americanas que começaram a usar a palavra gênero com mais seriedade e em um sentido mais literal, foi usado este termo para referir a organização social da relação entre os sexos. A autora traz a utilização do termo – gênero, iniciado pelas feministas americanas, pois explica que era uma maneira de marcar mais enfaticamente o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo e pontua que: "A palavra indicava uma rejeição do determinismo biológico implícito no uso de termos como "sexo" ou "diferença sexual" (SCOTT, 1995, p.72). Ainda nas contribuições de Scott (1995), a autora ressalta que sua definição de gênero tem duas partes e diversos subconjuntos:

O núcleo da definição repousa numa conexão integral entre duas proposições: (1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. (SCOTT, 1995, P. 86)

Louro (2003), se referindo ao pensamento de Scott (1995), chama a atenção sobre as ideias com relação a se polarizar os gêneros na sociedade, o que significa colocar em polos opostos homens e mulheres, onde estes relacionamentos se estabelecem em uma lógica de dominação-submissão, Louro marca que um ponto importante para a compreensão da obra de Scott, circula em entender que para ela seria indispensável implodir essa lógica. (LOURO, 2003, p. 31).

Já no pensamento da filósofa Butler citada por Soihet e Pedro (2007), sobre a mesma discussão que envolve o pensar sobre as construções e elaborações sobre mulheres e homens, Butler se dedica a entender “como foi construída a dualidade sexual, ou seja, como os diversos discursos científicos produziram essa dualidade discursivamente” (SOIHET; PEDRO, 2007, p. 293), neste sentido Butler ao elaborar seu entendimento sobre gênero contribui que:

[...] poderia ser considerado como um ato intencional e, ao mesmo tempo, performático, no sentido de construção dramática e contingente de significado. Em suma, a ‘performatividade’ do gênero é um efeito discursivo, e o sexo é um efeito do gênero. (SOIHET; PEDRO, 2007, p.293)

Algo que é bastante específico nos estudos de Butler (2003) é o uso da palavra “*performance*”, considero importante o seu pensar em torno do significado atribuído a palavra, porque auxilia diretamente na desconstrução dos essencialismos provenientes dos discursos que trazem um olhar mais biológico de marcadores para a heterossexualidade, atrelando como único fim e amarrando o sexo a gênero e ao destino do desejo, por exemplo: sexo feminino = gênero feminino = desejo por masculino.

Importante distinguir termos que advém dos estudos de gênero, e perceber como eles se entrelaçam com a sexualidade, como bem coloca Louro (2003),

Identidades sexuais se constituiriam, pois, através das formas como vivem sua sexualidade, com parceiros/as do mesmo sexo, do sexo oposto, de ambos os sexos ou sem parceiros/as. Por outro lado, os sujeitos também se identificam, social e historicamente, como masculinos ou femininos e assim constroem suas identidades de gênero. (LOURO, 2003, p.26)

Gênero pode ser definido como diferenças do sexo biológico, mas o principal é que as diferenças entre homens e mulheres são culturalmente construídas, como bem se evidencia no trecho do livro - Problemas de Gênero:

Se o gênero são os significados culturais assumidos pelo corpo sexuado, não se pode dizer que ele decorra, de um sexo desta ou daquela maneira. Levada a seu limite lógico, a distinção sexo/gênero sugere uma descontinuidade radical entre corpos sexuados e gêneros culturalmente construídos. (BUTLER, 2003, p.24).

Se essa diferença é culturalmente construída não temos como falar de uma só cultura, uma só maneira de elaborar essas construções, precisamos estar atentos ao falar sobre gênero e incluir a diversidade presente em nossa sociedade. Louro (2003) comenta que:

Os sujeitos que constituem a dicotomia não são, de fato, apenas homens e mulheres, mas homens e mulheres de várias classes, raças, religiões, idades, etc. e suas solidariedades e antagonismos podem provocar os arranjos mais diversos, perturbando a noção simplista e reduzida de "homem dominante versus mulher dominada". (LOURO, 2003, p. 33)

Contudo penso que a problematização sobre as ausências de discussão acerca do gênero nas temáticas sobre a sexualidade é um ponto importante, na continuidade deste capítulo, os termos orientação sexual – educação sexual e outros se constituem de maneiras diferentes, sobre olhares diversos, algumas/ns<sup>3</sup> autoras/es não entrelaçam

---

<sup>3</sup> A linguagem desta dissertação irá sempre privilegiar o feminino, seguido pelo masculino

sexualidade e gênero em suas definições e outras/os não conseguem dissociar os termos.

## 1.1 COMPREENDENDO OS TERMOS EDUCAÇÃO SEXUAL, ORIENTAÇÃO SEXUAL E EDUCAÇÃO PARA SEXUALIDADE

Para iniciar a escrita sobre a Educação Sexual foram compiladas à luz de algumas/uns autoras/es da área dos estudos sobre sexualidade termos e conceitos que abrangem essa pesquisa. É necessário distinguir as concepções sobre o termo Educação Sexual, Orientação Sexual e Educação para a Sexualidade, pois foram os mais encontrados. Nas leituras realizadas deparei-me com autoras/es que não fazem a conceituação dos termos, ou conceituam o mesmo termo com sentidos diferentes. É relevante a explanação, pois os termos orientação sexual, por exemplo ligado ao ensino, pode produzir diferentes entendimentos e efeitos de sentido, sendo que o mesmo ligado à orientação sexual individual produz outro, como veremos nesse capítulo.

Para Vitiello (1995, p.20) a Educação Sexual se situa “[...] dentro desse amplo conceito, a parte do processo educativo, especificamente voltada para a formação de atitudes referentes à maneira de viver a sexualidade.” O autor traz diversos conceitos ligados a Educação Sexual, irei explicar o que para ele significa Orientação, Educação Sexual Sistemática e Assistemática.

O termo Orientação, segundo Vitiello (1995, p.18), consiste em: “o orientador ajuda o orientado a analisar as diferentes opções disponíveis, tornando-o assim apto a descobrir novos caminhos” (p.18). Já a Educação Sexual Sistemática é a que o autor considera que é eficiente, se estabelece de forma contínua e duradoura, e os atores principais seriam professores e familiares. Ele considera que o envolvimento de outros profissionais que não atuam na educação podem ajudar a desmistificar o tema, porém os professores interessados em desenvolver a temática devem ser preparados para esse trabalho. Enquanto a Educação Sexual Assistemática é entendida por ele no âmbito de profissionais como médicas/os, enfermeiras/os, psicólogas/os, entre outras/os profissionais que não fazem parte do cotidiano da escola, mas que de forma ocasional fornecem informações, não se estabelecendo de forma continuada.

Figueiró (1996) propõe que se considere o termo Educação Sexual:



Por considerá-lo mais adequado, uma vez que, entre outros motivos, diferentemente dos outros termos, implica que o educando seja considerado sujeito ativo no processo de aprendizagem e não mero receptor de conhecimentos, informações e/ou orientações. (FIGUEIRÓ, 1996, p.59)

Para Figueiró (1996), a Educação Sexual é “[...] toda a ação ensino/aprendizagem sobre a sexualidade humana, seja em nível de conhecimento e informações básicas, seja em nível de conhecimento e/ou discussões e reflexões sobre valores, normas, sentimentos, emoções e atitudes relacionados a vida sexual” (p.51).

Vitiello (1995) e Figueiró (1996) apresentam concepções diferentes de Educação Sexual, e as informações básicas não são vistas da mesma maneira, pois para Vitiello (1995, p.18) “fornecer a alguém informações sobre determinados fatos não é, isoladamente, um processo educativo, embora possa fazer parte desse processo” (p.18). No entanto, Figueiró (1996) não pontua separações, entende-se que para a autora o nível de conhecimentos ou informações básicas estão em um plano de ensino/aprendizagem sobre a sexualidade.

Werebe (1998) traz algo importante sobre a distinção que certos grupos procuram fazer entre os termos educação sexual e informação sexual, a autora trata esses dois termos como problemáticos em sentido ideológico; ela diz que partidários a dissociar os termos procuram impor certos limites, onde informação sexual seria algo neutro, situando-se em meio a conhecimentos biológicos sem repercussão na personalidade dos indivíduos, já a Educação Sexual envolve as escolhas filosóficas e éticas dos sujeitos. Não concordando afirma que “[...] informar é educar e a informação sexual não é neutra” (WEREBE, 1998, p.156).

Vasconcelos (1971) sugere que cabe a educação sexual:

[...] Abrir possibilidades, dar informações sobre os aspectos fisiológicos da sexualidade, mas principalmente informar sobre as suas interpretações culturais e suas possibilidades significativas, permitindo uma tomada lúcida de consciência. É dar condições para o desenvolvimento contínuo de uma sensibilidade criativa em seu relacionamento pessoal. (VASCONCELOS, 1971, p. 111)

A autora também propõe que uma aula de Educação Sexual deveria deixar de ser um aglomerado de noções estabelecidas pela biologia, pois não contempla a sexualidade humana nos seus significados e vivências autênticas (Vasconcelos, 1971, p. 111).

Para Barroso e Bruschini (1982) a Educação Sexual deve:

[...] ter um caráter formativo amplo, que propicie a livre discussão de normas e padrões em relação ao sexo, bem como o debate das atitudes dos jovens frente à sua própria sexualidade. Embora a informação científica não constitua o principal objetivo, claro está que ela não deve ficar de lado, mesmo porque o debate se desenvolverá em torno dela. (BARROSO E BRUSCHINI, 1982, p.16-17)

As autoras colocam de forma bastante elucidativa seu entendimento sobre a Educação Sexual, o interessante é que o conhecimento científico neste entendimento se desenvolve através do debate, pois as autoras também salientam que a Educação Sexual não deve oferecer uma normativa, sendo encaminhada de maneira não-diretiva, respeitando os valores morais ou religiosos entre os sujeitos.

Hampel (2013) traz o termo Educação para Sexualidade, em conformidade com as autoras:

Jane Felipe (2009, 2013), Claudia Ribeiro (2009) e Constantina Xavier Filha (2009) que utilizam o termo “educação para sexualidade” enfatizando a importância de discutirmos os aspectos históricos, culturais, políticos e sociais que envolvem a construção da sexualidade bem como a indissociabilidade entre gênero e sexualidade (HAMPEL, 2013, p.56)

A Educação para sexualidade segundo Hampel:

[...] inclui o respeito à pluralidade e a preservação dos direitos e da dignidade humana, portanto, faz parte do processo de construção da cidadania, tanto em escala local (comunidade, cidade, região, nação) quanto global. (HAMPEL, 2013, p.56)

Neste conceito trazido por Hampel (2013), pode-se perceber que há uma preocupação em falar-se sobre gênero, colocado como algo indissociável, que se apresenta entre as discussões sobre a sexualidade.

Há influências em documentos oficiais, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) aos termos no debate - importante ressaltar que a partir de 1997 com o marco dos Parâmetros Curriculares Nacionais, o termo Orientação Sexual passou a ser incorporado nos currículos, pois um dos temas transversais foi intitulado - Orientação Sexual e seu conceito é dado como:

O trabalho de Orientação Sexual na escola é entendido como problematizar, levantar questionamentos e ampliar o leque de conhecimentos e de opções para que o aluno, ele próprio, escolha seu caminho. A Orientação Sexual não-diretiva aqui proposta será circunscrita ao âmbito pedagógico e coletivo, não tendo portanto caráter de aconselhamento individual de tipo psicoterapêutico. Isso quer dizer que as diferentes temáticas da sexualidade devem ser trabalhadas dentro do limite da ação pedagógica, sem serem invasivas da intimidade e do comportamento de cada aluno. Tal postura deve inclusive auxiliar as crianças e os jovens a discriminar o que pode e deve ser compartilhado no grupo e o que deve ser mantido como uma vivência pessoal. (BRASIL, 1997)

Anteriormente ao documento acima citado percebemos que autoras como Martha Suplicy, no livro “Conversando sobre sexo” (1987, p. 266), define o termo orientação sexual ligado à diversidade sexual como explica: “[...] a orientação sexual significa a expressão sexual de cada indivíduo por um membro de outro sexo, do mesmo sexo, ou por ambos os sexos”. Com essa definição podemos entender que o termo orientação sexual pode também não estar ligado a uma educação, institucionalizada e sistematizada.

Torres (2010) no mesmo sentido que Suplicy (1987) cita o documento enviado as Nações Unidas nomeado como: Princípios de Yogyakarta de origem Indonésia, no qual a Orientação Sexual é definida:

[...] como estando referida à capacidade de cada pessoa de experimentar uma profunda atração emocional, afetiva ou sexual por indivíduos de gênero diferente, do mesmo gênero ou de mais de um gênero, assim como de ter relações íntimas e sexuais com essas pessoas”. (TORRES, 2010, P.34)

Werebe (1998) pontua que a expressão orientação sexual presta ambiguidade, justamente pelas interpretações pessoais sobre a sexualidade de cada sujeito, sendo que cita a homossexual, heterossexual e a bissexual, indicando então como mais indicada a expressão ou termo – Educação Sexual. A autora conceitua a Educação Sexual Intencional como:

A educação sexual intencional compreende as intervenções deliberadas, sistemáticas, em geral regulares e planejadas, relativas ao domínio da vida sexual. Estas intervenções podem-se destinar a crianças, adolescentes e adultos e se realizarem dentro e fora do âmbito escolar. Seus objetivos são vários, e é a partir deles que se define seu conteúdo, sua pedagogia. A educação sexual intencional não se exerce sobre seres “virgens” em matéria de informação e vivência sexuais. (WEREBE, 1998, p. 155)

## CAPÍTULO 2 – PANORAMA TEMPORAL: DIÁLOGOS HISTÓRICOS

Poderíamos iniciar o diálogo da Educação Sexual a partir dos PCNs lançados pelo Ministério da Educação (MEC) em 1997. Mas antes deste documento não existia Educação Sexual? Não se falava em Sexualidade? Com certeza falava-se, por vezes na forma de ocultar esses diálogos, suprimindo-os dos currículos tanto acadêmicos quanto escolares, como também elaborados nas formas de reprimir, vigiar e prescrever as maneiras mais “corretas” dos sujeitos lidarem com seus corpos e desejos.

A Educação Sexual e o ensino de Biologia estão ligados:

[...] via de regra, as abordagens sobre a sexualidade, nos espaços escolares, elegem a Biologia e os seus territórios do Ensino de Ciências [...] na construção de saberes e respostas sobre a Sexualidade Humana. (CARVALHO, 2009, p. 2)

É então sobre este território do Ensino de Ciências que iremos traçar alguns aspectos necessários para a contextualização da Escola Normal no Brasil, passando por reformas importantes que ajudaram a nortear o ensino de Ciências nos cursos de formação de professoras/es.

Com o intuito de compreender a forte ligação que há entre Educação, Educação Sexual e o Ensino do corpo no Ensino de Ciências, iniciamos estes diálogos históricos que contribuirão com o entendimento da constituição e consolidação dessas disciplinas acadêmicas nos currículos dos cursos de Pedagogia.

### 2.1 O ENSINO DE CIÊNCIAS NO BRASIL: PROCURANDO ENTENDER O LUGAR DA BIOLOGIA DENTRO DOS CURSOS DE PEDAGOGIA

Nossos olhares nesta pesquisa estão voltados para como e porquê e com qual finalidade as disciplinas de Ciências/Biologia compunham o currículo tanto no curso Normal como no curso de Pedagogia. Essas relações são essenciais na compreensão das tendências e marcas que essas disciplinas foram com o passar do tempo deixando nos currículos, especialmente no que se refere aos conhecimentos sobre o corpo e aspectos sobre a espécie humana.

O Ensino de Ciências na escola de formação de professoras/es (Escola Normal<sup>4</sup>) tem seu início no último quarto do século XIX, entre os anos de 1870 -1920, como destaca Mendes Sobrinho (2002) em seu livro: “O ensino de Ciências Naturais na Escola Normal: Aspectos Históricos”. Nessa época as influências para alterações nos regulamentos e documentos que norteavam o sistema educacional ocorreram com a solicitação de inclusão de disciplinas científicas por via de manifestações de intelectuais que foram fortemente influenciados por ideias sobre o materialismo, o darwinismo e o positivismo. Neste contexto organiza-se a introdução do Ensino de Ciências, em um movimento que por meio de várias iniciativas, abrange as diversas regiões do país, visando o progresso e a cidadania dos brasileiros.

O período da influência das ideias da Escola Nova no Brasil, que ocorre entre os anos de 1930 e 1940, foi iniciado em um processo educacional que se diferenciava, pois se antes o ensino era pautado em um processo unilateral de “mestre” para “discípulos”. Neste período reside à preocupação em entender as condições individuais de desenvolvimento como a hereditariedade e a maturação dos aprendentes, atribuindo certeza a determinismos e pautando-se diretamente a modelos biológicos. Foi o cientificismo que lançou esse olhar para a formação de professoras/es, sendo cerne das reformas que constituíram grandes mudanças e marcaram o lugar do Ensino de Ciências e da Biologia na formação de professoras/es (BRITTO, 2010). Contribuindo nessa discussão Viviani (2005), traz que no contexto brasileiro as ideias da Escola Nova se mesclam aos anseios de progresso por meio de um “[...] um projeto reformador [...], que pudesse trazer a cidadania e o progresso ao país, tendo como base a necessidade de disseminação do conhecimento científico em detrimento da tradição humanista clássica.” (VIVIANI, 2005, p. 205). Este era o eixo norteador da escola nova que orientou as reformas de ensino na escola normal sendo o cientificismo centro do movimento.

Em tese de doutorado Britto (2010), busca compreender as concepções que as disciplinas têm na constituição dos cursos de Pedagogia e pontua:

[...] o contexto escolar e o contexto acadêmico, considerando que a trajetória destas disciplinas, em particular, quando ocorrem as reformas das

---

<sup>4</sup> A primeira Escola Normal instituída no Brasil foi em Niterói no ano de 1835 (MENDES SOBRINHO, 2002, p. 8).

Escolas Normais, evidencia as marcas das concepções de ciências, especificamente da Biologia associada à Medicina e Psicologia. Perspectiva que permeou a constituição e determinação de uma concepção de educação no contexto brasileiro e, posteriormente influenciando na determinação da finalidade dos primeiros cursos de Pedagogia. (BRITTO, 2010, p. 55)

E ainda “a Biologia Educacional passa a ser uma das disciplinas de fundamentos nos cursos de magistério na segunda metade da década de 1930, juntamente com a Psicologia e a Sociologia Educacional” (BRITTO, 2010, p.97). Podemos compreender que a Biologia tem grande influência no curso de Pedagogia, o que está diretamente ligado aos seus processos de embasamento e constituição.

Lourenço Filho (1978), um dos disseminadores e estudioso do período da escola nova, contribuiu no “estudo da criança”:

Concebeu-se a princípio uma ciência unitária da criança, a **pedologia**, que aos aspectos biológicos, psicológicos e educativos procurava considerar num só conjunto. Maior análise os desmembraria depois em dois campos: o da chamada **antropologia pedagógica**, mais tarde **biologia educacional**, e o da **psicopedagogia**, psicologia da educação ou psicologia educacional. (LOURENÇO FILHO, 1978, p. 21-22, grifo do autor).

As contribuições de Britto (2010) ressaltam que neste período a Biologia como um dos pilares da educação, centralizava a condição de importância da cientificização da Psicologia e Sociologia para a realização dos estudos da infância. Com isso entendemos que disciplinas nomeadas “Biologia da Educação” / “Biologia Escolar” ainda presentes no currículo dos cursos de Pedagogia ou mesmo que tenham traços destas em seus novos currículos, são grande influência do movimento da reforma educacional ocorrido durante o período do escolanovismo - “estabelecendo-se progressivamente, a princípio no âmbito escolar e, posteriormente, no âmbito acadêmico” (BRITTO, 2010, p.114).

Viviani (2005), em pesquisa que realizou sobre a história da disciplina Biologia Educacional nos anos 1933 a 1970 nos cursos normais paulistas, colabora:

A Biologia e a Higiene tiveram um papel essencial para fundamentar essa nova pedagogia, com conteúdos que foram sendo inseridos nos currículos da Escola Normal [...]. Por outro lado, ofereciam meios de desenvolver a “base biológica”, por meio da defesa da saúde individual, e, por outro dotavam o professor de uma sólida base científica. (VIVIANI, 2005, P. 206-207).

Silva (2003), neste mesmo estudo, porém analisando a história do curso de Pedagogia no Brasil e suas alterações de regulamentos, pontua que o curso foi instituído em 1939 e dentre as disciplinas encontradas pela autora estava a de Fundamentos Biológicos da Educação. Tanto nos currículos de bacharéis em Pedagogia como nos currículos de Didática havia a mesma disciplina, porém, o bacharel não necessitava cursá-la duas vezes já que no antigo esquema “3+1” o que conferia o diploma de licenciado, era o então curso de Didática.

Após a reforma universitária no ano de 1968, o curso de Pedagogia passou a ter somente a licenciatura como finalidade, deixando de ser um curso com caráter técnico da educação:

O curso de Pedagogia passava a visar a formação de professores para o ensino normal e os especialistas para as atividades de orientação, administração, supervisão e inspeção no âmbito de escolas e sistemas escolares. (SILVA, 2003, p. 53)

Os primeiros cursos de Pedagogia eram caracterizados pelo forte caráter técnico que formava generalistas, contudo a disciplina: Fundamentos Biológicos da Educação constavam em ambos os currículos, tanto de cursos normais quanto do curso de Pedagogia. As especificidades com relação à higiene escolar e eugenia<sup>5</sup> tiveram a contribuição de Almeida Jr. segundo Viviani (2005):

---

<sup>5</sup> Conforme Lourenço Filho (1978), a eugenia se referia a um estudo da transmissão por herança de propriedades biológicas, tendo como principal discurso o melhoramento de “raças”, tendo como principal finalidade a homogeneização da população.



A atuação de Almeida Jr. nos currículos intelectuais e gestores da educação e higiene escolar [...] foi definitiva para a inserção da disciplina no currículo e para a construção de parâmetros organizacionais [...]. (VIVIANI, 2005, p. 207)

O ser humano delineado nessa organização da Biologia Educacional era resultado da adaptação social dada pelo balanço entre as influências hereditárias e ambientais, que constitui o eixo organizador da proposta didática de autoria de Almeida Jr. (VIVIANI, 2005, p. 208)

O pensamento que levava em frente as ideias de intelectuais como Almeida Jr. vinham dos pressupostos que: “[...] consideraram a necessidade social de formação de professoras que levassem uma ação civilizadora às mais longínquas localidades do estado e do país [...]” (VIVIANI, 2005, p. 207). Com essas ações o foco era modificar as mentalidades como também as vivências, rumando para uma realidade mais próxima a dos Estados Unidos, pois em comparação, nossa nação era tida como atrasada educacional e cientificamente (VIVIANI, 2005).

Através dos estudos do período da Escola Nova foi possível identificar que os pilares que nortearam o curso Normal e o curso de Pedagogia continham fortes influências do pensamento/ideia da Ciência Biologia, assim como outras mais relacionadas e que se situam em um viés das Ciências Humanas.

## 2.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CONHECIMENTO SEXUAL

Vindo ao encontro sobre o ensino de Ciências no Brasil e as disciplinas de Biologia destinadas aos cursos Normais, nomeada como Biologia da Educação (principalmente no período da Escola Nova), as considerações de Hampel (2013, p.39) em sua tese de doutorado situa que foi no século XIX que a sexualidade ganha espaço em um campo onde as preocupações circulavam entre a higiene e a saúde. Essa visão médica deixava aos poucos, de seguir orientações religiosas, estes espaços foram marcados com visibilidade por via de livros e manuais apresentados e discutidos pela autora, durante o período da escola nova.

Inevitavelmente tem sido a utilização dos ditos conhecimentos científicos que têm respaldado as explicações sobre o corpo e de alguma

forma também o seu controle, cercado principalmente de ideias que naturalizam ou normatizam determinadas visões defendidas pelas Ciências Naturais. Neste sentido há uma ligação muito próxima com a dimensão natural que a Ciência Biologia por muitas vezes tem permanecido vinculada.

A institucionalização do conhecimento sexual ocorre quando médicos, psicólogos, educadores, antropólogos, cientistas sociais elaboram, desenvolvem ou se apropriam de teorias e ideias que foram consideradas “científicas” e capazes de dar sustentação àquelas instituições que necessitavam de um discurso “oficial” para atingirem seus objetivos de fazer ciência, propor ações educacionais ou práticas pedagógicas, justificar ideologias, exercer o poder.” (RIBEIRO, 2004, p.28)

Ribeiro (2004) situa a educação sexual no contexto brasileiro em seis momentos: 1º momento - O Brasil colônia onde regras, normas e condenações ocorriam por demanda da igreja; 2º momento - Império demandas da moral médica; 3º momento - o início da República surgimento da sexologia, importância e necessidade de educação sexual através de livros publicados por médicos, professores e sacerdotes; 4º momento - a década de 1960 e a educação sexual nas escolas pioneiras implantação de programas de orientação sexual em várias escolas; 5º momento - a década de 1980 com projetos de orientação sexual nas escolas assumidos oficialmente nas esferas municipais e estaduais e por fim o 6º momento – seria o atual momento vivido após os PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais.

Nesta pesquisa serão abordados os períodos históricos a partir do segundo momento identificados a partir da proposição de Ribeiro (2004), considerou-se importante a reflexão e debruçamento sobre a educação sexual durante os séculos XIX e XX, abordados por diversas/os autoras/es, nestes períodos são possíveis a verificação da estreita relação da medicina com a sexualidade. Este fato desencadeia o surgimento da Sexologia como uma área oficial do saber médico, com publicações iniciadas entre os anos 1920 e 1940, em livros de educação sexual e orientação sexual<sup>6</sup> (RIBEIRO, 2004, p.18).

---

<sup>6</sup> É importante destacar que para Ribeiro (2004, p. 16) os termos Educação Sexual e Orientação Sexual tem significados distintos, porém mesmo definindo-os, o autor por vezes utiliza-se dos termos como sinônimos. Educação Sexual,

Em sintonia com essa pesquisa é possível perceber entrelaçamentos das ciências com os saberes em construção nas primeiras escolas de formação de professores a partir do terceiro momento já citado.

Nunes (1996), faz o resgate sobre a história da institucionalização dos conhecimentos sexuais e traz o fato ocorrido em 1930 com pastor protestante STEAWART, que foi professor no Colégio Batista do Rio de Janeiro. Este professor expressou a intenção de abordar a sexualidade e reprodução humana, em uma visão totalmente empirista-positivista e restrita a conhecimentos científicos. A iniciativa do professor STEAWART foi atacada, ele sofreu perseguição profissional e por fim foi demitido, em um processo que revelou a intolerância para as abordagens mesmo com cunho científico.

Até os anos 1950 não se tem iniciativas de promoção de conhecimentos sobre sexualidade, a não ser a que tratasse de perpetuar e repassar posicionamentos moralistas e doutrinários, esta abordagem estava a serviço dos aspectos do casamento, do patriarcalismo e da virgindade (NUNES, 1996).

Ribeiro (2004) ressalta que a partir de 1960 as mudanças culturais, políticas e sociais dentro do contexto brasileiro acontecem significativamente e começam a refletir nos padrões de comportamento sexual que refletem em desmembramentos até hoje.

Um segundo momento importante em relação à produção discursiva e as práticas pedagógicas da educação sexual no Brasil deu-se nos primeiros anos da década de 1960. Pouco antes da ditadura militar, o Brasil vivia um clima de “renovação pedagógica”, as críticas sociológicas sobre os sistemas educacionais começavam a ser formuladas e aplicadas em escolas experimentais. (CÉSAR, 2009, p. 40)

---

para o autor significa os processos culturais contínuos, que se estabelecem desde o nascimento, que direciona os indivíduos para diferentes atitudes e comportamentos ligados a manifestação da sexualidade, seria então uma educação vinda por parte da família, escola, comunidade, amigos, televisão, jornais, etc., muito ligada aos padrões sexuais de cada época, que consequentemente serão carregados pelos indivíduos. Já a Orientação Sexual na visão do autor tem um lugar de intervenção institucionalizada, sistematizada, organizada e localizada, sendo que os profissionais que participam são treinados para este tipo de trabalho.

Ações educativas desde o período que institucionaliza os conhecimentos relacionados a Orientação Sexual passam então, a se estabelecer de forma isolada em escolas do Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, conforme Ribeiro (2004), baseado nas pesquisas descritas por Werebe (1977), Barroso; Bruschini (1982), Ribeiro (1990), Guimarães (1995), Figueiró (1995) e Gallacho (1995), descrevem as instituições e o período realizado:

Foram implantados programas de orientação sexual em Belo Horizonte, em 1963, no Grupo Escolar Barão do Rio Branco; no Rio de Janeiro, em 1964, no Colégio Pedro Alcântara, e em 1968, nos Colégios Infante Dom Henrique, Orlando Rouças, André Maurois e José Bonifácio; e em São Paulo, no Colégio de Aplicação Fidelino Figueiredo, de 1963 a 1969, nos Ginásios Vocacionais, de 1961 a 1969, e no Ginásio Estadual Pluricurricular Experimental, de 1966 a 1969. (RIBEIRO, 2004, p. 19-20)

Ribeiro (2004) esclarece que considera o termo Orientação Sexual pois se tratava (no entendimento do autor) de uma ação educativa ocorrendo a partir de um trabalho sistematizado e organizado com a participação de professores treinados para exercer esse propósito.

A deputada Júlia Steimbruck, conforme Werebe (1998), percebendo o interesse das escolas na temática da Educação Sexual sugeriu um projeto de lei propondo a introdução obrigatória da Educação Sexual em 1968, para escolas primárias e secundárias, porém o moralismo e conservadorismo excessivo da Comissão Nacional de Moral e Civismo recusou e engavetou o projeto, visto que o período era de plena ditadura militar no Brasil (WEREBE, 1998).<sup>7</sup>

Esse período não era nada propício, sendo que no final da década de 60 houve um recuo em matéria de educação sexual, “Uma onda de puritanismo invadiu o país, da qual um dos indícios mais evidentes foi a intensificação do rigor da censura [...]” (WEREBE, 1998, p.174).

---

<sup>7</sup> A autora Werebe (1998) utiliza o termo educação sexual, pois entende que: “A expressão educação sexual parece ser a mais indicada para designar a prática educativa intencional [...]. Alguns educadores optam pela expressão orientação sexual que, a meu ver, se presta a ambiguidades, podendo ser interpretada como a orientação que a pessoa imprime à sua sexualidade” (p. 155).

A partir de 1978 com a abertura política, foi possível retomar de maneira oficial a implantação dos projetos de educação sexual nas escolas de São Paulo. Em 1980 a Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (CENP) de São Paulo propõe um projeto piloto para implementação de orientação sexual em seis escolas, que utiliza das disciplinas de Ciências e Programas de Saúde para que o professor trabalhe a temática sexual, o programa foi denominado Programas de saúde: aspectos do crescimento e desenvolvimento humanos relativos à sexualidade. Entre os anos de 1984 e 1986 há um envolvimento de 70 escolas, em uma etapa mais aperfeiçoada do projeto, a segunda etapa foi denominado: Sexualidade humana: reflexões e propostas de ação (RIBEIRO, 2004).

Na gestão do Partido dos Trabalhadores (PT) no município de São Paulo entre os anos de 1989 e 1992, o desenvolvimento da educação sexual contou com a participação do Grupo de Trabalho e Pesquisa em Orientação Sexual (GTPOS), este projeto atingiu uma amplitude de 30 mil alunos e 1.105 professores receberam treinamento (RIBEIRO, 2004). Este grupo foi pensado para desenvolver projetos em escolas particulares, porém no ano de 1989 com a gestão do PT o grupo é convidado a participar no âmbito público e inicia a implementação junto a Prefeitura de São Paulo. A coordenadora do grupo na época salienta o uso dos termos:

Educação é um processo ao qual todos somos submetidos, querendo ou não. Os agentes mais importantes desse processo são primeiro nossos pais, e sobre isso não temos escolha. [...] De certa forma, orientação também é uma forma de educação: influencia, forma opiniões, muda valores. [...] orientação é formal, sistematizada e temporária. (SUPLICY, 1993, p. 22-23)

Segundo Suplicy o grupo era composto por dez pessoas que treinava os professores e este treinamento demorava dois anos, “É um trabalho muito cuidadoso, de muito investimento” (SUPLICY, 1993, p.25). O grupo era contra a inserção da Orientação Sexual nos currículos como uma disciplina pois, “[...] só no município de São Paulo são 648 escolas; imagine quantos professores de orientação sexual seriam necessários para ministrar a disciplina em todos esses colégios!” (SUPLICY, 1993, p. 24). O GTPOS foi um grupo de fato importante na construção de espaço para discussão das abordagens da sexualidade, a década de 80 foi impulsionada por diversos desmembramentos dessas

iniciativas, chegando na década de 1990 com criação de organizações, fundações, entre outras, como destaca Hampel (2013):

Com o crescente interesse dos/as educadores/as, médicos/as, psicólogos/as e profissionais de áreas afins, houve um aumento na produção escrita sobre educação sexual e sexualidade. No final dos anos 1980, o aparecimento de inúmeras organizações não governamentais contribuiu para que profissionais de diversas áreas do conhecimento se voltassem para a educação integral e sexual. Algumas dessas ONGs desenvolveram ações para prevenir a infecção pelo HIV, bem como para minimizar os efeitos sociais da epidemia (AIDS) na sociedade e outras estabeleceram ações para dar visibilidade ao movimento em prol da dignidade dos homossexuais. (HAMPEL, 2013, p.50)

Figueiró et al. (2010), traz que em 1987, no Rio Grande Sul, foi desenvolvido pelo MEC, formação teórica oferecida pelo Centro de Estudos sobre a Sexualidade – CESEX de Brasília, com apoio financeiro para projetos de Educação Sexual. Em Porto Alegre a Prefeitura Municipal com convênios entre secretarias desenvolveu o projeto, “Sexo em Debate na Escola”, coordenado e orientado por Marta Suplicy. Chama a atenção o uso da palavra sexo para o projeto, pode-se apontar as preocupações no que concerne o ato sexual, pois nesta época considera-se ainda a visão biológica e as preocupações no que tangem a saúde.

Hampel (2013) aponta que o GTPOS juntamente com associações e fundações traduziram um guia de origem norte-americana, lançado nos Estados Unidos em 1991. Para que o Guia de Orientação Sexual como foi chamado, fosse tornado viável a realidade brasileira, foi constituído o Fórum Nacional de Educação e Sexualidade, por iniciativa de Marta Suplicy. O Guia teve milhares de cópias distribuídas pelo MEC, servindo mais tarde de propulsor a inclusão da temática nos PCNs. Conforme Hampel (2013), em Florianópolis no ano de 1996, por iniciativa do professor César Aparecido Nunes - UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas) e da professora Edna Silva - UDESC, foi criada a Associação Brasileira de Educação Sexual – ABRADES.

Ribeiro (2004) coloca que a partir da aprovação da LDB (Lei de Diretrizes e Bases) em 1996 e o estabelecimento dos PCNs, a temática da Orientação Sexual<sup>8</sup> teve reconhecimento oficial através da transversalidade. Penso que neste momento houve um lugar onde ao menos a temática pôde ser apresentada, é importante salientar que os PCNs não estão sob nenhuma obrigatoriedade. Altmann (2001, apud DEMARTINI, 2015, p.44), pontua que a reintrodução da temática foi devida a uma dimensão epidêmica da AIDS.

Podemos trazer ao debate que um forte balizador para inserção da sexualidade abordada como Orientação Sexual nos PCNs, ganha visibilidade e consentimento a partir de uma grande epidemia, uma doença, a AIDS, que trouxe uma atmosfera de medo, refletindo diretamente sobre a educação. Neste sentido Demartini pontua que, “Destá forma, os PCNs acabam carregando para o currículo as marcas das concepções de sexualidades vigentes até então, sobre tudo a abordagem médica normativa e biologista” (DEMARTINI, 2015, p.44). O autor coloca também que o termo Orientação Sexual traz equívoco conceitual e epistemológico “ o termo carrega a ideia de informações transmitidas ao educando, de forma que este se posicione passivamente no processo educativo [...]” (DEMARTINI, 2015 p. 44). Apesar de considerar e focar na promoção da saúde o documento traz as temáticas de gênero e sexualidade, mesmo que através da prevenção de doenças como AIDS ou DST<sup>9</sup> (Doenças sexualmente transmissíveis), ou mesmo a gravidez indesejada<sup>10</sup>, neste ponto os PCNs são um importante documento dentro de um movimento que traz ao debate a inserção institucional, demarcando-se primeiramente para o Ensino Fundamental.

Nesta breve reflexão sobre a trajetória da inserção institucional dos conhecimentos sexuais é perceptível que o Brasil retrocede em

---

<sup>8</sup> Os PCNs trazem o termo Orientação Sexual “(...) o trabalho de Orientação Sexual na escola é entendido como problematizar, levantar questionamentos e ampliar o leque de conhecimentos e de opções para que o aluno, ele próprio, escolha seu caminho.” (BRASIL, 1997, p.10).

<sup>9</sup> Atualmente conforme o Ministério da Saúde em Decreto nº 8.901/2016 a denominação correta é IST (Infecções Sexualmente Transmissíveis).

<sup>10</sup> Conforme Lima et al (2004) gravidez precoce localiza uma idade mais adequada para se ter filhos, já a gravidez não-planejada seria resultante de um descuido, por omissão ou falta de habilidade ou problema no uso de contraceptivos e a gravidez não-desejada contraria as aspirações à felicidade naquele momento da vida. Penso que o termo mais adequado seria gravidez precoce, não-planejada ou não-desejada, porém o documento dos PCNs trabalha com o termo gravidez indesejada.

termos de legislação. Ribeiro (2004) chama de terceiro momento, o período que vai do fim do século XIX até as primeiras décadas do século XX, o central neste período é a cientificidade fundamentando e orientando a prática sexual dos indivíduos. Posso inferir que temos mais momentos para educação sexual que acontecem atualmente, o autor propõe que estamos no sexto momento, estaríamos então após os PCNs, e de fato estamos, porém, é necessário localizar alguns acontecimentos que interferem de maneira direta no contexto da educação de modo geral, que incide reflexos na educação sexual, se relacionando e tendo semelhanças ao vivido dois séculos antes, o que se estabelece como um retrocesso.

Infelizmente para a educação em pleno século XXI, temos posicionamentos vindos de bancadas políticas onde algumas tem em sua essência fundamentalismo religioso exacerbado, que demanda inúmeras barreiras nas abordagens sobre a educação sexual, impedindo que importantes entendimentos sobre gênero e sexualidade sejam ampliados via documentos legais. É o caso do atual projeto de lei nº. 876 de 2015, que visa incluir entre as leis de diretrizes e bases da educação nacional o “Programa escola sem partido”, com pressupostos na neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado.

Logo no artigo 3º deste projeto de lei<sup>11</sup> observa-se o retrocesso: “O Poder Público não se imiscuirá no processo de amadurecimento sexual dos alunos nem permitirá qualquer forma de dogmatismo ou proselitismo na abordagem das questões de gênero”. É preocupante o texto deste artigo, pois desconstrói uma caminhada difícil que ao mesmo tempo que tem seus avanços, apresenta muitos retrocessos, contudo falar em sexualidade na escola além de ser um tabu se constrói em um debate em que seus interlocutores são fragilizados.

E falando nos retrocessos é imprescindível citar a nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que retirou os termos Gênero e Orientação Sexual desconsiderando a ampla discussão iniciada em documentos como os PCNs que também discuto neste trabalho. São poucos os referenciais escritos atualmente sobre a BNCC, pois é um documento ainda novo e que merece um melhor aprofundamento, porém algumas observações são importantes e culminam em determinados ideais religiosos e moralistas que perpassam de maneira avassaladora a temática desta pesquisa. Considero importante a reflexão de Santos:

---

<sup>11</sup> Este projeto de lei está disponível no site do Escola Sem Partido endereço eletrônico: <https://www.programaescolasempartido.org/pl-federal>



A solicitação da bancada evangélica para retirar da BNCC os termos gênero e orientação sexual, respondem, portanto, não somente a ideais religiosos e moralistas, mas também, e sobretudo, a ideais econômicos de sociedade. Para garantir que os diferentes permaneçam inofensivos, incapazes de abalar o necessário processo de normalização, são mobilizados discursos que os apresentam como aqueles a quem se deve combater, corrigir, curar. (SANTOS, 2017, p.04)

Os grupos que mais tem feito tensionamentos e que refletem de maneira direta na educação incidindo na autonomia docente e pedagógica são o projeto de lei Escola Sem Partido e a campanha contra a “Ideologia de Gênero”<sup>12</sup>, ambos discursos se fortalecem e caminham em uma mesma sintonia desde 2014, gerando um pânico moral na população. Em decorrência destes fatos o Plano Nacional de Educação lançado em 2014 - PNE/ Lei 13.005 (BRASIL, 2014) foi elaborado sem contemplar as discussões sobre gênero e sexualidade.

---

<sup>12</sup> Promove um discurso falso que afirma que as discussões sobre diversidades sexuais, orientações sexuais e identidade sexual, são fruto de uma ideologia (que não existe) para a promover a negação do sexo/gênero de crianças como também o “ensino” da homossexualidade.



### CAPÍTULO 3 – ESTUDO DAS DISCIPLINAS ACADÊMICAS: UM MODO DE OLHAR SUAS HISTÓRIAS

Neste capítulo busco entrelaçar algumas indagações que se constituem como cerne desta pesquisa sobre a constituição de disciplinas acadêmicas e os estudos do currículo, para tanto o referencial de Goodson (2007; 2011) serão norteadores das reflexões e olhares sobre o currículo de uma instituição e em especial uma determinada disciplina no ensino superior. São contribuições para a busca da compreensão no que diz respeito principalmente a tentativa de entender como são estabelecidos determinados saberes, conhecimentos e valores em detrimento de outros, e principalmente, como são demarcados os lugares de tradição e prestígio de alguns conhecimentos disciplinares deslocando outros a uma hierarquia inferior. Isto leva a pensar quais são os moldes sociais impressos no corpo teórico curricular que a partir de demandas sociais tanto incluem como excluem conhecimentos e por consequência excluem sujeitos. Entendemos que somos construídos socialmente, e onde há uma exclusão da parte ou de uma totalidade de conhecimentos que perpassam por nossas construções e marcas constitutivas, essa “opção” pode acarretar a exclusão de sujeitos e culturas visibilizadas, porque quando se toma determinado posicionamento frente a “escolher” ou não conhecimentos, há de modo intrínseco a problematização ou não de saberes e conhecimentos que levam a produzir diferentes sujeitos. O que pretendo aqui é lançar o olhar para o campo curricular de maneira não estática e buscar compreender por que razão e em determinado momento histórico, temos um currículo e não outro.

Decorrente destas proposições tenho algumas indagações: como acontecem as variadas concepções sobre a forma de definir e eleger determinadas questões sociais ditas problemáticas e emergentes? Por que certas disciplinas foram legitimadas em detrimento de outras? Por que uma forma de eleger critérios de seleção de conhecimentos? E como esses conhecimentos são ensinados?

O autor Ivor Goodson é pesquisador estudioso do campo curricular, irei dialogar com suas ideias para adentrar a área dos estudos da história das disciplinas, pois suas pesquisas são importante aporte teórico para compreensão de como os currículos adquiriram formas e conteúdos atuais, e como as disciplinas foram se configurando para o formato de currículo que é conhecido nos dias de hoje.

Goodson (2011), aponta que a palavra currículo vem da palavra latina, *Scurrere*, correr, que se refere a curso ou carro de corrida, e

portanto - “As implicações etimológicas são que, com isso, o currículo é definido como um curso a ser seguido, ou, mais especificamente, apresentado” (GOODSON, 2011, p.31). O autor sistematizando a reflexão sobre a etimologia do termo pontua que o currículo é então entendido como o conteúdo que é apresentado, e decorre dessa etimologia uma visão onde contextos e construções sociais não estão no cerne das ocupações e preocupações, a forma de poder e decisão da definição da realidade fica nas mãos de quem pensa o currículo. Neste sentido Goodson (2011) coloca um importante fator decorrente que é, “o vínculo entre currículo e prescrição”, que será abordado com mais minúcia no decorrer deste trabalho.

Assim é importante situar os termos que irão balizar os estudos sistematizados nesta pesquisa. Sendo eles: **disciplina escolar** e **matéria**, como também **disciplina acadêmica**,

[...] Chervel (1990) sistematiza exaustivamente seus estudos evidenciando sua postura em utilizar os termos disciplina escolar e matéria para referir-se ao contexto escolar (hoje nomeado de educação básica), e disciplina acadêmica para referir-se ao ensino superior. (CHERVEL, 1990 apud BRITTO 2010, p.60)

Segundo Chervel (1990, p.180) uma disciplina é “um modo de disciplinar o espírito, quer dizer de lhe dar os métodos e as regras para abordar os diferentes domínios do pensamento, do conhecimento e da arte”, com esta explicação o autor evidencia como é forte o valor dado ao termo disciplina que vem do verbo disciplinar. Há também outra importante consideração deste autor sobre disciplinas escolares, que se estabelece em: “a particularidade das disciplinas escolares consiste em que elas misturam intimamente conteúdo cultural e formação do espírito” (CHERVEL, 1990, p. 186) e que sobre o ponto de vista do ensino escolar, como bem enfatiza o autor a parte das disciplinas é que - “põem em ação as finalidades impostas à escola, e provoca a aculturação conveniente” (CHERVEL, 1990, p. 192). Considero que neste último trecho, o autor Chervel aponta um argumento incidindo um olhar crítico sobre as disciplinas, no que vê nessas um ponto chave para a compreensão de uma realidade que é intrínseca a escola, com saberes que condizem com seu interior, sendo que a própria cultura escolar é perpassada por um deslocamento e/ou independência da cultura exterior.

Para o termo matéria Goodson traz a definição assim como Chervel, “O autor designa como matéria escolar as “matérias de ensino” ministradas nos níveis escolares e como disciplina ministradas no âmbito acadêmico” (GOODSON, apud BRITTO, 2007, p.244). Algo importante para entender o pensamento de Goodson sobre as matérias consiste em que

Para entender a progressão ao longo da rota em direção ao status acadêmico é necessário examinar as histórias sociais das matérias escolares e analisar as estratégias empregadas na sua construção e promoção. (GOODSON, 1990, p. 234 apud BRITTO 2010, p. 62)

Concordando com Goodson (2007), tratarei como disciplina acadêmica a disciplina de Educação, Gênero e Sexualidade do curso de Pedagogia da UDESC, pois nos estudos mais aprofundados se entrelaçam diferentes documentos institucionais que apontam e justificam a consolidação da disciplina acadêmica, também através de fatores e demandas que ocorrem no âmbito escolar, tendo como justificativas disciplinas ou matérias escolares assim como determinações legais em contextos e épocas que se diferem.

### 3.1 O ENTRELAÇAMENTO ENTRE DOCUMENTOS INTERNOS E EXTERNOS: TECENDO A HISTÓRIA DE UMA DISCIPLINA

Neste sentido será necessário analisar em minha pesquisa a história da disciplina Educação, Gênero e Sexualidade no curso de Pedagogia da UDESC, para a compreensão desta disciplina acadêmica.

Os estudos realizados sobre a história das disciplinas acadêmicas possibilitam um apanhado preliminar através da análise de documentos internos a instituição em foco e externos sobre as políticas públicas nacionais.

Esta pesquisa terá uma abordagem qualitativa que segundo Minayo (2009, p. 21), “trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social [...]”. Minha análise está embasada em documentos, para Lüdke e André (1986, p.39), “Os documentos constituem também uma fonte poderosa de onde podem ser retiradas evidências que fundamentem informações e declarações do pesquisador”.

Análise da pesquisa é documental e trabalha com documentos internos e externos de cunho curricular, os internos focalizam principalmente a disciplina citada, sendo que para a análise me debruço também sobre as ementas e resoluções internas da instituição que foram balizadoras no processo de consolidação curricular da disciplina Educação, Gênero e Sexualidade. Os documentos externos trazem uma fundamentação de alicerce importante com relação as políticas públicas nacionais, que inserem e abordam a temática de gênero e da sexualidade, tanto em nível de educação fundamental como em nível superior.

Ampliando a ideia de documentos a monumentos Werle (2004, p.21) coloca que: “ A história das instituições escolares trata de monumentos que são prédios, vinculados à base material, mas que também são documentos”. A autora coloca que quem “trabalha com história das instituições educativas, reúne compara, organiza, transforma em monumentos, documentos, objetos e outros artefatos ” (WERLE, 2004, p.24). Os documentos em minha análise se constituem em uma fonte que fundamenta os significados de uma história disciplinar, porém é importante que os documentos se expandam na amplitude das “Narrativas orais, realizadas por meio de entrevistas, são momentos de encontro, escuta, troca em que a memória desempenha papel importante” (WERLE, 2004, p.26).

### **3.1.1 O curso de pedagogia na UDESC: uma relação entre documentos internos**

Para descrever o curso em foco foram analisados os seguintes documentos<sup>13</sup>: Projeto Político Pedagógico (PPP) do curso Licenciatura em Pedagogia (UDESC, 2010), como também os documentos referente ao Processo de Reconhecimento do Curso de Pedagogia junto ao Conselho Estadual de Educação - 2012 (UDESC, 2012a).<sup>14</sup>

O curso de Licenciatura em Pedagogia foi criado em 1963 regulamentado pelo Decreto Federal nº. 563/63, de 14/08/1963 e reconhecido pelo Decreto Federal nº 63.615, de 13/11/1968, com reconhecimento renovado pelo Decreto Estadual nº 4663 de 25/08/2006. O curso é integrante do Centro de Ciências Humanas e da Educação, “[...] mais precisamente, em 1963 é criada a faculdade de Educação,

---

<sup>13</sup> Os documentos utilizados estão disponíveis no site do Curso de Pedagogia da instituição. Disponível em: <<http://www.faed.udesc.br/?id=505>>.

<sup>14</sup> Todos estes documentos estão disponíveis no site da instituição.

constituindo-se a primeira do gênero no Brasil amparada na Lei de Bases de 1961 [...]” (UDESC, 2012a). Atualmente, no Centro de Ciências Humanas e da Educação (FAED) além do curso de Pedagogia fazem parte também, Biblioteconomia (1973)<sup>15</sup>, Geografia e História (1989)<sup>16</sup>.

O PPP em vigência postula que o curso é composto por 8 semestres, com total de 3.852 hora-aula e 214 créditos totais, dividindo-se em: Disciplinas Obrigatórias (151 créditos e 2.718 horas-aula), Disciplinas Optativas (17 créditos e 306 horas-aula), Estágio Curricular Supervisionado (20 créditos e 320 horas-aula), Trabalho de Conclusão de Curso (19 créditos e 342 horas-aula) e por fim Atividades Complementares (7 créditos e 126 horas-aula).

O curso prevê 80 vagas anuais disponibilizando um total de 40 vagas por semestre, distribuídas entre matutino e noturno, uma entrada para matutino e uma para noturno. O curso tem duração oito semestres em quatro anos e um máximo de integralização de sete anos. O curso se estabelece por fases semestrais e o ano letivo está dividido em 2 semestres, cada um dos semestres com 100 dias letivos conforme calendário acadêmico, o curso segue o regime de créditos, sendo que cada crédito corresponde a 18 horas de trabalho.

O objetivo do curso de Pedagogia segundo PPP é:

[...] formar docentes para atuar prioritariamente na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental com uma sólida fundamentação teórica e metodológica com base na relação teoria e prática para uma atuação crítica e comprometida com a Educação Básica. (UDESC, 2010)

Havia anteriormente no currículo do curso a possibilidade de escolha entre as habilitações, Orientação Educacional, Supervisão Escolar e Administração Escolar, no currículo atual da instituição não há mais esta possibilidade.

[...] escolha das habilitações de Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental e do **pedagogo não docente nas Habilitações de Orientação Educacional, Supervisão Escolar e Administração Escolar** dentro do currículo em

---

<sup>15</sup> Ano de criação do curso

<sup>16</sup> Ano de criação do curso

extinção é possível até o semestre de 2014/1 e será cursada em 2014/2 e 2015/1. Após este período, os alunos que ingressaram no Curso de Pedagogia no currículo em extinção e não realizaram a escolha até este período (2014/1) deverão concluir o curso no atual currículo, aprovado em 2011. (UDESC, 2012a, grifo da autora)

Os objetivos específicos do curso apontam para:

Assegurar ao futuro docente o entendimento da escola como um espaço de cruzamento de culturas e saberes, estimulando a consciência acerca da diversidade, alteridade e das diferenças de natureza étnico-racial, de **gênero**, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais (físicas, cognitivas, emocionais e afetivas), **escolhas sexuais**, entre outras. (UDESC, 2010, grifo da autora).

Neste objetivo destaco a preocupação que a instituição aponta em trazer a discussão temas como gênero e escolhas sexuais, igualmente contemplados nos pontos elencados para Perfil do Profissional Egresso do curso,

Identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva [...], com vistas a contribuir para superação de desigualdades, que geram situações de exclusão como: [...] de **gênero e orientações sexuais**, entre outras (UDESC, 2010, grifo da autora).

Quanto à proposta pedagógica o PPP indica que tem na docência o eixo articulador do currículo “com o intuito de possibilitar uma formação multidisciplinar, contextualizada e implicada com o cotidiano educacional complexo, multifacetado e contraditório da contemporaneidade ” (UDESC, 2010).

A estrutura curricular da instituição postula três eixos – sendo no eixo intitulado: “Educação, Cultura e Sociedade”- Constitui-se a disciplina “Educação, Gênero e Sexualidade”. Este eixo é composto por disciplinas obrigatórias que tem como objetivo precípua subsidiar a



prática docente a partir das diferentes bases epistemológicas que compõem o campo de estudos da Pedagogia.” Este eixo tem o intuito de “auxiliar o futuro pedagogo na compreensão do mundo atual [...], a partir de um trabalho que envolva compromissos éticos, políticos e sociais” (UDESC, 2010).

O eixo “Teoria e Prática Pedagógica”- É um eixo de caráter integrador, contempla disciplinas obrigatórias e disciplinas do Estágio Curricular Supervisionado, “seu caráter integrador se expressa principalmente através das disciplinas aqui denominadas de “Práticas Educativas” (UDESC, 2010).

O último eixo “Diversificação e Aprofundamento de Estudos”- Fazem parte deste, disciplinas optativas do currículo que estão relacionadas à pesquisa e excelência acadêmica do curso. “Tais disciplinas são originárias dos grupos de pesquisa constituídos, dos núcleos e laboratórios existentes no curso, bem como da articulação com o Programa de Pós-Graduação em Educação (*Stricto Sensu*) a partir de suas linhas de investigação” (UDESC, 2010). No currículo atual estão dispostos oito Núcleos de Aprofundamento, sendo que a/o acadêmica/o faz a opção pelo núcleo que é composto por três disciplinas em formato de seminário, e não por disciplinas de maneira isolada, ao optar pelo núcleo deverá cursar as disciplinas respectivas do mesmo. A instituição pontua no PPP que “A partir de novas demandas e necessidades do Curso poderão ser propostas novas temáticas que configurarão novos Núcleos [...]” (UDESC, 2010). No eixo também constam as atividades complementares que estão previstas nas Diretrizes Curriculares Nacionais e na Resolução nº 15/2007-CONSEPE, específica da UDESC.

Atualmente o núcleo “Diversificação e Aprofundamento de Estudos em Famílias, Gênero e Violências” é composto por três disciplinas: Seminário I - Pesquisas Contemporâneas Seminário II - Aprofundamento temático Seminário III - Práticas Pedagógicas, esse núcleo também será discutido em próximo item.

É bastante marcado no currículo atual a presença das temáticas ligadas a gênero e sexualidade, tanto em objetivos específicos como também com relação ao perfil profissional esperado para a/o futura/o Pedagoga/o, estão presentes no PPP do curso a preocupação de forma bastante clara e explícita em contemplar as temáticas, o uso das palavras: orientação sexual, escolhas sexuais e gênero, presentes no PPP remetem diretamente aos temas.

Na busca de compreender de que maneiras foram conduzidas e pensadas as abordagens sobre gênero e sexualidade no currículo sob forma de disciplina acadêmica, é que sigo as investigações, tanto nas

disciplinas extintas quanto nas atuais e principalmente os processos que envolvem modificações.

### **3.1.2 As disciplinas ligadas à educação, gênero e sexualidade: analisando planos de ensino, compreendendo sua história**

Anteriormente ao processo de Reorganização Curricular (2012) a instituição foco da pesquisa, tinha em seu currículo a disciplina intitulada e compreendida como Biologia da Educação. As análises e relações que se estabelecem no avançar dos estudos são essenciais na compreensão das tendências, marcas e rupturas que essa disciplina com o passar do tempo foi deixando ou não no referido currículo.

A disciplina ligada a Biologia Educacional permaneceu nos currículos dos cursos de Pedagogia por muitas décadas, marcando assim um espaço onde o Ensino de Ciências e suas temáticas eram basilares na formação de professoras/es. Fato que podemos indicar na análise do currículo do curso de Pedagogia da UDESC, pois conforme o Projeto Político Pedagógico (PPP) do curso Licenciatura em Pedagogia (UDESC, 2010), até o ano de 2012 coexistiam disciplinas de Biologia Educacional e de Educação e Sexualidade, como também Educação Sexual na Infância, assim chamada antes do processo de reorganização curricular. Com a aprovação do plano de extinção gradativa do currículo aprovado em 2010 a instituição implantou gradativamente o atual currículo a partir do ano de 2012 até 2015 extinguindo-se o antigo, foi a partir do atual currículo que a disciplina Biologia Educacional, Educação e Sexualidade e Educação Sexual na Infância, saem de cena e é incluída no novo currículo a disciplina de Educação, Gênero e Sexualidade.

Conforme documento coletado na instituição<sup>17</sup>, no ano de 1985 foi a primeira vez que a temática da sexualidade esteve no currículo do curso de Habilitação Magistério das Séries Iniciais do 1º Grau, a disciplina, então nomeada - Educação Sexual foi incluída na parte destinada a disciplinas optativas até o ano de 1993, quando há nova modificação.

Foi o processo N° 454/93 que chamou de “Pequena alteração dos Cursos de Pedagogia, [...]”, essa alteração curricular buscou a extinção das disciplinas de EPB I e II (Estudos de Problemas Brasileiros), que foi implementada pelo Decreto-Lei n° 869, de 12/12/69, que segundo

---

<sup>17</sup> Documento disponível no anexo A.

documento<sup>18</sup>, “Seu conteúdo doutrinário perde o significado com as conquistas democráticas que marcaram os anos 80 e 90, [...], quanto em nível das instituições educacionais em particular”. As disciplinas EPB I e II eram obrigatórias durante o período da ditadura militar no Brasil, o curso de Pedagogia segundo Resolução nº 018/93, especificou que o número de créditos da disciplina EPB I (2 créditos) deveria ser incorporado pela disciplina de Educação Sexual I (neste momento a disciplina entra no currículo de disciplinas obrigatórias), conforme documento, “Tal afirmação pretende-se, por um lado, ao fato de que a Educação Sexual está sendo gradativamente implantada nas escolas de 1º e 2º graus, por recomendação do MEC [...]” (UDESC, 1993b).

Este é um documento importante de análise do ponto de vista de consolidação da disciplina em foco, pois o colegiado do curso se reuniu em julho e setembro de 1993, conforme redação do documento, definindo uma nova configuração para seu currículo, principalmente vendo uma brecha importante das antigas disciplinas constituídas e implementadas durante o período da ditadura militar e que poderiam ser substituídas por outras. O documento traz que:

[...] esta pequena alteração curricular viabilizará a necessária complementação relativa à formação do pedagogo. Assim, estas disciplinas, já oferecidas como optativas, passam a ser também obrigatórias, [...] para todos os alunos. “Na Habilitação Magistério das Séries Iniciais do 1º Grau” (UDESC, 1993b)

O documento também pontua que não se trata de uma reforma curricular, mas sim de uma adequação às resoluções e pequena alteração. A ementa e objetivos da disciplina se estabelecem conforme documento que estão especificados no quadro 01.

---

<sup>18</sup> Documento disponível no anexo B.

Quadro 1 - Se refere a objetivos e a ementa das disciplinas: Educação Sexual I e II<sup>19</sup>

<b>Disciplina: Educação Sexual I</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Ementas</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪Enfatizar a sexualidade humana enquanto uma construção histórico-social;</li> <li>▪Articular sexualidade, desenvolvimento pessoal e interpessoal e estrutura social;</li> <li>▪Habilitar para a prática da educação sexual.</li> </ul>	<p>História da sexualidade humana. Desenvolvimento sexual. Sexualidade da criança, do adolescente e adulta. Educação sexual na escola. Vivência da sexualidade.</p>
<b>Disciplina: Educação Sexual II</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Ementas (optativa)<sup>20</sup></b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪Enfatizar a sexualidade humana enquanto uma construção histórico-social;</li> <li>▪Articular sexualidade, desenvolvimento pessoal e interpessoal e estrutura social;</li> <li>▪Habilitar para a prática da educação sexual</li> </ul>	<p>História da sexualidade humana. Desenvolvimento sexual. Sexualidade da criança, do adolescente e adulta. Educação sexual na escola. Vivência da sexualidade.</p>

Fonte: Elaborada pela autora a partir de UDESC (1993b).

Pensando na análise e reflexão dos aspectos que tecem essa história, organizo o próximo quadro que retrata o período de reorganização curricular que levou a extinção de disciplinas, compreendido entre os anos de 2012 até 2015. Essa sistematização dos Planos de Ensino evidencia e favorece a compreensão das mudanças referentes às ementas e objetivos que se entrelaçam no decorrer das análises das fontes orais que serão pautadas no próximo capítulo. Por último também organizo no quadro 2, o atual Plano da Disciplina Educação, Gênero e Sexualidade (2017), que apresenta o formato após

<sup>19</sup> Documento disponível no anexo B.

<sup>20</sup> Conforme documento institucional (UDESC, 1993b), as ementas e objetivos das disciplinas Educação Sexual I e II se estabelecem em igualdade.

reorganização curricular. Vale ressaltar a importância de algumas inserções observadas em seus objetivos que fomentarão o diálogo entre esses dados e os relatos obtidos pelas fontes orais<sup>21</sup>.

Quadro 2 - Referente as Disciplinas: Educação Sexual na Infância - 2012 (anexo C), Educação, Gênero e Sexualidade - 2013 (anexo D) e Educação, Gênero e Sexualidade - 2017 (anexo E)

<b>Disciplina: Educação Sexual na Infância (2012)</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Ementas</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪Compreender a Educação Sexual como campo de conhecimento que possibilita a reflexão sobre corpo, gênero e sexualidade(s) na escola, especialmente, na Educação Infantil;</li> <li>▪Entender que o desenvolvimento humano e a sexualidade não são apenas processos biológicos, mas estão intimamente vinculados a fatores socioeconômicos, políticos e culturais.</li> <li>▪Problematizar a sexualidade e sua expressão no desenvolvimento humano e nos processos educacionais.</li> <li>▪Traçar ações visando a prática pedagógica frente a uma educação sexual com crianças na Educação infantil.</li> </ul>	<p>Noções básicas de educação sexual como tema transversal nos currículos da Educação Infantil. Família e escola frente a educação sexual. Manifestações da sexualidade infantil e seus reflexos na prática pedagógica. Subsídios para a elaboração de projetos de educação sexual na educação infantil</p>

(continuação...)

<sup>21</sup>Os Planos de Ensino encontram-se disponíveis no site da instituição.

<b>Disciplina: Educação, Gênero e Sexualidade (2013)</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Ementas</b>
<p>▪Desvendar a sexualidade como uma construção sócio histórica cultural, buscando desconstruir preconceitos e mitos hoje existentes.</p> <p>▪Rever, sinteticamente, os paradigmas subjacentes às várias abordagens de educação sexual através da história e seus reflexos nos cotidianos das sociedades, com destaque para a escolarização brasileira e a educação para sexualidade e para equidade de gênero, prevenindo contra preconceitos e discriminação, no respeito a alteridade e as identidades culturais.</p> <p>▪Desvendar as abordagens pedagógicas da educação sexual no Brasil, nelas inseridos os estudos de gênero e educação (sua história, seus conceitos e movimentos políticos) bem como destacar as interfaces entre gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial.</p> <p>▪Refletir criticamente sobre o processo de educação sexual existente nos espaços educativos formais e não formais como subsídio à construção de uma proposta emancipatória, com exercícios de recursos didático-metodológicos para um trabalho de Educação Sexual na Educação Infantil e Ensino Fundamental.</p>	<p>A sexualidade como construção histórica, social, cultural, política e discursiva. Abordagens contemporâneas para Educação Sexual. Estudos de gênero e educação: história, conceitos e movimentos políticos. Escolarização brasileira e a educação para sexualidade e para equidade de gênero. Recursos didático-metodológicos ao trabalho de Educação Sexual na Educação Infantil e Ensino Fundamental. Interfaces entre gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial. Preconceito, discriminação, diferença, alteridade, identidades culturais.</p>

(continuação...)

<b>Disciplina: Educação, Gênero e Sexualidade (2017)</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Ementas</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Desvendar a sexualidade como uma construção sócio histórico cultural, buscando desconstruir preconceitos e mitos hoje existentes;</li> <li>▪ Rever, sinteticamente, os paradigmas subjacentes às várias abordagens de educação sexual através da história e seus reflexos nos cotidianos das sociedades, com destaque para a escolarização brasileira e a educação para sexualidade e para equidade de gênero, prevenindo contra preconceitos e discriminação, no respeito a alteridade e as identidades culturais;</li> <li>▪ Desvendar as abordagens pedagógicas da educação sexual no Brasil, nelas inseridos os estudos de gênero e educação (sua história, seus conceitos e movimentos políticos) bem como destacar as interfaces entre gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial;</li> </ul>	<p>Sexualidade como construção histórica, social, cultural, política e discursiva. Abordagens contemporâneas para Educação Sexual. Estudos de gênero e educação: história, conceitos e movimentos políticos.</p>
<b>Disciplina: Educação, Gênero e Sexualidade (2017)</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Ementas</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Refletir criticamente sobre o processo de educação sexual existente nos espaços educativos formais e não formais como subsídio à construção de uma proposta emancipatória, com exercícios de recursos didático-metodológicos para um trabalho de Educação Sexual na Educação Infantil e Ensino Fundamental;</li> </ul>	<p>Escolarização brasileira e a educação para sexualidade e para equidade de gênero. Recursos didático-metodológicos ao trabalho de Educação Sexual na Educação Infantil e Ensino Fundamental. Interfaces entre gênero, orientação</p>

(continuação...)

<b>Disciplina: Educação, Gênero e Sexualidade (2017)</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Ementas</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Contribuir com a disciplina de Estágio Curricular Supervisionado II como eixo de trabalho integrado entre todas as disciplinas do semestre, por meio de suporte teórico sobre a temática da disciplina, subsidiando uma observação participante no Estágio na Educação Infantil, indicando pontos de observação no campo e auxiliando na análise e compreensão de questões pertinentes a Educação, Gênero e Sexualidade que as(os) acadêmicas(os) venham a vivenciar;</li> <li>▪ A partir da ação docente exploratória proposta como eixo integrador para a fase, problematizar o cotidiano escolar concebendo-o como espaço privilegiado para produção de saberes e de práticas pedagógicas, buscando compreender os desafios contemporâneos que dele emergem, sobretudo para a docência na educação infantil.</li> </ul>	sexual e igualdade étnico-racial. Preconceito, discriminação, diferença, alteridade, identidades culturais.

Fonte: Elaborado pela autora.

É bastante nítida a partir da visualização do quadro 2, as mudanças ocorridas nas duas primeiras disciplinas, pois se compararmos os primeiros dois Planos de Ensino, iniciando pela ementa da disciplina de Educação, Gênero e Sexualidade (2013) temos a inserção das temáticas do que diz respeito aos “Estudos de gênero e educação: história, conceitos e movimentos políticos. Escolarização brasileira e a educação para sexualidade e para equidade de gênero. ”, constando no quadro 2. Os estudos sobre gênero e a equidade de gênero, como destacados não estavam explícitos na disciplina atualmente extinta - Educação Sexual na Infância (2012), não sendo possível encontrar em sua ementa as temáticas da discussão sobre gênero e sim a temática da educação sexual com foco na educação infantil, contudo em seus objetivos encontra-se o foco no gênero e na educação infantil em: “Compreender a Educação Sexual como campo de conhecimento que possibilita a reflexão sobre corpo, gênero e sexualidade(s) na escola, especialmente, na Educação Infantil” referente ao quadro 2.

Contudo o termo - educação para sexualidade pontuado na disciplina de 2013, conforme já discutido no capítulo 1, remete principalmente para a indissociabilidade entre a sexualidade e o gênero



que tem o seu fundamento teórico pautado na educação para a sexualidade, termo discutido no primeiro capítulo deste trabalho, sendo que a partir disto temos um ponto importante na mudança conceitual havendo, portanto, uma transição que define os estudos de gênero a partir de um referencial que não separa a sexualidade ou a educação sexual das discussões de gênero.

Outro ponto bastante relevante ao observar o Plano de Ensino da disciplina Educação, Gênero e Sexualidade (2017) é evidenciado em um de seus objetivos sobre o Estágio Supervisionado: “Contribuir com a disciplina de Estágio Curricular Supervisionado II como eixo de trabalho integrado entre todas as disciplinas do semestre, por meio de suporte teórico sobre a temática da disciplina, subsidiando uma observação participante no Estágio na Educação Infantil, [...]” conforme a quadro 2. Esta é mais uma mudança ocorrida na disciplina em foco, mas que demonstra a continuidade de envolvimento com a educação infantil, assim como apontava a extinta disciplina Educação Sexual na Infância, porém a atual e remodelada disciplina apresenta diretamente a preocupação com a prática ocorrida no período de Estágio Supervisionado.

Além das disciplinas que abordam o tema da sexualidade e gênero, há o atravessamento dos diálogos pertinentes as temáticas da sexualidade pela disciplina de Biologia da Educação (extinta a partir da reorganização curricular do curso 2012), porém em um viés peculiar ao ensino de ciências, o que fica mais claro na análise por via do seu Plano de Ensino, como também na sequência desta pesquisa com os relatos das fontes orais. Outra disciplina que também estabelece diálogos com a temática da sexualidade e do gênero é a disciplina Diversificação e Aprofundamento de Estudos em Famílias, Gênero e Violências que se estabelece no currículo com a reorganização curricular. Abaixo o quadro que organiza as ementas e objetivos das referidas disciplinas e o ano respectivo dos Planos de Ensino.

Quadro 3 - Referente as Disciplinas: Biologia Educacional - 2012 (anexo F) e Diversificação e Aprofundamento de Estudos em Famílias, Gênero e Violências - 2016 (anexo G)

<b>Disciplina: Biologia Educacional (2012)</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Ementas</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪Compreender que o desenvolvimento e a saúde, não são apenas processos biológicos mas estão intimamente vinculados a fatores socioeconômicos, políticos e culturais.</li> <li>▪Refletir na busca da compreensão e do conhecimento dos fenômenos vitais que se relacionam diretamente com o processo educacional.</li> </ul>	<p>Etapas do desenvolvimento bio-psíquico-social-sexual infantil e adolescente. Saúde e qualidade de vida. Fisiologia humana e suas implicações na saúde escolar. Sistemas biológicos de coordenação (nervoso e endócrino). Visão e audição. As drogas na escola. Primeiros socorros. Sexo seguro, sexualidade reprodutiva, DST, HIV e AIDS.</p>
<b>Disciplina: Diversificação e Aprofundamento de Estudos em Famílias, Gênero e Violências (2016)</b>	
<b>Objetivos</b>	<b>Ementas</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪Discutir, os conceitos e usos dos termos: família, gênero e violência.</li> <li>▪Problematizar, no âmbito da sociedade brasileira, as interfaces existentes entre os atuais arranjos familiares, os estudos de gênero e as formas de violências no contexto social, familiar e escolar.</li> <li>▪Aprofundar a relação do Seminário anterior (Pesquisas Contemporâneas) com as possibilidades de práticas docentes sobre família, gênero e violências, no âmbito da Educação Básica.</li> </ul>	<p>Família e sexualidade. Relações de gênero e geração. Família, geração e cultura. Estatuto da Criança e do Adolescente. Violências contra crianças e adolescentes. Violências domésticas</p>

Fonte: Elaborado pela autora.

O Plano de Ensino da disciplina Biologia Educacional, atualmente extinta no currículo, traz em sua ementa uma tradição nas abordagens dos assuntos pertinentes a sexualidade, visto em: “Sexo seguro, sexualidade reprodutiva, DST, HIV e AIDS” conforme o quadro

3. Aqui é possível perceber o campo bastante marcado do ensino de ciências que foi uma tendência desde os cursos Normais da década de 30, consolidado com o Movimento da Escola Nova e já abordado neste trabalho no capítulo 2. A Biologia fazia parte da tríade de fundamentos da educação, juntamente com a psicologia e a sociologia voltadas para a educação. Nos objetivos desta disciplina é possível identificar um movimento que demonstra estar baseado também em conceitos mais integrados a fatores que perpassam por um entendimento que vem de aprofundamentos imbricados aos do campo das ciências humanas e que busca: “Compreender que o desenvolvimento e a saúde, não são apenas processos biológicos, mas estão intimamente vinculados a fatores socioeconômicos, políticos e culturais”, conforme o quadro 3.

No Plano de Ensino da disciplina Diversificação e Aprofundamento de Estudos em Famílias, Gênero e Violências (2016) é possível visualizar o campo do gênero demarcado com o objetivo de discussão de conceitos, ampliação dos âmbitos que perpassa o gênero, seja “no contexto social, familiar e escolar”, como também vincular as discussões para as práticas docentes, fazendo uma interlocução direta com família e violências. Percebe-se que a disciplina Educação Sexual na Infância no currículo de 2012 já apontava a educação para a sexualidade, mas é na disciplina de 2016 que são abordados “Relações de gênero e geração. Família, geração e cultura. Estatuto da Criança e do Adolescente. Violências contra crianças e adolescentes. Violências domésticas”, que levam a um entrelaçamento mais amplo dos estudos de gênero no currículo, conforme quadro 3.

## 3.2 OUTROS FATORES INTERNOS QUE DIALOGAM COM A HISTÓRIA

### 3.2.1 As primeiras influências sobre as temáticas da sexualidade no currículo e a importante trajetória do Núcleo de Estudos da Sexualidade

Revisitando a história do primeiro grupo de pesquisa que se dedicou ao estudo da sexualidade dentro da universidade pesquisada encontro parte de sua história narrada em uma primeira edição da revista que leva o nome do grupo – NES (Núcleo de Estudos da Sexualidade). Este núcleo foi criado em 1991 e uma das demandas que motivaram as pessoas envolvidas na época se encontra justificada pela:

[...] crescente solicitação de capacitação de professores das redes públicas e na inclusão destes conteúdos na disciplina de Princípios e Métodos de Orientação Educacional (I e II), com vistas ao Estágio Supervisionado que exigia, sistematicamente, o “enfrentamento” desta questão, principalmente junto aos estudantes de 5ª à 8ª séries e de 2º Grau. (NES, 1997)

Neste recorte fica nítida a sensibilização que a universidade demonstrava com as necessidades trazidas pelas/os acadêmicas/os em observar a questão que emergia dos “enfrentamentos” que a prática do estágio supervisionado experienciava durante o período formativo. Como ainda não havia disciplinas que abordassem a temática da sexualidade foi observada esta necessidade e em decorrência também deste fato, houve então uma movimentação curricular que buscou consolidar pela primeira vez no currículo de formação em Pedagogia a oferta de uma disciplina optativa que discutisse sobre sexualidade. Nesta reflexão é conveniente trazer um apontamento de Goodson (2011, p. 78) sobre a questão que se estabelece entre o prescrito e o praticado: “O que está prescrito não é necessariamente o que é aprendido, e o que se planeja não é necessariamente o que acontece”, claramente foi este ponto que fez com que o currículo se movimentasse no sentido de estar em maior sintonia com as demandas que a prática apresentava, nesta trajetória foi a prática do estágio durante a disciplina de Princípios e Métodos de Orientação Educacional (I e II) que possibilitou pleitear um espaço mais exclusivo para a educação sexual que não se apresentava no currículo prescrito.

Um fato ligado a história desta disciplina é que em cujas análises documentais realizadas foi observado que a habilitação em Orientação Educacional entrou no currículo em extinção conforme análise dos documentos. Este fato tem bastante relevância principalmente se atentarmos ao que traz o extrato sobre - “principalmente junto aos estudantes de 5ª à 8ª séries e de 2º Grau”, posso inferir que também havia dificuldades ou “enfrentamentos” em outras séries, porém muito provavelmente a preocupação maior era trazida pelos pré-adolescentes e adolescente na época.

Continuando com esta história em 1993 por via de contribuição do próprio NES ocorre inclusão da disciplina obrigatória na 1ª fase do curso de Pedagogia e um ano depois o curso de especialização em Educação Sexual é consolidado. Havendo também desmembramentos

através da inclusão de disciplina com a temática em outros cursos de pós-graduação e mestrado (1996) e realização de uma primeira Jornada Catarinense de Educação Sexual (1996).

O núcleo se modifica e sua inclusão na plataforma CNPq data do ano de 2004 já com nova nomenclatura: EDUSEX - Formação de Educadores e Educação Sexual.

Reafirmando o exposto acima, vale destacar os dados apresentados por Bedin (2010, p. 73) em sua dissertação, pois apresenta em detalhamento análises de questionários respondidos por grupos de pesquisas de regiões do Brasil sobre as temáticas de sexualidade e gênero, entre as quais está o grupo EDUSEX (Grupo de Estudos e Formação de Educadores e Educação Sexual) e sobre o qual foi importante focar o olhar, pois a autora chama a atenção para a questão da vaga específica mencionada pela coordenadora do grupo:

O Grupo EDUSEX, em 2004, articulado com os objetivos do Curso de Pedagogia da FAED-UDESC, propôs nos órgãos devidos, e foi atendido, para que houvesse uma vaga específica em Concurso Público para professor da disciplina Educação e Sexualidade, que nascera optativa no currículo e que estimulava o nascimento de uma obrigatória na primeira fase da grade curricular da época (além da permanência da optativa estar mantida!) [...] (BEDIN, 2010, p.73)

A pesquisa de Bedin (2010) traz a questão da luta por espaço e valorização das especificidades se refletindo diretamente na garantia que se estabelece através da consolidação da vaga específica em concurso público, por isso analiso o dado coletado pela autora Bedin (2010) como um dado importantíssimo de consolidação dessa área de estudos no curso da UDESC, onde primeiramente a temática Educação Sexual se estabelecia como disciplina optativa, mais tarde em disciplina curricular obrigatória e por fim legitimando sua presença pela oferta de uma vaga específica em concurso para magistério superior.

Contudo penso que as ideias trazidas por Juliá (2002), nos servem também para refletir sobre as disciplinas acadêmicas quando,

Enfim, o modelo escolar tem, após muito tempo, imposto **condicionantes institucionais** à transmissão de saberes, estabelecendo as práticas de aprendizagens especializadas, organizando

uma programação das aprendizagens segundo sequências temporais razoáveis, que supõe uma aquisição progressiva das expertises e um controle regulado dessas aprendizagens, segundo procedimentos de verificação que permitem **uma certificação social dos conhecimentos adquiridos**. (JULIÁ, 2002, p.40, grifo da autora)

Estes condicionantes institucionais que traz Juliá (2002) são identificado neste resumo sobre o NES, pois os processos que legitimam os conhecimentos sexuais no currículo se devem aos fatores que foram ao longo do tempo pleiteados através da força desse Núcleo e que se desenha ao longo dos mais de 30 anos de sua existência.

Contudo foi o estabelecimento das forças internas juntamente com o esforço do aprofundamento teórico do Núcleo com vistas nas práticas da formação docente que levaram a consolidação de espaço para discussão da temática da educação sexual, seja com a entrada da disciplina optativa, seja na manutenção e expansão com a disciplina obrigatória, como também o estabelecimento do território conquistado para vaga específica em concurso público de magistério de nível superior.

### **3.2.2 Documentos institucionais da UDESC**

Para descrever a Universidade foram analisados e retirados dados dos documentos: Relatório de Gestão (UDESC, 2015) e do Plano de Desenvolvimento Institucional da UDESC – PDI (UDESC, 2012b).

Conforme o Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade do Estado de Santa Catarina, sua estrutura se estabelece na forma de sete campi distribuídos pelo estado de Santa Catarina nas regiões: grande Florianópolis (compreende a reitoria), do norte, oeste, sul, planalto serrano, serra catarinense e vale do Itajaí.

A UDESC conta com 46 cursos de graduação na modalidade presencial distribuídos em 12 centros de ensino e um curso de graduação na modalidade à distância (EaD) em convênio com a Universidade Aberta do Brasil – UAB, totalizando 47 cursos de graduação. A UDESC abrange polos de apoio presencial em 29 cidades do Estado de Santa Catarina, em parceria com a UAB.

A instituição oferece 30 cursos de pós-graduação *stricto sensu*, dos quais 8 doutorados, 18 mestrados acadêmicos e 4 mestrados profissionais.

Com base no Relatório de Gestão (2015), a UDESC encerrou o ano de 2015 com um total de 12.512 alunos de graduação matriculados. A universidade tem como missão segundo o PDI:

Produzir, sistematizar, socializar e aplicar o conhecimento nos diversos campos do saber, através do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, indissociavelmente articulados, de modo a contribuir para uma sociedade mais justa e democrática em prol da qualidade de vida e do desenvolvimento sustentável do Estado de Santa Catarina e do País. (UDESC, 2012b)

E descreve suas finalidades como: "Produção, preservação e difusão do conhecimento científico, tecnológico, artístico, desportivo e cultural, por intermédio do fomento das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão" (UDESC, 2012b).

O documento Projeto Político Institucional (PPI) da UDESC encontra-se juntamente com o PDI, onde estão descritos os princípios filosóficos e as concepções de currículo que são especialmente importantes para a análise posterior de meu objeto de pesquisa.

O PPI é o documento que traz "um importante instrumento teórico-metodológico que estabelece as políticas para a organização administrativa e pedagógica, norteando as ações voltadas para a consecução de sua missão e de seus objetivos" (UDESC, 2012b). É um documento que apresenta inter-relações existentes na UDESC, nos cursos e entre cursos, se relacionando com o sistema educacional superior como também no contexto social que faz parte. Sendo concebido como um documento de gestão e avaliação.

Seu objetivo geral é "Ser um documento teórico e conceitual que norteie a ação, a intervenção e a formulação das atividades universitárias, traduzindo sua filosofia e intencionalidade" (UDESC, 2012b).

O PPI UDESC (UDESC, 2012b) leva em consideração o contexto da sociedade que marcado por crises de concepções e de paradigmas, gera expectativas em diversas áreas. Porém, é na área educacional que os processos acadêmicos precisam estar atentos para desenvolver novas estratégias e habilidades que se voltem para a assimilação e construção de novos conceitos.

Quanto as mudanças nos processos acadêmicos o documento compreende que:

[...] deverão estar focadas em uma educação para todos e de qualidade, capaz de organizar e dirigir situações de ensino e de aprendizagem, desenvolver práticas pedagógicas diferenciadas, promover prática reflexiva, fortalecer o processo de ensino e de aprendizagem em suas múltiplas dimensões. (UDESC, 2012b)

Ressalto que o PPI abrange importantes pontos sobre a ciência e a tecnologia:

Os processos acadêmicos devem mobilizar as linguagens, a ciência e a tecnologia disponíveis de modo a rearticulá-los, ressignificá-los, ou mesmo superá-los, a fim de satisfazer as necessidades, expectativas e demandas que emergem das práticas sociais.

[...]

O PPI da UDESC respalda-se também numa visão contemporânea de ciência, enquanto processo de investigação sob essa perspectiva o conhecimento é concebido como algo possível de revisão e reconstrução. Não há respostas prontas e acabadas. A verdade sempre poderá ser refutada. Não há verdades inquestionáveis, do mesmo modo que não há procedimentos de investigação indiscutíveis. Tanto dos pressupostos da ciência e da tecnologia, quanto das necessidades do ser humano e da sociedade devem ser tratados equilibradamente. (UDESC, 2012b)

É possível compreender que a UDESC não tem uma visão neutra da Ciência e que a instituição se preocupa em trabalhar para equilibrar as necessidades humanas-sociais com os pressupostos da ciência e da tecnologia, buscando estabelecer a ponte ciência - sociedade.

### 3.3 ANÁLISE DE DOCUMENTOS EXTERNOS: A INSERÇÃO DO GÊNERO E DA SEXUALIDADE

Na análise procuro percorrer historicamente alguns documentos legais que provocaram problematizações acerca de proposições e debates sobre o gênero e a sexualidade. O objetivo de trazer para a análise os documentos externos é apontar como as políticas públicas



brasileiras possibilitam discussões sobre abordagens de educação sexual, e a partir de que pressupostos elas foram idealizadas, tanto no âmbito escolar como também alguns apontamentos no âmbito do ensino superior. Contudo estarão em diálogo nesta primeira parte os documentos externos a UDESC, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, os Parâmetros Curriculares Nacionais e por fim as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior

Segundo Mello (2000) “Durante os anos 80 e 90, o Brasil deu passos significativos para universalizar o acesso ao ensino fundamental obrigatório: melhorou o fluxo de matrículas e investiu na qualidade da aprendizagem desse nível escolar” (p. 98), a autora aponta ainda que a nova LDB (1996) culminou em uma profunda ressignificação do processo de ensinar e de aprender.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional sob o nº 9.394 promulgada em 20 de dezembro de 1996, não traz especificamente a sexualidade ou a questão do gênero, mas logo na primeira página do documento é possível fazer alguma interpretação sobre a temática. No Artigo 3º diz que: "O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios, destaco o IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância" (BRASIL, 1996). Uma das possíveis interpretações poderia se referir a liberdade sendo de escolhas/orientações sexuais e a tolerância se referir a diversidade que se amplia destas.

O foco na sexualidade aparece em documento mais específico um ano após a LDB ser promulgada, com lançamento pelo MEC dos PCNs, que trouxeram como justificativas as demandas por trabalhos a partir dos anos 1980, na área da sexualidade, devido ao aumento da preocupação sobre a gravidez indesejada entre os adolescentes e os riscos de contágio pelo vírus da AIDS, justifica-se então que o trabalho:

sistemático e sistematizado de Orientação Sexual dentro da escola articula-se, portanto, com a promoção da saúde das crianças e dos adolescentes. A existência desse trabalho possibilita também a realização de ações preventivas às doenças sexualmente transmissíveis/AIDS de forma mais eficaz. (BRASIL, 1997, p. 78)

A aceitação da temática esteve bastante ligada ao temor a AIDS. Passando a escola a ser foco de um trabalho médico-institucional, focado na prática sexual entendida como problemática e disseminadora de doenças sendo então considerada como um tema emergente. A

educação sexual começa realmente a entrar nos espaços escolares, “O horizonte da AIDS, tal como ficou conhecida esta doença, marcou acentuadamente as práticas sexuais desta década, espalhando uma moral de medo e controle das sexualidades humanas” (NUNES, 1996, p.134-135). É nítido que o documento trabalha em uma perspectiva de prevenção, porém se torna preocupante que os entendimentos a partir da leitura do documento possam tomar rumos prescritivos.

Devido ao tempo de permanência dos jovens na escola e às oportunidades de trocas, convívio social e relacionamentos amorosos, a escola não pode se omitir diante da relevância dessas questões, constituindo local privilegiado para a abordagem da prevenção às doenças sexualmente transmissíveis/AIDS. O trabalho de Orientação Sexual também contribui para a prevenção de problemas graves como o abuso sexual e a gravidez indesejada. (BRASIL, 1997, p.78-79)

A temática da sexualidade é trabalhada nos PCNs na proposta da transversalidade, conforme documento: “Cada uma das áreas tratará da temática da sexualidade por meio da sua própria proposta de trabalho” (BRASIL, 1997, p.42) significa que,

Não constituem novas áreas, mas antes um conjunto de temas que aparecem transversalizados nas áreas definidas, isto é, permeando a concepção, os objetivos, os conteúdos e as orientações didáticas de cada área, no decorrer de toda a escolaridade obrigatória. A transversalidade pressupõe um tratamento integrado das áreas e um compromisso das relações interpessoais e sociais escolares com as questões que estão envolvidas nos temas, a fim de que haja uma coerência entre os valores experimentados na vivência que a escola propicia aos alunos e o contato intelectual com tais valores. (BRASIL, 1997, p.42)

O termo trazido pelo documento é Orientação Sexual, que “considera a sexualidade nas suas dimensões biológica, psíquica e sociocultural” (BRASIL, 1997, p. 81) e, entende que o trabalho de Orientação Sexual se constitui em um processo formal e sistematizado

que se dá na instituição escolar, necessitando de planejamento e intervenção por parte dos profissionais da educação.

Com relação a discussões sobre homossexualidade o documento não aprofunda, mas demarca que:

Da quinta série em diante os alunos já apresentam condições de canalizar suas dúvidas ou questões sobre sexualidade para um momento especialmente reservado para tal, com um professor disponível. Isso porque, a partir da puberdade, os alunos também já trazem questões mais polêmicas em sexualidade, já apresentam necessidade e melhores condições de refletir sobre temáticas como aborto, virgindade, homossexualidade, pornografia, prostituição e outras. (BRASIL, 1997, p. 88).

Essa demarcação a partir de “condições de canalizar dúvidas”, trazidas no documento é algo que me causa desconforto, pois, a junção da puberdade e questões polêmicas são percebidas por educadores muito antes da puberdade. Outro ponto é a discussão de gênero, que está no documento na parte - Sexualidade na infância e na adolescência,

A construção do que é pertencer a um ou outro sexo se dá pelo tratamento diferenciado para meninos e meninas, inclusive nas expressões diretamente ligadas à sexualidade e pelos padrões socialmente estabelecidos de feminino e masculino. Esses padrões são oriundos das representações sociais e culturais construídas a partir das diferenças biológicas dos sexos e transmitidas pela educação, o que atualmente recebe a denominação de relações de gênero. (BRASIL, 1997, p. 81).

As relações de gênero são também abordadas na segunda parte do documento que é mais destinada a orientações aos conteúdos de orientação sexual para o primeiro e segundo ciclos, entendidos como: o primeiro ciclo se refere às primeiras e segunda séries; o segundo ciclo, à terceira e à quarta séries e assim por diante. Lembrando que atualmente são designados anos escolares, pois o documento tem temporalidade anterior a atual vivida.

Os PCNs são um avanço visto pela ótica histórica da institucionalização dos conhecimentos sexuais nas escolas, porém as discussões e entraves não surgiram a partir dele, a temática da sexualidade é acompanhada por inúmeros tabus sociais que merecem análises. São muitos pontos possíveis de inferir uma linha tênue entre a reflexão e a prescrição de atitudes frente a mudanças comportamentais complexas que perpassam práticas pedagógicas diversas, que se apresentam na leitura deste documento. A proposição curricular se reflete diretamente como destaca Altmann (2001),

Os PCNs pretendem ser um referencial fomentador da reflexão sobre os currículos escolares, uma proposta aberta e flexível, que pode ou não ser utilizada pelas escolas na elaboração de suas propostas curriculares. (ALTMANN, 2001, p. 579)

Vislumbrando análises relacionadas com a instituição foco da pesquisa e seus documentos internos é necessário trazer as contribuições e pontos que emergem dos documentos externos que orientam a formação de professoras/es. As DCNs são um importante documento tanto para analisar a inserção da temática da sexualidade, como também para verificar as mudanças no âmbito da formação docente que indicaram reelaborações curriculares, antes pautados na LDB, e agora descritas nas DCNs com maior aprofundamento.

Início pela importante discussão já iniciada na LDB artigo 62, sobre formação inicial de professoras/es, as DCNs de 2001 trazem que,

Certamente, é difícil justificar pesos e medidas tão diferentes: que para lecionar até a quarta série do ensino fundamental é suficiente que o professor tenha uma formação em nível de ensino médio, enquanto que, para lecionar a partir da quinta série, seja exigido um curso superior de quatro anos, pois a tarefa tem nível de complexidade similar nos dois casos. (BRASIL, 2001, p. 17)

Podemos identificar nas Diretrizes para a formação de professores/as, da Educação Básica (2001), o indicativo para a inserção do docente em um debate mais amplo que envolve questões culturais, sociais e econômicas, trazidos como: Conhecimentos para o desenvolvimento profissional, em subitem: Conhecimento sobre a

dimensão cultural, social, política e econômica da educação, onde encontramos a temática da sexualidade inserida.

Diz respeito, portanto, à necessária contextualização dos conteúdos, assim como o tratamento dos Temas Transversais – questões sociais atuais que permeiam a prática educativa, como ética, meio ambiente, saúde, pluralidade cultural, a prática educativa, como ética, meio ambiente, saúde, pluralidade, **sexualidade**, trabalho, consumo e outras - seguem o mesmo princípio: o compromisso da educação básica com a formação para a cidadania e buscam a mesma finalidade: possibilitar aos alunos a construção de significados e a necessária aprendizagem de participação social. (BRASIL, 2001, p. 46 - grifo da autora)

Estão dispostos neste documento a necessária contextualização dos conteúdos, de demanda social atual, dentre as questões pontuadas recorro a sexualidade, pois analisando o currículo da UDESC é possível visualizar que esta questão social ganha destaque como disciplina no currículo de formação docente.

A resolução nº 2, de 1º de julho de 2015 define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Neste documento é perceptível a inserção mais incisiva dos termos, gênero, sexual, diversidade e outros. O parágrafo 6º traz definições sobre o projeto de formação que deve contemplar: ressalto o item VI - as questões socioambientais, éticas, estéticas e relativas à diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional e sociocultural como princípios de equidade (BRASIL, 2015).

O artigo 5º diz sobre a condução da/o egressa/o: VIII - à consolidação da educação inclusiva através do respeito às diferenças, reconhecendo e valorizando a diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, entre outras. O artigo 8º também refere a/o egressa/o estar apta/o a: VIII - demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, de faixas geracionais, de classes sociais, religiosas, de necessidades especiais, de diversidade sexual, entre outras (BRASIL, 2015).

Referente a estrutura e currículo tem-se no artigo 13º, parágrafo 2º:

Os cursos de formação deverão **garantir nos currículos conteúdos específicos** da respectiva área de conhecimento ou interdisciplinares, seus fundamentos e metodologias, bem como conteúdos relacionados aos fundamentos da educação, formação na área de políticas públicas e gestão da educação, seus fundamentos e metodologias, direitos humanos, diversidades étnico-racial, **de gênero, sexual**, religiosa, de faixa geracional, Língua Brasileira de Sinais (Libras), educação especial e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. (BRASIL, 2015, p. 11 - grifo da autora)

Destaco neste ponto um importante entrelaçamento com os documentos internos da instituição pesquisada, pois a primeira vez que os documentos internos do curso de Pedagogia da UDESC trazem abordagens sobre Educação Sexual data do ano de 1988, marcando espaço enquanto uma disciplina optativa e no ano de 1993 passa a disciplina optativa para o currículo de disciplinas obrigatórias, conforme documentos coletados na instituição.<sup>22</sup>

---

<sup>22</sup> Resolução nº18/93 – CONSEPE (UDESC, 1993a)

## **CAPÍTULO 4 - DOCUMENTOS INTERNOS E EXTERNOS E O ENTRELAÇAMENTO COM FONTES ORAIS – TECENDO A HISTÓRIA DA DISCIPLINA**

Esta etapa da pesquisa esteve bastante alinhada aos processos que envolveram os estudos das análises documentais preliminares, sendo possível então seguir e pensar no roteiro que organizaria o diálogo com as/os docentes selecionadas/os, o formato considerado mais adequado foi o semiestruturado e ao avançar dos estudos seguiu na elaboração das perguntas que seriam mais adequadas para historicizar a caminhada desta disciplina na instituição. Através dos relatos orais das/dos participantes foi possível refletir sobre o entrelaçamento entre o que postulam os documentos e os fatos narrados sobre os mesmos perpassando as memórias das/os docentes. Estas/es docentes foram identificadas/os também pela análise documental, focalizando nas/os possíveis participantes que pudessem de alguma maneira auxiliar por via de suas trajetórias institucionais afim de contribuir no aprofundamento necessário para a construção dos vários aspectos curriculares que se entrelaçam no currículo do curso de Pedagogia da UDESC e em específico na disciplina acadêmica com a temática da sexualidade.

Pensando em assegurar o anonimato nomeei as/os participantes da pesquisa como Voz Docente (VD1, VD2 e VD3), apesar de considerar importante alguns aspectos sobre trajetórias pessoais e formação inicial dessas vozes, nesta pesquisa foi suprimida esta informação visando também resguardar suas identidades.

O processo de elaboração do roteiro da entrevista semiestruturada<sup>23</sup> foi pensado principalmente a partir do estudo de documentos internos da instituição, pois ocorre um esgotamento de informações documentais que só são possíveis de serem sanados com os relatos orais de fatos e momentos vividos pelas/os docentes que acompanharam tanto a disciplina em foco como os movimentos e grupos de pesquisa que se debruçaram de alguma forma sobre a mesma temática. Esta importante etapa visou elaborar reflexões sobre os objetivos da pesquisa e se tornaram os blocos analíticos pautados em: 1) Contextualização histórica sobre as primeiras discussões trazidas para dentro do curso sobre a temática; 2) Compreensão da ligação entre a disciplina em foco e outras disciplinas do currículo; 3) Possíveis

---

<sup>23</sup> A entrevista semiestruturada foi elaborada pensando em estabelecer questões mais abertas que permitiram perguntas complementares a fim de qualificar o processo. O roteiro encontra-se na página 57.

tensionamentos no âmbito curricular ocorrido ao longo da história desta disciplina; 4) Inserção das discussões sobre gênero e a modificação da nomenclatura da disciplina.

Foi entregue a cada participante da pesquisa o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). O encontro com as/os participantes se deu em local por elas/eles sugerido com o intuito de facilitar e proporcionar um ambiente que se sentissem bem. As entrevistas foram gravadas sendo transcritas logo após os encontros. O tempo das entrevistas variou entre 30 minutos a 50 minutos. Houveram perguntas complementares pensadas a fim de colaborar neste processo e otimizar os encontros o melhor possível.

As entrevistas foram balizadas pelo seguinte roteiro:

- Como surgiu os estudos sobre Sexualidade no curso de Pedagogia?
- Quanto às memórias dessa disciplina as professoras têm conhecimento do que conduziu as professoras da época, atuantes na disciplina optativa, a pleitearem uma posição e um status de disciplina obrigatória?
- Existe alguma ligação entre as disciplinas de Biologia da Educação e da disciplina de Educação e Sexualidade?
- Durante meus estudos pude perceber que a disciplina Educação e Sexualidade mudou de nome, sendo inserida a palavra gênero, poderia falar mais sobre esta mudança?
- A professora esteve envolvida no processo de reorientação curricular?
- Nos estudos que estou realizando observei que existe um grupo de estudos sobre a temática da sexualidade, qual seu grau de envolvimento com este grupo?

O principal objetivo desse estudo está vinculado ao problema de pesquisa, onde é procurado respondê-lo, diante do conjunto de dados recolhidos, e por meio dos fatos narrados embasados por uma análise e reflexão dos aspectos encontrados que constroem a história da disciplina Educação Sexual/Educação, Gênero e Sexualidade<sup>24</sup>, que atualmente compõe o currículo do curso de Pedagogia da UDESC, numa busca de entrelaçar o relato das memórias das/dos docentes do curso, que aqui são chamados de vozes docentes (VD). No esforço de contribuir com a historicidade destes saberes, levando em consideração os momentos e fatos históricos marcados por embates políticos, sociais e institucionais que constituíram essa jornada, sendo que de acordo com Juliá (2002, p. 42) uma vez que reflete a circunstância desta elaboração, quando a

---

<sup>24</sup> Escolhi escrever a nomenclatura das disciplinas por considerar importante no entendimento desta história.



pesquisadora “[...] quer compreender, deve cuidar para não se transformar em justiceiro, mas sim em procurar reconstituir em sua organicidade a gênese, estrutura e a evolução das disciplinas escolares”, apesar da citação se referir a disciplinas escolares esse pensamento é pertinente também para a pesquisa histórica das disciplinas acadêmicas.

Vale mencionar que as/os docentes entrevistadas/os narraram suas memórias que muitas vezes se misturam com suas próprias trajetórias de vida e de profissão, pois há temas que repercutem e se instauram em sintonia com determinada visão de mundo, sendo perceptível o grande vínculo dos estudos de sexualidade e gênero não só na vida acadêmica. Os fatos narrados fazem um atravessamento com essas temáticas ocorrendo a sensibilização e ao mesmo tempo mostrando como foi árdua a luta por espaço dentro do currículo.

Algo que também no decorrer do processo desta análise da história oral me toca e me traz grande incentivo a continuar me dedicando a esta área. E se inicia com este extrato sobre o contexto da instituição - “então era um reduto machista, conservador e que não queria nem discutir isso [...] como é que a gente conseguiu?! [...] porque não era favorável.” Fala referente a Voz Docente 2 (VD2). A presente fala passa uma ideia de superação vivida e ao mesmo tempo uma intensa mobilização das estruturas pontuadas como conservadoras e machistas, o que justifica a relevância desta importante história evidenciada pelas falas e memórias sobre diferentes aspectos que ajudaram na consolidação do campo da educação sexual neste curso e currículo.

A tessitura neste trabalho procura estar em consonância com o que é estabelecido como referencial teórico metodológico, em destaque Goodson (1997), que auxilia na reflexão sobre a importância dos estudos curriculares:

Estudos históricos da estabilidade e da mudança curriculares fornecem valiosos pontos de vista sobre os parâmetros e os objectivos do ensino. [...] O trabalho histórico alerta-nos, em particular, para o modo como o debate incessante sobre o currículo é por vezes reduzido a um debate sobre a questão e a centralização disciplinares. (GOODSON, 1997, p.40-41)

#### 4.1 A HISTÓRIA DE UMA DISCIPLINA PELAS VOZES DOCENTES

A estrutura dos blocos analíticos que guiaram as análises e reflexões sobre a trajetória da presença das discussões que envolvem a temática da sexualidade/educação sexual e gênero que se estabelecem por via de uma ou mais disciplinas do currículo estão separados em quatro blocos e se pautaram nos três objetivos específicos desta pesquisa, sendo que as entrevistas com as Vozes Docentes investigadas tiveram maior relevância para compreender os processos envolvidos na constituição e consolidação da disciplina acadêmica em foco.

1) **Contextualização histórica sobre as primeiras discussões trazidas para dentro do curso sobre a temática:** Apresenta investigação de como foi que a temática da sexualidade e do gênero surgiram no currículo do curso de Pedagogia da UDESC analisando os fatores internos e externos.

2) **Compreensão da ligação entre a disciplina em foco e outras disciplinas do currículo:** Se refere a análise sobre o entrelaçamento da temática da sexualidade e do gênero em disciplinas anteriormente consolidadas no currículo, como também em disciplinas que surgem como forma de desmembramentos desses estudos em disciplina curricular obrigatória.

3) **Possíveis tensionamentos no âmbito curricular ocorrido ao longo da história desta disciplina:** Apresenta a compreensão dos processos de reorientação e reformas curriculares que envolveram tanto forças internas quanto externas à instituição.

4) **Inserção das discussões sobre gênero e a modificação da nomenclatura da disciplina:** Neste bloco são analisadas as perspectivas da formação docente através da disciplina Educação, Gênero e Sexualidade.

No que se refere a **Contextualização histórica sobre as primeiras discussões trazidas para dentro do curso sobre a temática**, iniciamos pelo o extrato da entrevista da VDI, pois esse demarca quais fatores foram primordiais no início da história da disciplina em estudo.

A FAED como faculdade de educação, ou como centro de educação. Ela desde a década de noventa. Eu diria até no final da década de oitenta. [...] ela teve através de [...] professoras que são referência. É a preocupação com a área da sexualidade. Então, foram [...] que criaram, [...] o NES, o Núcleo de Estudos da Sexualidade. Era um núcleo de extensão, o núcleo vem antes inclusive da disciplina tá no currículo. [...] elas eram estudiosas da área e se sensibilizavam com área e trabalhavam com essa discussão. O núcleo de estudo da sexualidade passou então, a aglutinar essas discussões. Passou a reunir pessoas interessadas inclusive estudantes interessados, servidores técnicos e professores e professoras, e passou a ter... uma certa força no centro. Prá poder disputar no currículo. (VD 1)

É possível perceber pela fala da VD1 que o reconhecimento pelo estudo dedicado a área da sexualidade se deve primeiramente a sensibilização de professoras e que a criação do núcleo de estudos foi de vital importância. Fica claro pela fala de VD1 o fato de a disputa curricular ocorrer devido a todo este processo e a força que se criou no centro, se referindo a FAED.

A próxima fala retrata a criação do NES

[...] Nós criamos o NES que era o Núcleo de estudos da Sexualidade que tinha alunos, aí agregou outros professores de outras áreas que tinha né, [...]. Aí a gente se sentiu mais forte conseguiu mais pessoas, tinha gente até de fora da FAED e a gente reunia [...] ali perto dos bombeiros né, ali era a pós-graduação e ali a gente montou o primeiro curso de pós-graduação especialização né em Educação Sexual, isso já é o fruto. [...]. (VD2)

Esta fala reforça o que VD1 coloca sobre a força que o NES construiu, sendo um dos frutos o curso de especialização em Educação Sexual.

Neste ponto percebo a ligação do que Goodson (2011) traz sobre tradição e constituição dos currículos e das disciplinas, “[...] como acontece com toda a tradição, não é algo pronto de uma vez por todas; é,

antes algo a ser definido, onde, com o tempo, as mistificações tendem a se construir e reconstruir sempre de novo” (p.78), fica claro que o NES auxiliou naquela época a mobilizar estruturas que seguiam uma certa tradição na formação de pedagogas/os, e que não incluía a temática da sexualidade/ educação sexual. A VD2 também coloca que este foi o primeiro curso do Brasil que abordou o tema: “Ali começamos a tratar de gênero também [...] não só Educação Sexual e foi o primeiro no Brasil”, esse trecho traz um outro ponto importante, que se articula aos estudos das análises documentais onde foi averiguado que após a reorganização curricular compreendida entre 2012-2015 houve a mudança no nome da disciplina, uma nova nomenclatura foi criada inserindo o termo gênero, porém neste relato já é marcada a preocupação na abordagem do gênero e então a nomenclatura passa a ser - Educação, Gênero e Sexualidade, aqui temos o início de mais um bloco analítico a **Inserção das discussões sobre gênero e a modificação da nomenclatura da disciplina**: diante deste fato a fala da VD1 relata a existência de grupos distintos e destaca como foram e são as discussões sobre gênero:

Então a gente tem aqui, a gente tem na FAED, sem dúvida, [...] grupos distintos que estudam... essa questão, mas que nunca brigaram em nenhum aspecto. Nem conflitos teóricos, e nem muito menos em qualquer tipo de atrito que pudesse colocar em risco o tema no currículo. O tema sempre teve assim. E foi mantido e... inclusive acrescido as discussões de gênero que não tinham nas anteriores, eram só educação sexual. (VD1)

Esse relato é extremamente importante, pois demonstra que a prioridade apesar das particularidades dos estudos dos grupos que se constituíram foi pensada na manutenção do campo, na ocasião já está estabelecido, ficando explícito nesta fala: “a gente sempre teve junto ah... na manutenção do campo, ninguém brigou entre nós, porque se não a gente acabava brigando e não ficava nenhum [...]. Entendeu?” (VD1). Nesta mesma direção a VD3 coloca que:

[...] também não vejo isso ser hoje um problema eu vejo que hoje isso é tranquilo as pessoas trabalham a partir de suas perspectivas e são as suas perspectivas isso não é discordo da sua perspectiva porque não lhe gosto [...] a minha

relação com você é outra e isso é próprio da universidade do que a gente adota como referencial [...].(VD3)

A VD3 apresenta pontos positivos que se estabeleceram nas diferenças que foram ao longo do tempo se construindo e constituindo a disciplina atual.

[...] Hoje a gente tem EDUGEN<sup>25</sup> que é educação sexual na perspectiva emancipatória e as questões de gênero na perspectiva dos estudos culturais [...] com objetivo de possibilitar pros alunos duas visões [...] é o que a gente tem hoje em termos de currículo uma disciplina que foi montada coletiva. (VD3)

E no mesmo sentido a VD1 colabora:

Essa disciplina não ficou só a cara da educação sexual emancipatória, essa disciplina ela absorveu as outras correntes políticas que existiam e acadêmicas na área de estudo de gênero e sexualidade. [...] A gente não esconde isso e a gente muito menos acha que isso é ruim. Isso não é ruim, muito pelo contrário. Isso até que devia servir pedagogicamente prá outras universidades. Porque as pessoas normalmente dos grupos de pesquisa se matam entre si, e acaba, às vezes, isso sendo prejudicial pro curso. Não é!? Nós na disputa curricular, a gente entendia que não adiantava a gente brigar entre nós, porque a gente só ia perder espaço. (VD1)

Nestes extratos é possível identificar o quão foi o crescimento do campo dos estudos da sexualidade dentro do currículo do curso, sendo possível através destes relatos identificar diferentes grupos que se interessaram em abordagens teóricas diversas e que demonstram ter como norte a formação das/dos acadêmicas/os.

A inserção destes estudos da educação sexual na UDESC já completa mais de 30 anos, e através das vozes docentes é possível compreender que hoje é um campo muito reconhecido e que foi construindo seu espaço, por via de novos grupos de pesquisa, novos

---

<sup>25</sup> EDUGEN é a sigla que a VD3 usou para a disciplina Educação, Gênero e Sexualidade.

desmembramentos vinculados a referenciais teóricos que se diferenciam e dialogam nesta história.

Considero que Goodson (2013) traz fatores que posso inferir como sendo exitosos nas mudanças que ocorrem no currículo do curso de Pedagogia da UDESC:

A mudança educacional funciona com mais sucesso quando a reforma considera esse compromisso pessoal dos professores como sendo, ao mesmo tempo, uma inspiração para a reforma (que funciona melhor quando é levada a cabo pelos professores como parte de seus projetos pessoais–profissionais), e um objeto necessário da reforma (a necessidade de dar apoio aos professores até o ponto em que eles próprios desejem “apropriar-se da reforma). (GOODSON, 2013, P.57-58)

Quando Goodson (2013) coloca “apropriar-se da reforma” remete a reflexão sobre os desmembramentos que foram tendo os estudos da educação sexual e principalmente em sustentar os estudos de gênero para fim de se unirem em prol da formação acadêmica, reafirmando um compromisso das/os docentes que tiveram na história pregressa desta temática um papel fundamental em ancorar uma base para que as/os docentes de hoje possam dar prosseguimento incluindo discussões que buscam mudanças educacionais.

Estes relatos mostram a temática da sexualidade e de gênero na UDESC em suas várias fases, primeiro é preciso brotar a planta que irá lhe sustentar e após seu crescimento, começa a florescer, mas o passado foi um pouco mais difícil, o que fica bastante evidente nesta próxima fala da VD2, que se refere aos seus pares de trabalho na época, remeto aqui o entrelaçamento direto com mais um bloco analítico sobre os **Possíveis tensionamentos no âmbito curricular ocorrido ao longo da história desta disciplina**

[...] à medida que eles se aposentavam e que teve concurso público, daí a gente recebeu gente jovem, sangue novo já com mestrado [...] isso não era uma realidade na época, e ainda assim mulher, apesar de ser um curso de Pedagogia com muita professora mulher, [...] elas nem chegavam a ser chefe de departamento, era muito raro... a única diretora mulher que a FAED teve até então, ela foi

uma escolha de um ex-diretor não foi por eleição [...] (VD2)

De uma maneira muito complicada como segue o relato:

[...] porque a UDESC até então não tinha concurso público para professor não tinha seus professores com mestrado a maioria era especialistas [...] estabeleceu um conflito até pela titulação pela experiência aquelas coisas. E aí nós estávamos brigando por concurso público né, pra avaliação de currículo essas coisas já deslanchar, porque a gente entendia que uma instituição estadual podia ser modelo e tal e aí começou a vim mais gente nova e já titulada também foi um período bem tenso.(VD2)

Conforme o relato era uma época que os conflitos e tensionamentos se estabeleciam pela questão da titulação e por um desejo apresentado nesta fala de se ter uma organização que visava um modelo de educação e que se pautasse em um processo mais justo organizado via concurso público, como a seleção pela titulação para qualificar as/os docentes pretendentes a vaga na instituição.

Conforme análises documentais que estabeleço no subcapítulo 3.1.2 sobre os planos de ensino e documentos internos da UDESC, foram as brechas deixadas no antigo currículo pela exclusão de disciplinas como EPB I e II, que eram do tempo da ditadura militar e que já não faziam mais sentido haja vista a abertura política do país, que acendia a ideia nas/nos docentes de substituí-las, e então em 1993, como coloca a VD2: “Aí a gente entendeu que pra mexer nisso tinha que ter mais força no departamento de estudos especializados que era o nosso.” E segue, se referindo a retirada dessas duas disciplinas que não cabiam no contexto da época:

[...] primeiro [...] assumindo a coordenação do departamento nos fortalecendo e tal e uns se aposentando, discutir isso em conselho de centro e conseguimos mudar e tirar essas duas disciplinas e colocamos na primeira fase Introdução a Educação Sexual e na sexta fase ela era optativa para os alunos que quisessem, então foi assim que começou, [...] (VD2)

Este foi o contexto histórico que permitiu a entrada da disciplina no âmbito da obrigatoriedade no currículo, envolvendo todo um pensar sobre de que maneira poderia se mobilizar a retirada de uma disciplina que naquele momento não faz mais sentido, justificado pelo regime democrático já instaurado no país.

Outro importante fator ligado a esta história e que tem um entrelaçamento com a temática da sexualidade está no **Compreensão da ligação entre a disciplina em foco e outras disciplinas do currículo**, analiso as falas sobre a disciplina Biologia Educacional, atualmente extinta do atual currículo da instituição, conforme VD1

A biologia educacional ela não tinha a área da sexualidade, ela não tinha discussão. Ela discutia, por exemplo, alimentação escolar, merenda escolar, fracasso escolar, sob o ponto de vista da hiperatividade, visão e audição, sistemas de coordenação biológica, como o sistema nervoso, [...] sistema endócrino [...] qualidade de vida, o conceito de saúde, conceito de doença social, ela não discutia sexualidade [...]. Na verdade, até tinha, tinha é porque era biologia educacional 1 e 2, e a biologia educacional 2 tinha doenças sexualmente transmissíveis. (VD1)

De acordo com as reflexões anteriores sobre as ementas e objetivos dos Planos de Ensino é possível verificar também na fala de VD1 que eram duas disciplinas de Biologia Educacional, sendo que somente na Biologia Educacional 2 é que eram tratados os temas de doenças sexualmente transmissíveis, e outros como apresento na análise documental, aparecendo também o HIV e Sexo seguro. Após sua extinção pelo processo de reorganização curricular há uma fusão para a disciplina que aborda a sexualidade,

[...] a FAED teve um processo de discussão do fim dos fundamentos da educação que fez com que se extinguiu a biologia educacional. Não só a biologia educacional. A filosofia [...], a sociologia [...] diminui carga horária tudo, tudo aqui diminuiu carga horária, todas elas aqui diminuíram carga horária. E a biologia educacional foi prá dentro da sexualidade, [...] A biologia educacional... Foi extinta. (VD1)



Este ponto é muito relevante porque a disciplina de Biologia Educacional é abarcada pela disciplina de Educação, Gênero e Sexualidade, conforme relato acima. Sendo que é destacado pela VD2 ao comentar sobre seu trabalho na disciplina de Educação Sexual, implantada a partir de 1993 (obrigatória)

[...] mais com a questão da identidade sexual na época né [...] o pouco que se falava de sexualidade no ensino fundamental e no segundo grau mesmo era sempre pra atemorizar né, olha sexo traz doenças venéreas, sexo engravida sexo [...] **então era uma coisa muito reducionista da sexualidade** e agente partia do pressuposto que sexualidade é humana, que sexo é uma coisa que também o animal tem e a sexualidade era nossa né, e aí a gente começou a trabalhar sentimentos, prazer, [...] **a ideia não era biologizar a educação sexual** porque isso tinha a disciplina de biologia, [...] passava pela biologia **mas não era o grande foco não.** (VD2, grifo da autora)

No extrato acima é bastante claro o propósito da disciplina em “a ideia não era biologizar a educação sexual”- fica demarcado nesta fala a separação do que era da área da Biologia e o que se pretendia para disciplina de Educação Sexual, diferentemente do que já existia e principalmente com o que historicamente se pautavam os estudos que a biologia trazia. Minhas análises sobre este extrato estão ancoradas em estudos que eram, em outros tempos, de uma base com uma sedimentação de bastante tradição seja em currículos escolares, seja no currículo de formação de professoras/es desde o tempo de influências do ideário da Escola Nova nos cursos Normais, como discuto nesta pesquisa. As fundamentações para expor discussões sobre a sexualidade eram somente vistas e balizadas sob o ponto de vista do corpo segmentado parte a parte, onde a sexualidade era uma redução centralizada nos órgãos sexuais.

Neste extrato da VD2 é possível retomar uma questão importante nos estudos de Goodson (2011; 2013), sobre o currículo como prescrição, este autor coloca que o currículo prescrito é uma forma de delinear antes para depois se colocar em prática, portanto o currículo prescrito se estabelece também como uma forma de conferir as/aos professoras/es os saberes e conhecimentos conforme já foi pré-definido, o que faz sentido se olharmos para a história de algumas disciplinas

como a de Biologia Educacional e concordando com Goodson (2013) quando afirma que:

[...] o currículo foi inventado basicamente como um conceito para direcionar e controlar a autonomia do professor e sua liberdade potencial na sala de aula. Com o passar dos anos a aliança entre prescrição e poder foi cuidadosamente alimentada para que o currículo se tornasse um artifício que reproduza as relações de poder existentes na sociedade. (GOODSON, 2013, p.143-144)

Contudo neste movimento interno da instituição, onde as abordagens ganham sentidos e significados balizados por via de estudos que se pautam em conhecimentos das áreas mais humanas, principalmente no que se refere a sexualidade, há também um movimento externo que discute os fundamentos da educação, e a disciplina

[...] biologia educacional, ela entrou numa discussão dos fundamentos da educação. A FAED passou por uma reforma grande não só a FAED. Mas os cursos de pedagogia de modo geral, eles começaram a pulverizar, eu diria até extinguir as tradicionais disciplinas dos campos do fundamento da educação. Daí sociologia, filosofia, biologia, psicologia tal [...] (VD1)

Este movimento externo concede a UDESC o pensar sobre sua maneira de estabelecer conhecimentos que se destacam como pertinentes na contemporaneidade e que estão presentes na formação docente, como é o caso da

[...] inserção da discussão de do aprofundamento de famílias, gênero e violências. Que é junto com isso, ao mesmo tempo, que essa disciplina possa ser a disciplina da grade comum a todo mundo, a FAED ainda tem uma especificidade no curso de pedagogia. Na 5a. fase, escolhe um aprofundamento teórico que pode ser, em relações étnico-raciais, em educação especial, em infância, em linguagens, e em família-gênero-violências. Onde se continua essa discussão de sexualidade,

gênero, violência, famílias, preconceitos, identidades e tal. Daí o que... nessa escolha significa [...] quem escolhe essa habilitação esse aprofundamento fica os 3 semestres últimos fazendo ele. (VD1)

Na fala acima temos as disciplinas que podem ser escolhidas pelas/os acadêmicas/os, constituindo-se como optativas, e conforme documentos internos da instituição aqui discutidos são essas disciplinas que pautadas no PPP da instituição visam contribuir na formação dos egressos, pois o documento deixa uma abertura visando corresponder as necessidades do Curso, onde pontua que propostas novas poderão se constituir em novos Núcleos de Aprofundamentos, assim como, se configura hoje o núcleo “Diversificação e Aprofundamento de Estudos em Famílias, Gênero e Violências”.

Penso que o exposto principalmente sobre o modo como a universidade organiza em seu currículo o espaço para que se possa ter abertura a novos núcleos de aprofundamento com a finalidade de abarcar novas propostas no currículo esteja vinculado ao que Goodson (2013) traz em:

Ao invés de escrever novas prescrições para escolas, novos currículos ou novas diretrizes de reforma, elas precisam antes questionar a própria validade das prescrições pré-digeridas em um mundo de fluxo e de mudanças. Precisamos, em suma, sair do currículo como prescrição para o ensino narrativo do gerenciamento de vida. (GOODSON, 2013, p.142)

O autor coloca as prescrições para o âmbito escolar, porém este trecho é bastante pertinente nos estudos desta pesquisa, pois é nítida uma crescente evolução da temática da sexualidade e do gênero neste currículo, vista sua história e seus desdobramentos aqui visualizados no núcleo “Diversificação e Aprofundamento de Estudos em Famílias, Gênero e Violências”, que é uma proposta diferenciada de atrelar os estudos de gênero as atuais famílias e questão das violências de gênero, dentre outras preocupações que perpassam esta perspectiva.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta etapa de finalização faço algumas considerações sobre os resultados compreendidos nos blocos analíticos que me auxiliaram no intuito de compreender meu problema de pesquisa que buscou analisar o processo de constituição e consolidação da disciplina Educação, Gênero e Sexualidade no currículo do curso de Pedagogia da UDESC, sendo que esta nomenclatura é a atual.

No primeiro bloco busco analisar a - **Contextualização histórica sobre as primeiras discussões trazidas para dentro do curso sobre a temática** sendo visível que neste currículo e nesta história há fatores visíveis sobre uma vontade de ir além do que já se fazia em termos de temática ligada a sexualidade, duas docentes que foram protagonistas e este fato leva a afirmar que o currículo é vivo, ativo e se faz com pessoas, algo que para Goodson (2013, p.143) está localizado em “[...] as pessoas intimamente relacionadas com a construção social cotidiana do currículo e do ensino – os professores – [...]”. Portanto são docentes que fomentaram as primeiras discussões dentro do curso e que mais tarde abrangeram mais docentes e interessadas/os na temática com a criação do NES, sendo que este Núcleo auxiliou na organização da força para demarcação da área da sexualidade favorecendo a disputa do espaço no currículo. Estas inserções estão ligadas a educação sexual que se entrelaça a contextos históricos e políticos brasileiros que aprofundo no capítulo dois, sobre a Institucionalização dos Conhecimentos Sexuais, na qual este trabalho possibilitou compreender o pioneirismo da UDESC em estabelecer em seu currículo durante décadas disciplinas ligadas a educação sexual, pensando em um trabalho pedagógico que rompesse com o viés que pretendia a biologicização destes conhecimentos. Este fato é de suma importância na análise não somente do estabelecimento de um campo de ensino, mas no que se pretendia enquanto proposta de currículo para formação em Pedagogia. A forma como se organizou a disciplina mostra que o aporte teórico das disciplinas ligas a sexualidade proporcionaram uma visão de construção histórico-social da sexualidade, se afastando de uma visão antes estabelecida por via da disciplina Biologia Educacional, antiga conhecida desde os tempos dos cursos Normais (período de forte influência da Escola Nova no Brasil), onde a Ciência exercia e determinava os conhecimentos em um currículo como prescrição, conforme Goodson (1997; 2007; 2011; 2013).

Nos dados coletados sobre a **Compreensão da ligação entre a disciplina em foco e outras disciplinas do currículo**, foi investigado o

processo de reorganização curricular, relatado nas falas das Vozes Docentes onde os fundamentos da educação eram antes organizados enquanto disciplinas no curso de Pedagogia da UDESC, sendo que estas disciplinas tinham o mesmo nome de suas ciências base - Filosofia, Psicologia, Sociologia e Biologia, discutidos e historicizados no capítulo 2.1, pois se estabeleceram no período da Escola Nova entre os anos de 1930 -1940 perdurando no currículo em foco até o ano de 2012, onde houve a reorganização curricular. Foi então através deste processo que primeiramente reduziu as cargas horárias e, posteriormente, como tendência nos cursos de Pedagogia do Brasil foram extintas. No caso da Biologia Educacional no currículo da UDESC houve o seguinte encaminhamento, a extinção da disciplina, mas a incorporação de parte dos conteúdos da disciplina extinta pela disciplina criada Educação Sexual/ Educação Gênero e Sexualidade. Este é um fato de bastante relevância, pois há uma grande reorganização curricular e dentro deste processo há uma mudança de base teórica importante, que favoreceu o estabelecimento de uma base teórica que permitiu a entrada de uma visão de construção histórico-social da sexualidade na formação das/os Pedagogas/os. Houve a partir disto o desmembramento em mais oportunidades de ramificação da temática como é visualizado na - Diversificação e Aprofundamento de Estudos em Famílias, Gênero e Violências, que pode ser escolhida dentre outras temáticas pelas/os acadêmicas/os no currículo em vigor.

O bloco analítico **Possíveis tensionamentos no âmbito curricular ocorrido ao longo da história desta disciplina** versa sobre como foi difícil organizar desde o concurso público para os cargos do magistério superior, que antes não ocorria até a inclusão da disciplina obrigatória anteriormente contemplada somente como disciplina optativa, este status que a disciplina educação sexual pleiteava no currículo se consolida através de brechas que foram estudadas, analisadas e justificadas através dos/as docentes a fim de serem uma porta de consolidação do campo do saber que demandou muito trabalho e enfrentamentos internos nos departamento de ensino.

Algo muito importante de ser analisado se estabeleceu com o bloco sobre a **Inserção das discussões sobre gênero e a modificação da nomenclatura da disciplina** foi nesta coleta de dados que ficou um dos registros que considero mais relevantes desta história, marcada por uma coerência no que diz respeito a possibilitar ao processo de formação das/dos acadêmicas/os perspectivas de educação sexual e posteriormente com a reorganização curricular as perspectivas dos

estudos de gênero e sexualidade, respeitando-se as visões sobre a temática da educação sexual e do gênero.

Diante destas reflexões acredito que grupos com posicionamento teórico diversos podem construir disciplinas e que não há construção significativa de conhecimentos se não visibilizarmos temáticas como propósitos formar cidadãos críticos e que respeitem a diversidade de pensar. Para Goodson (2013),

No novo futuro social devemos esperar que o currículo vá se envolver com as missões de vida, com os entusiasmos e objetivos que as pessoas articulam em suas vidas. Esse sim seria verdadeiramente um currículo capaz de dar poder às pessoas. (GODSON, 2013, p. 157)

Concordando com Goodson (2013) penso que este estudo foi possível vislumbrar que é muito importante compreender que a formação acadêmica exige o compromisso de transgredir as prescrições e caminhar na construção de um currículo mais sintonizado com as transformações sociais, entendo também que este estudo não tem seu fechamento nestas considerações, pois são as incertezas que movem a educação e o ato da pesquisa.

Através desta pesquisa foi possível pensar em próximos trabalhos a serem desenvolvidos e que suscitam provocações que surgiram durante o processo de finalização desta dissertação, mas que necessitam de um debruçamento maior. Instigada por essa temática, tanto sobre o enfoque curricular quanto sobre gênero e sexualidade, é possível pensar em dar continuidade a este desejo de também aprofundar autores que para este estudo não fizeram parte de minhas análises, mas que são importantes para compreender a questão das relações de poder que estão nos vieses dos tensionamentos analisados.

Outro possível desmembramento que surge pensando em não colocar um ponto final nesta pesquisa, está mais localizado em entender através dos estudos que a historicidade permite a representação destas disciplinas em outras universidades, assim como compreender a inclusão destes estudos em grupos de pesquisa pensando em contribuir nos entendimentos sobre os processos de institucionalização e organização curricular no âmbito formativo de professoras/es.





## REFERÊNCIAS

ALTMANN, Helena. Orientação sexual nos parâmetros curriculares nacionais. **Revista Estudos Feministas**, [s.i.], v. 9, n. 2, p.575-585, 2001. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-026x2001000200014>. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8641.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2017.

BARROSO, Carmen; BRUSCHINI, Cristina. **Educação Sexual**: debate aberto. Petrópolis: Vozes, 1982.

BEDIN, Regina Celia. **A institucionalização do conhecimento sexual enquanto tema de investigação e ensino em universidades**. 2010. 108 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós Graduação em Educação Escolar, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2010. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/90251>>. Acesso em: 30 ago. 2017.

BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, RS, 23 dez. 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm)>. Acesso em: 23 abr. 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: Pluralidade Cultural e Orientação Sexual. v.10. Brasília: MEC/SEF, 1997. 164 p.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais Para A Formação de Professores da Educação Básica, em Nível Superior, Curso de Licenciatura, de Graduação Plena. Parecer nº. 009/2001. Relatora: Conselheira Raquel Figueiredo Alessandri Teixeira. Brasília, DF, 08 de maio de 2001. **Parecer CNE/CP 9/2001**. Brasília, 18 jan. 2002. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/009.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE** e dá outras providências. Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho->

2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html>. Acesso em: 30 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. Resolução CNE/CP nº 2, de 01 de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. **Resolução CNE/CP nº 2**. Brasília, DF, 01 jul. 2015. n. 2. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>>. Acesso em: 30 ago. 2017.

BRITTO, Néli Suzana. **A Biologia e a História da Disciplina Ensino de Ciências nos Currículos do Curso de Pedagogia da UFSC (1960-1990)**. 2010. 266f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, Fabiana Aparecida. Que saberes sobre sexualidades são esses que (não) dizemos dentro da escola? In: FIGUEIRÓ, Mary Neide (Org.). **Educação Sexual: em busca de mudanças**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina (UEL), 2009. p. 1-16.

CÉESAR, Maria Rita de Assis. Gênero, sexualidade e educação: notas para uma "Epistemologia". **Educar em Revista**, Curitiba, n. 35, p.37-51, 2009. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-40602009000300004>.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Repressão Sexual: Essa Nossa (Des)conhecida**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984. 236 p. Coleção: Leituras afins.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria & Educação**, Porto Alegre, n. 2, p.177-229, 1990.

DEMARTINI, Gabriel Ribeiro. **Articulação entre Paulo Freire e Herbert Marcuse para uma educação sexual humanizadora**. 2015.

143 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Educação, Centro de Ciências Humanas e Biológicas - CCHB, Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/2807>>. Acesso em: 30 ago. 2017.

FAGUNDES, Tereza Cristina Pereira Carvalho. Sexualidade e gênero: uma abordagem conceitual. In: FAGUNDES, Tereza Cristina Pereira Carvalho (Org.). **Ensaio sobre Educação, Sexualidade e Gênero**. Salvador: Helvécia, 2005. v.1, p. 11-17.

FIGUEIRÓ, Mary Neide. A produção teórica no Brasil sobre educação sexual. **Cadernos de Pesquisa**: Revista de Estudos e Pesquisas em Educação, São Paulo, n. 98, p.50-63, 1996.

\_\_\_\_\_. **Formação de educadores sexuais: adiar não é mais possível**. Campinas, SP: Mercado de Letras; Londrina, PR: EDUEL. (Coleção Dimensões da Sexualidade), 2006.

\_\_\_\_\_. A Educação Sexual presente nos relacionamentos cotidianos. In: FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico (Org.). **Educação Sexual: em busca de mudanças**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina (UEL), 2009. p. 63-105.

GOODSON, Ivor Frederick. A produção teórica no Brasil sobre educação sexual. **Cadernos de Pesquisa**: Revista de Estudos e Pesquisas em Educação, São Paulo, n. 98, p.50-63, 1996.

\_\_\_\_\_. Disciplinas escolares: padrões de estabilidade. In: GOODSON, Ivor Frederick. **A Construção Social do Currículo**. Lisboa: EDUCA, 1997. Cap. 2. p. 27-42. Tradução de: Maria João Carvalho.

\_\_\_\_\_. **Formação de educadores sexuais: adiar não é mais possível**. Londrina: EDUEL, 2006.

\_\_\_\_\_. Currículo, narrativa e o futuro social. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 35, p.241-252, ago. 2007. FapUNIFESP (SciELO).

\_\_\_\_\_. **Currículo: Teoria e História**. 11. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011. 141 p.

\_\_\_\_\_. **Políticas de currículo e de escolarização:** abordagens históricas. Rio de Janeiro: Vozes, 2013. Tradução de: Vera Lucia Mello Josceline.

HAMPEL, Alissandra. "**A gente não pensava nisso...**": educação para a sexualidade, gênero e formação docente na região da Campanha/RS. 2013. 302 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/83298>>. Acesso em: 30 ago. 2017.

JULIÁ, Dominique. Disciplinas Escolares: objetivos, ensino e apropriação. In: LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. **Disciplinas e integração curricular:** história e políticas. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 37-71.

LIMA, Celian Tereza Batista et al. Percepções e práticas de adolescentes grávidas e de familiares em relação à gestação. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, Recife, v. 4, n. 1, p.71-83, mar. 2004. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1519-38292004000100007>. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbsmi/v4n1/19983.pdf>>. Acesso em: 04 out. 2017.

LOURENÇO FILHO, Manuel Bergström. **Introdução ao estudo da Escola Nova:** bases, sistemas e diretrizes da pedagogia contemporânea. 12 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1978. 246 p.

LOURO, Guacira Lopes (Org.). O corpo educado: Pedagogias da sexualidade. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. 176 p. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva.

\_\_\_\_\_. Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2003. (Coleção Educação Pós-crítica).

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Elisa Dalmazo Afonso de. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: E.P.U, 1986. 106 p. (Temas básicos de Educação e Ensino).

MELLO, Guiomar Namó de. Formação inicial de professores para a educação básica: uma (re)visão radical. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 1, p.98-110, mar. 2000. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-88392000000100012>.

MENDES SOBRINHO, Jose Augusto de Carvalho. **O Ensino de ciências naturais na escola normal**: aspectos históricos. Teresina: EDUFPI, 2002. 190 p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza et al (Org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

MONARCHA, Carlos. Introdução ao estudo da Escola Nova. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 14, p.170-176, maio-ago 2000. Trimestral. Resenha. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a14.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

NES. **REVISTA DO NÚCLEO DE ESTUDOS DA SEXUALIDADE** - FAED. Florianópolis: UDESC, v. 1, n. 1, 1997.

NUNES, Cesar Aparecido. **Filosofia, sexualidade e educação**: as relações entre os pressupostos ético-sociais e histórico-culturais presentes nas abordagens institucionais sobre a educação sexual escolar. 1996. 330 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/252438>>. Acesso em: 30 ago. 2017.

RIBEIRO, Paula Regina Costa. Revisitando a história da educação sexual no Brasil. In: RIBEIRO, Paula Regina Costa; QUADRADO, Raquel Pereira (Org.). **Corpos, gêneros e sexualidades**: questões possíveis para o currículo escolar. 2. ed. Rio Grande: FURG, 2013. p. 11-16. (Caderno Pedagógico - Anos iniciais).

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. Sexualidade e educação: aproximações necessárias. São Paulo: Arte & Ciência, 2004. 204 p.

SANTOS, Amarildo Inácio dos. A nova Base Nacional Comum Curricular: uma análise da exclusão dos termos gênero e orientação

sexual à luz de Michel Foucault. In: COLÓQUIO NACIONAL MICHEL FOUCAULT: A ARTE NEOLIBERAL DE GOVERNAR E A EDUCAÇÃO, 5., 2017, Uberlândia. **Anais V Colóquio Nacional Michel Foucault**. Uberlândia: EDUFU, 2017. p. 1 - 10.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p.71-99, jul. 1995. Semestral. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>>. Acesso em: 30 ago. 2017.

SILVA, Carmen Silvia Bissolli da. **Curso de Pedagogia no Brasil: História e Identidade**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2003. 105 p. (Coleção Polêmicas do nosso tempo).

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 54, p.281-300, dez. 2007. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-01882007000200015>. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v27n54/a15v2754.pdf>>. Acesso em: 04 out. 2017.

SUPLICY, Marta. **Conversando sobre sexo**. 3. ed. São Paulo: Círculo do Livro S/A, 1987.

\_\_\_\_\_. Educação e orientação sexual. In: RIBEIRO, Marcos (Org.). **Educação Sexual: Novas Ideias, Novas Conquistas**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993. p. 21-36.

TORRES, Marco Antonio. **A diversidade sexual na educação e os direitos de cidadania LGBT na Escola**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. 72p. (Coleções Cadernos da Diversidade).

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA (UDESC). Resolução nº 018/93, de 28 de julho de 1993a. Deixa de ser obrigatória a oferta das Disciplinas EPB I e II nos cursos oferecidos pela UDESC. **Resolução 018/93 - CONSEPE**. Florianópolis, SC, Disponível em: <<http://www.secon.udesc.br/consepe/resol/1993/018-93-cpe.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2017.

\_\_\_\_\_. Processo nº 454/93, de 02 de julho de 1993 e 28 de setembro de 1993. **Pequena Alteração Curricular dos Cursos de Pedagogia, Biblioteconomia, História e Geografia**. Florianópolis, SC, 22 out. 1993b.

\_\_\_\_\_. Centro de Ciências Humanas e da Educação. Núcleo Docente Estruturante do Curso de Pedagogia (Org.). **Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia**. Florianópolis: UDESC, 2010. 80 p. Disponível em: <[http://www.faed.udesc.br/arquivos/id\\_submenu/495/ppp\\_\\_pedagogia\\_2011.pdf](http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/495/ppp__pedagogia_2011.pdf)>. Acesso em: 20 maio 2017.

\_\_\_\_\_. **Processo de Reconhecimento do Curso de Pedagogia junto ao Conselho Estadual de Educação - 2012**. Florianópolis: UDESC, 2012a. 28 p. Disponível em: <<http://www.faed.udesc.br/?id=505>>. Acesso em: 20 maio 2017.

\_\_\_\_\_. **PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL – PDI 2011 – 2016**: Edição atualizada em 2012. Florianópolis: UDESC, 2012b. 195 p. Disponível em: <[http://www.esag.udesc.br/arquivos/id\\_submenu/558/pdi\\_2011\\_2016.pdf](http://www.esag.udesc.br/arquivos/id_submenu/558/pdi_2011_2016.pdf)>. Acesso em: 30 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. Carolina Hommerding; Christiane Dalla Costa. Centro de Ciências Humanas e da Educação | FAED (Ed.). **Relatório de Gestão FAED**. Florianópolis: UDESC, 2015. 111 p. Disponível em: <[http://www.faed.udesc.br/arquivos/id\\_submenu/962/relatorio\\_de\\_gestao\\_2015.pdf](http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/962/relatorio_de_gestao_2015.pdf)>. Acesso em: 25 maio 2017.

VASCONCELOS, Naumi. **Os Dogmatismos Sexuais**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.

VITIELLO, Nelson. A educação sexual necessária. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p.15-28, jan-jun. 1995. Semestral. Disponível em: <<https://www.scribd.com/document/34675284/REVISTA-BRASILEIRA-DE-SEXUALIDADE-HUMANA-6-1>>. Acesso em: 30 ago. 2017.

VIVIANI, Luciana Maria. Formação de professoras e Escolas Normais paulistas: um estudo da disciplina Biologia Educacional. **Educação e**

**Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p.201-213, ago. 2005. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1517-97022005000200004>. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n2/a04v31n2.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2016.

WEREBE, Maria José Garcia. **A educação sexual na escola**. Lisboa: Moraes Editores, 1977.

\_\_\_\_\_. **Sexualidade, Política e Educação**. Campinas: Autores Associados, 1998. 218 p.

WERLE, Flavia Obino Corrêa. História das instituições escolares: de que se fala. In: LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. **Fontes, História e Historiografia da Educação**. Campinas: Autores Associados, 2004. Cap. 2. p. 13-35. (Coleção Memória da Educação Brasileira).



## ANEXO A - Currículo aprovado pela Resolução 016/85 - CONSEPE

Currículo aprovado pela Resolução 016/85 - CONSEPE7a. FASE

Didática da Língua Portuguesa	04
Didática de Ciências	04
Didática de Estudos Sociais	03
Alfabetização	02
Educação Artística I	03
Dificuldades de Aprendizagem I	20

Currículo Proposto7a. FASE

Didática da Língua Portuguesa I	02
Didática de Ciências	04
Didática de Matemática I	03
Didática de Estudos Sociais	04
Alfabetização I	03
Educação Artística I	02
Psicologia do Desenvolvimento Infantil I	02
Prática de Ensino I	02
	22

8a. FASE

Didática de Ciências	02
Educação Artística II	04
Dificuldades de Aprendizagem II	03
Prática de Ensino	09
Optativas	02
	20

8a. FASE

Didática da Língua Portuguesa II	03
Didática de Matemática II	02
Alfabetização II	02
Educação Artística II	03
Psicologia do Desenvolvimento Infantil II	02
Currículo e Ensino por Atividades	03
Planejamento e Avaliação para as Séries Iniciais	03
Optativa	02
Prática de Ensino II	08
	28

DISCIPLINAS OPTATIVAS

Arte na Educação	03
Dinâmica de Grupo na Educação	03
Pesquisa em Educação	06
Economia da Educação	06
Prática na Escola de 1º Grau	05
Educação de Adultos	05
Alfabetização	05
Horticultura	02
Ecologia	02
Orientação Ocupacional	02
Educação Religiosa	02

OPTATIVAS

Leitura e Literatura Infantil	03
Educação e Trabalho	03
Recursos de Ensino	06
Psicomotricidade	06
Dificuldade de Aprendizagem	05
Educação Religiosa	05
- Educação Sexual	02



## ANEXO B - Processo Nº 454/93 (p.1)

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO - FAED  
CURSO DE PEDAGOGIA

PROCESSO Nº 454/93

**OBJETO: Pequena alteração curricular dos Cursos de Pedagogia, Biblioteconomia, História e Geografia.**

### JUSTIFICATIVA:

Em consonância com o que estabelece o Poder Legislativo Federal, em Lei nº 8.663, de 14.06.93, a Resolução nº 018/93/CONSEPE, especifica que deixa de ser obrigatória a oferta das disciplinas EPB I e II nos cursos oferecidos pela UDESC, a partir do 2º semestre de 1993.

Além disso, a referida Resolução dispõe que a carga horária daquelas disciplinas seja incorporada por outras da área de Ciências Humanas e Sociais, cujo objetivo acerca da informação da realidade brasileira e da formação da cidadania possa se mantido.

Neste contexto, o Colegiado do Curso de Pedagogia, reunido em 02.07.93 e 28.09.93, deu a seguinte configuração:

- EPB I (2 créditos), na 1ª fase, deve ter seu número de créditos incorporados pela disciplina Educação Sexual. (Ver ANEXOS I e II);
- EPB II (2 créditos), na 2ª fase, deve ter seu número de créditos incorporados pela disciplina Alfabetização. (Ver ANEXOS I e II).

Dadas a importância e a necessidade de aprofundamento nas disciplinas Alfabetização e Educação Sexual, já existentes no currículo, a incorporação da carga horária de EPB é oportuna, quando não, necessária para estas disciplinas.

Tal afirmação prende-se, por um lado, ao fato de que a Educação Sexual está sendo gradativamente implantada nas escolas de 1º e 2º graus, por recomendação do MEC e, por outro, também a disciplina Alfabetização, no momento, é objeto de estudos que procuram resgatar através dela a sua verdadeira função de escolarização e formação do cidadão.

Como se pode deduzir, esta pequena alteração curricular viabilizará a necessária complementação relativa à formação do pedagogo. Assim, estas disciplinas, já oferecidas como optativas, passam a ser também obrigatória (Educação Sexual I e Alfabetização I), para todos os alunos. Na habilitação Magistério das Séries Iniciais do 1º Grau, a disciplina Alfabetização continua sendo obrigatória. (Ver ANEXO II).

Há que se considerar, também, as circunstâncias históricas que geraram o Decreto-Lei nº 869, de 12.12.69, tornando obrigatório o ensino de EMC, OSPB e EPB nos diversos graus, modalidades e sistemas de ensino do País. Seu conteúdo doutrinário perde o significado com as conquistas democráticas que marcaram os anos 80 e 90, tanto a nível da sociedade civil em geral, quanto a nível das instituições educacionais em particular.

É oportuno salientar que a participação cada vez mais crítica e engajada tornou-se provavelmente o principal valor na luta pela conquista da cidadania plena. Tal luta, acabou por refletir-se no mundo acadêmico e intelectual através de trabalhos questionadores, que possibilitaram novas abordagens sobre os problemas que assolam o País tanto a nível sócio cultural e econômico, como político. Por este motivo, disciplinas que tragam consigo reflexões sobre tais

## ANEXO B - Processo N° 454/93 (p.2)

### 3.5 - EMENTAS E OBJETIVOS

#### 3.5.1 - EDUCAÇÃO SEXUAL

##### - Objetivos:

- . Enfatizar a sexualidade humana enquanto uma construção histórico-social;
- . Articular sexualidade, desenvolvimento pessoal e interpessoal e estrutura social.
- . Habilitar para a prática da educação sexual.

##### - Ementas:

##### . Educação Sexual I -

História da sexualidade humana. Desenvolvimento sexual. Sexualidade da criança, do adolescente e adulta. Educação sexual na escola. Vivência da sexualidade.

##### . Educação Sexual II (Optativa) -

(Idem, com maior aprofundamento).

#### 3.5.2 - ALFABETIZAÇÃO

- Objetivo: Resgatar a importância da alfabetização e sua função no processo de escolarização e de exercício da cidadania.

##### - Ementas:

. Alfabetização I - Abordagem histórica da alfabetização no contexto educacional brasileiro. Aquisição e desenvolvimento da linguagem. Processos de alfabetização. Alternativas metodológicas. Propostas de trabalho com vistas à interdisciplinaridade.

. Alfabetização II e III (somente para Habilitação em Magistério das Séries Iniciais do 1º Grau) - Avaliação e preparo das crianças para alfabetização. Didática da alfabetização. Os processos da escrita. Os processos da leitura.

##### . Alfabetização IV (Optativa)

(Idem Alfabetização I, com maior aprofundamento).

#### 3.5.3 - EDUCAÇÃO FÍSICA CURRICULAR

##### - Objetivo:

. Valorizar a totalidade da preparação do ser humano, através das relações consigo mesmo, com o outro e com a natureza.

##### - Ementas:

. Educação Física Curricular I - A consciência do corpo. Fundamentos da aptidão física relacionada à saúde. O conhecimento do corpo articulado à totalidade do processo social. Capacidade de movimentos e sentimentos nas ações humanas. Valores ético-políticos do corpo. Estilo de vida e conceito de saúde. Nutrição, peso e exercício físico. "Stress" e fadiga. Atividades práticas.

. Educação Física Curricular II - Autodidaxia em atividade física: princípios básicos do condicionamento. Metodologia, planejamento, prescrição, controle e avaliação da atividade física. Atividades práticas.



## ANEXO B - Processo Nº 454/93 (p.3)



UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA — UDESC

PARECER



Senhora Diretora,

Tendo em vista o que determina a Resolução nº 18/93 - CONSEPE, o Colegiado do Curso de Pedagogia decidiu, em reunião realizada no dia 28.09.93, que a carga horária anteriormente destinada à disciplina EPB, seja preenchida pelas disciplinas:

- Educação Sexual - 2 créditos, na 1ª fase;
- Alfabetização (Introdução) - 2 créditos, na 2ª fase.

As disciplinas acima já constam da grade curricular do Curso de Pedagogia como disciplinas optativas. Porém, tendo em vista a importância de ambas na formação do educador, bem como sua vinculação respectivamente com o Núcleo de Educação Sexual e Núcleo de Apoio Pedagógico, além do atendimento ao Parágrafo Único do Art. 1º da citada Resolução, optou o Colegiado pela obrigatoriedade das mesmas.

Em 28.09.93

Nosso parecer é favorável ao da Relatora com o acréscimo da informação às fls. 13 deste Processo.

João Carlos  
Em 23.09.93

Atos ao prof. Norberto.

João Carlos  
Em 22.10.93

## ANEXO C - Plano de Ensino disciplina Educação Sexual na Infância - 2012 (p.1)



Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC  
Centro de Ciências Humanas e da Educação – FAED



### PLANO DE ENSINO

<b>Departamento</b>	<b>Pedagogia</b>	<b>Ano/Semestre</b>	<b>2012-1</b>
<b>Curso</b>	<b>Pedagogia</b>	<b>Fase</b>	<b>7ª fase</b>
<b>Disciplina</b>	<b>Educação Sexual na Infância</b>	<b>Turno</b>	<b>Noturno</b>
<b>Carga horária</b>	<b>30 horas</b>	<b>Créditos</b>	<b>02</b>
<b>Professora</b>	<b>Amanda M. P. Leite<sup>1</sup></b>	<b>Faltas permitidas</b>	<b>25% (07 aulas)</b>
<b>E-mail:</b> <a href="mailto:amanda.udesc@hotmail.com">amanda.udesc@hotmail.com</a>			

#### 1. EMENTA

Noções básicas de educação sexual como tema transversal nos currículos da Educação Infantil. Família e escola frente à educação sexual. Manifestações da sexualidade infantil e seus reflexos na prática pedagógica. Subsídios para a elaboração de projetos de educação sexual na Educação Infantil.

#### 2. HORÁRIO DAS AULAS

DIA DA SEMANA	HORÁRIO
Quinta-feira	20h50min às 22h30min

#### 3. OBJETIVOS

##### 3.1 OBJETIVO GERAL

Proporcionar às/os futuras/os educadoras/res situações e/ou informações que lhes permitam refletir sobre a inserção e expressão da sexualidade e da Educação Sexual no contexto da escolarização brasileira, encontrando possíveis modos de intervenção e práticas pedagógicas.

##### 3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Compreender a Educação Sexual como campo de conhecimento que possibilita a reflexão sobre o corpo, o gênero e sexualidade(s) na escola, especialmente, na Educação Infantil.  
Entender que o desenvolvimento humano e a sexualidade não são apenas processos biológicos, mas estão intimamente vinculados a fatores sócio-econômicos, políticos e culturais.  
Problematizar a sexualidade e sua expressão no desenvolvimento humano e nos processos educacionais.  
Traçar ações visando à prática pedagógica frente a uma Educação Sexual com crianças na Educação Infantil.

<sup>1</sup> Doutoranda em Educação pela UFSC. Docente do Centro de Ciências Humanas e da Educação - FAED/UDESC Departamento de Pedagogia da Universidade Estadual de Santa Catarina.

## ANEXO C - Plano de Ensino disciplina Educação Sexual na Infância - 2012 (p.2)

2

### 4. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

<b>UNIDADE DE CONCEITUAÇÃO BÁSICA E UZ DO CONTEXTO HISTÓRICO E POLÍTICO</b>
1.1. Educação, Educação Sexual, Sexualidade, Identidades Culturais 1.2. Abordagens contemporâneas sobre Educação Sexual 1.3. A Educação Sexual na Escolarização Brasileira 1.4. Políticas Públicas de Educação dos PCNs e os Temas Transversais
<b>UNIDADE DE INFÂNCIA</b>
2.1. Manifestações da Sexualidade Infantil 2.2. Recursos didáticos voltados ao trabalho de Educação Sexual Infantil
<b>UNIDADE DE EDUCAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA</b>
3.1. A Educação Sexual na Escola - Aulas, Projetos e produções 3.2. Subsídios para a elaboração de projetos de Educação Sexual na Educação Infantil
<b>UNIDADE DE TEMAS AFINS</b>
4.1. IDênero e Idôcência 4.2. Educação Sexual: Relações entre Escola-família 4.3. As novas configurações familiares 4.4. Corpo: matriz da sexualidade e dos prazeres e dores, e rostos e processo pedagógico
<b>5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b>
A disciplina será desenvolvida mediante aulas expositivas dialogadas, leituras orientadas, atividades individuais e em pequenos grupos, seminários, dinâmicas, vídeos e produções textuais e/ou áudio-visuals como vídeo, exposições, entrevistas, confecção de material pedagógico, etc) e uso de mídiologativo.

### 6. CRONOGRAMA DAS AULAS

MÊS	DIA	CH
Fevereiro	16, 23	04
Março	01, 08, 15, 22, 29	10
Abril	05*, 12, 19, 26	08
Maiο	03, 10, 17, 24, 31	08
<b>CARGA HORÁRIA TOTAL=30h</b>		

### 7. AVALIAÇÃO

<p><b>PARTICIPAÇÃO (15%)</b>: Contribuições constantes e qualitativas em todas as atividades propostas em sala e/ou blog;</p> <p><b>FREQÜÊNCIA E PONTUALIDADE (10%)</b>: Entendida como compromisso de construção coletiva individual da aprendizagem. Assim sendo, será considerada a pontualidade dos encontros, bem como a entrega dos trabalhos propostos.</p> <p><b>PRODUÇÕES TEXTUAIS, AUDIOVISUAIS, ETC (30%)</b>: As produções serão orientadas previamente quanto aos procedimentos para sua realização. Poderão ser realizadas individual ou coletivamente.</p> <p>Deverão conter:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>Consistência argumentativa, fundamentação teórica, clareza, coerência, coesão textual.</li> <li>Atendimento às normas da ABNT.</li> <li>Respeito ao prazo de entrega dos trabalhos solicitados (a cada dia de atraso será descontado 0,5 pontos do trabalho em questão).</li> </ol>
---

## ANEXO C - Plano de Ensino disciplina Educação Sexual na Infância - 2012 (p.3)

3

<p><b>SEMINÁRIOS (30%)</b></p> <p>a) Engajamento em todas as etapas de preparação e apresentação;</p> <p>b) Clareza na exposição;</p> <p>c) Utilização didática de recursos audiovisuais e outros;</p> <p>d) Entrega de um texto-síntese com os principais aspectos sobre o tema a ser abordado no ato de apresentação;</p> <p><b>FICHA REGISTRO DE CONHECIMENTOS (10%):</b> As fichas deverão trazer conhecimentos prévios, ou seja, aqueles que se tinha antes do momento da leitura do texto base, bem como os conhecimentos adquiridos posteriormente à leitura, de modo a problematizar aspectos relevantes de cada temática.</p> <p><b>AUTO-AVALIAÇÃO (5%):</b> Realizada ao final de cada unidade.</p>
---

### ATENÇÃO MUITO IMPORTANTE!

Caso seja comprovado que houve plágio na(s) produção(ões) escrita(s) do/a acadêmico/a, o/a mesmo/a sofrerá as sanções previstas no Regimento Geral da UDESC.

### REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

BÁSICO
CAMARGO, Ana Maria Facconli de. <b>Sexualidade(s) na infância(s): Da sexualidade como tema transversal.</b> São Paulo: Moderna: Campinas: SP, 1999.
FURLANI, Imena. <b>Educação Sexual na sala de aula: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças.</b> Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.
LEITE, Amanda M. P. <b>Educação, gênero e sexualidade: entre olhares e problematizações.</b> In: LEITE, Amanda; Mauricio Pereira; ROSA, Rogério Machado (Org.). <b>Módulo 3: educação, escola e violências.</b> Florianópolis: UNVIC-CED-UFSC, 2011.
LOURO, Guacira Lopes. <b>Gênero, Sexualidade e Educação: Uma perspectiva pós-estruturalista.</b> 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 1997.
LOURO, Guacira Lopes. <b>O corpo educado – Pedagogias da sexualidade.</b> Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
MEYER, Dagmar Estermann. <b>Gênero e educação: teoria e política.</b> In: LOURO, G. L., NECKEL, F. F. & GOELLNER, S. V. (Orgs.). <b>Corpo, Gênero e Sexualidade. Um debate contemporâneo na educação.</b> Petrópolis, RJ: Vozes, pp. 09-27, 2003.
NECKEL, Fane Felipe. <b>Erotização dos corpos infantis.</b> In: LOURO, G. L., NECKEL, F. F., GOELLNER, S. V. (Orgs.). <b>Corpo, Gênero e Sexualidade – um debate contemporâneo em educação.</b> Petrópolis, RJ: Vozes, pp. 53-65, 2003.
PCNs. 1997. Brasil. <b>Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais.</b> Brasília: MEC/SEF, 1997.
<i>Obs.: Novas obras poderão ser incluídas de acordo com os diálogos estabelecidos em aula.</i>
COMPLEMENTAR
ARIÈS, Philippe. <b>Historia Social da Criança e da Família.</b> Ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.
CANDIA, Catarina Ma3rassi; BOTELLA, Mercedes Palop; LOPEZOSA, Pilar; Millagón; MORFA, José R. Díaz. <b>Minha Primeira Coleção de Iniciação Sexual Afetiva.</b> São Paulo: Impala Brasil Editores, 2011.

## ANEXO C - Plano de Ensino disciplina Educação Sexual na Infância - 2012 (p.4)

4

<p>1996.</p> <p>FURLANI, Jimena. Educação Sexual: do estereótipo à representação – argumentando a favor da multiplicidade sexual, de gênero e étnico-racial. In: RIBEIRO, Paula Regina Costa (Org.). <b>Gênero Sexualidade e Discutindo práticas educativas</b>. Rio Grande: Editora da FURG, pp.46-58, 2007.</p> <p>FURLANI, Jimena. <b>Mitos e Tabus da Sexualidade Humana – Subsídios ao Trabalho em Educação Sexual</b>. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.</p> <p>LOPES, Cida. <b>Coleção Sexo e Sexualidade</b>. [S. L.]: BrasiLeitura, [2000].</p> <p>POSTMAN, Neil. <b>Desaparecimento da Infância</b>. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.</p> <p>SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). <b>Documentos de Identidade – Uma introdução às teorias do currículo</b>. Belo Horizonte: Autêntica, 2001a.</p>
---

□

INSTRUÇÕES SOBRE O BLOG EDUCAÇÃO SEXUAL NA INFÂNCIA
<p>Uma das ferramentas a serem utilizadas a fim de estabelecer o diálogo entre as temáticas elencadas no item 4 do referido Plano de Ensino, é o <i>blog</i>. Ao longo do semestre, algumas atividades (individuais e coletivas) serão solicitadas. Para tanto, você precisará acessar este espaço para contribuir com a discussão reflexiva bem como para postar as atividades agenciadas. O caminho é bem simples. <b>Click</b> em: <a href="http://udescpedagogia.blogspot.com/">http://udescpedagogia.blogspot.com/</a> e tenha acesso aos arquivos do <i>blog</i>, de reportagens sobre Educação Sexual, Sexualidade e temas afins entre outros atrativos. Como se trata de uma construção coletiva, você deverá participar ativamente construindo também neste espaço com sugestões, postagens, etc.</p> <p><b>Primeiro passo:</b> acesse o <i>blog</i> pelo endereço acima.</p> <p><b>Segundo passo:</b> torne-se um/a seguidor/a para isso você precisará ter uma conta <i>Google</i></p> <p><b>Terceiro passo:</b> para efetuar postagens você precisará fazer o <i>login</i> e partir daí a conta do <i>blog</i>.  <b>Conta:</b> <a href="mailto:udesc.pedagogia@gmail.com">udesc.pedagogia@gmail.com</a> <b>Senha:</b> Udesc2012</p> <p><b>Obs.:</b> Lembre-se de que como você tem o acesso às postagens neste espaço, você precisará tomar cuidado para não alterar (em hipótese alguma) o <i>layout</i> da página, isto estará a cargo da professora coordenadora. Contudo, para postar as atividades você terá liberdade de criar e inovar o <i>blog</i>. Lembre-se ainda de que como se trata de um espaço coletivo, cada postagem deverá ser assinada, seja individual e/ou coletivamente, para que se torne visível a sua participação neste espaço. &gt; Boa navegação!</p>

□

Florianópolis, fevereiro de 2012. Prof<sup>a</sup>. Amanda Leite



## ANEXO D - Plano de Ensino disciplina Educação, Gênero e Sexualidade - 2013 (p.1)



UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO – FAED



### PLANO DE ENSINO

DEPARTAMENTO:	Pedagogia	ANO/SEMESTRE:	2013,2
CURSO:	Pedagogia	FASE:	4ª
DISCIPLINA:	Educação, Gênero e Sexualidade	TURNO:	noturno
CARGA HORÁRIA:	72	CRÉDITOS:	4
PROFESSOR(A):	Profª Dª Sonia Maria Martins de Melo Bolsista FAPESC-PPGE Elizane de Andrade		

#### 1 EMENTA

A sexualidade como construção histórica, social, cultural, política e discursiva. Abordagens contemporâneas para Educação Sexual, Estudos de gênero e educação: história, conceitos e movimentos políticos, Escolarização brasileira e a educação para sexualidade e para equidade de gênero. Recursos didático-metodológicos ao trabalho de Educação Sexual na Educação Infantil e Ensino Fundamental. Interfaces entre gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial. Preconceito, discriminação, diferença, alteridade, identidades culturais.

#### 2 HORÁRIO DAS AULAS (OPCIONAL)

DIAS DA SEMANA	HORÁRIO	CRÉDITOS
Segunda-feira	18:10 às 19:00 19:00 às 19:50	4
Quinta-feira	18:10 às 19:00 19:00 às 19:50	

#### 3 OBJETIVOS

##### 3.1 OBJETIVO GERAL

Oportunizar aos/as acadêmicos/as espaços para reflexões e debates críticos sobre a temática educação, gênero e sexualidade, na perspectiva de construção de propostas intencionais de educação sexual emancipatória em organizações educativas formais e não formais.

##### 3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

3.2.1. Desvendar a sexualidade como uma construção sócio-histórico cultural, buscando desconstruir preconceitos e mitos hoje existentes.  
3.2.2. Rever, sinteticamente, os paradigmas subjacentes às várias abordagens de educação sexual através da história e seus reflexos nos cotidianos das sociedades, com destaque para a escolarização brasileira e a educação para sexualidade e para equidade de gênero, prevenindo contra preconceitos e discriminação, no respeito a alteridade e as identidades culturais.  
3.2.3. Desvendar as abordagens pedagógicas da educação sexual no Brasil, nelas inseridos os estudos de gênero e educação (sua história, seus conceitos e movimentos políticos) bem como destacar as interfaces entre gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial.  
3.2.4. Refletir criticamente sobre o processo de educação sexual existente nos espaços educativos formais e não formais como subsídio à construção de uma proposta emancipatória, com exercícios de recursos didático-metodológicos para um trabalho de Educação Sexual na Educação Infantil e Ensino Fundamental.

#### 4 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Sexualidade como construção histórica, social, cultural, política e discursiva.  
Paradigmas subjacentes às várias abordagens de educação sexual através da história e seus reflexos nos cotidianos das sociedades, com destaque para a escolarização brasileira, a educação para sexualidade e para a equidade de gênero. Prevenção do preconceito e discriminação, no respeito a alteridade e as identidades culturais.  
Abordagens pedagógicas da educação sexual no Brasil, aí inseridos os estudos de gênero e educação, em sua história, seus conceitos e movimentos políticos, e as interfaces entre gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial.  
Processo de educação sexual existente nos espaços educativos formais e não formais como subsídio à construção de uma proposta emancipatória; recursos didático-metodológicos para um trabalho de Educação Sexual na Educação Infantil e Ensino Fundamental.

#### 5 METODOLOGIA

Aulas expositivas dialogadas, debates sobre textos e filmes, leituras e fichamentos de bibliografia básica, seminários sobre assuntos específicos, trabalhos em grupo, etc. Visitas e/ou participação em eventos ligados à área, seminários com profissionais convidados, Pesquisas individuais e coletivas, Produção de textos escritos. Atividades complementares a distância no ambiente MOODLE (participação voluntária dos discentes).

## ANEXO D - Plano de Ensino disciplina Educação, Gênero e Sexualidade - 2013 (p.2)



UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO – FAED



### 6 CRONOGRAMA DAS AULAS

MÊS	DIAS
Julho	29
Agosto	01,05,08,12,15,19,22,26,29
Setembro	02,05,09,12,16,19,23,26,30
Outubro	3,7,10,14,17,21,24,28,31
Novembro	Seminário com palestras e oficina de produção de plano de trabalho EDUSEX para escola- 7,11,14,21,25,28
Dezembro	Fechamento da disciplina 2,5

**Aulas dos dias 5 e 8 de agosto vivenciadas no Colóquio Paulo Freire e na Semana de Pedagogia, conforme determinação do Colegiado de Curso. Oferecida oficina especial para a turma pelo professor Tito Sena com 4 aulas.**

### 7 AVALIAÇÃO

- Buscando vivenciar a avaliação como processo formativo considerar-se-á, para efeitos de avaliação:
- A qualidade da relação grupal em classe, com estímulo à vivência das competências próprias do perfil de uma pedagogo/a na perspectiva emancipatória;
  - O crescimento e habilitação do indivíduo nas competências necessárias ao desenvolvimento de uma abordagem de Educação Sexual Emancipatória
  - A participação efetiva em todas as atividades propostas, através de críticas construtivas, de sugestões, da realização dos trabalhos propostos, etc.
  - A frequência, entendida como compromisso de construção coletiva do saber, bem como o exercício da responsabilidade na pontualidade.
  - A qualidade dos textos escritos pelos alunos, bem como dos demais trabalhos feitos individualmente e/ou coletivamente.
  - Prova individual presencial, para diagnóstico da aprendizagem e correção de rumo, se necessário (**dia 24 de outubro**).
  - Elaboração de um projeto de inserção da temática educação sexual no cotidiano escolar (Grupo de até 4 alunos) (**entregar dia 2 de dezembro**).
  - Auto avaliação escrita (**entregar dia 2 de dezembro**)
  - Conselho de classe grupal final (**dia 5 de dezembro**)
  - A qualquer tempo poderão ser feitas avaliações individuais e ou grupal do processo em andamento para redirecioná-lo, tanto por proposta da professora como dos discentes.
  - Participação em eventos, palestras e ou seminários.

ATIVIDADE	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	PESO
Prova individual presencial	5 questões objetivas-com justificativa (1 ponto cada) e uma dissertativa (5 pontos)	1
Projeto de inserção da temática Educação Sexual no cotidiano escolar (Grupo de até 4 alunos)	Segundo modelo exposto no caderno pedagógico Educação sexual: interfaces curriculares.	2
Auto-avaliação escrita	A partir do plano de ensino, registrar seus avanços, limites e possibilidades-idem para o grupo	1
Avaliação pela professora sobre a trajetória individual do/a acadêmico/a no semestre, na disciplina, em todas as atividades previstas.	Segundo critérios expostos no item 7	1

### 8 BIBLIOGRAFIA

<p>1. BÁSICA            CARVALHO, G.; MELO, S.; MENDES, P.; SANTOS, V. <b>Caderno Pedagógico Educação Sexual: Interfaces curriculares</b>. Florianópolis: UDESC/CEAD, 2012.            FIGUEIRO, M. N. D. <b>Formação de educadores sexuais: adiar não é mais possível</b>. Campinas: Mercado de Letras; EDUEL, Editora da Universidade Estadual de Londrina, 2006.            FURLANI, Jimena (Org.). <b>Educação sexual na escola: equidade de gênero, livre orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças</b>. Florianópolis: UDESC (Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina); SECAD/Ministério da Educação, 2006.            MELO, S. e POCOVI, R. <b>Caderno Pedagógico Educação e Sexualidade</b>. Florianópolis: UDESC/CEAD, 2002.            NUNES, César A.. <b>Desvendando a sexualidade</b>. Campinas: Papirus, 2006.</p>
<p>2. COMPLEMENTAR            Todas as que se fizerem necessárias, a partir do perfil do grupo e do andamento do processo.</p>

## ANEXO E - Plano de Ensino disciplina Educação, Gênero e Sexualidade - 2017 (p.1)



### PLANO DE ENSINO

DEPARTAMENTO:	Pedagogia	ANO/SEMESTRE:	2017,2
CURSO:	Pedagogia	FASE:	4ª
DISCIPLINA:	Educação, Gênero e Sexualidade – sala 104	TURNO:	noturno
CARGA HORÁRIA:	72 hs	CREDITOS:	4
PROFESSOR(A):	<p>Profª Drª Sonia Maria Martins de Melo            Profa Dra Patricia de Oliveira e Silva Pereira Mendes. (durante a licença-prêmio da profa Sonia Melo em outubro e novembro)</p> <p>Participação durante todo o semestre:            Estagiária de docência pelo PPGE Mestranda Aline Warken, bolsista PROMOP.            Monitora voluntária Mestranda Mellany Mattos.</p>		

#### 1 EMENTA

Sexualidade como construção histórica, social, cultural, política e discursiva. Abordagens contemporâneas para Educação Sexual. Estudos de gênero e educação: história, conceitos e movimentos políticos. Escolarização brasileira e a educação para sexualidade e para equidade de gênero. Recursos didático-metodológicos ao trabalho de Educação Sexual na Educação Infantil e Ensino Fundamental. Interfaces entre gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial. Preconceito, discriminação, diferença, alteridade, identidades culturais.

#### 2 HORÁRIO DAS AULAS

DIAS DA SEMANA	HORÁRIO	CREDITOS
Quarta-feira	18:10 às 19:50 horas	2
Quinta-feira	18:10 às 19:50 horas	2

#### 3 OBJETIVOS

##### 3.1 OBJETIVO GERAL

Oportunizar aos/as acadêmicos/as espaços para reflexões e debates críticos sobre a temática educação, gênero e sexualidade, na perspectiva de construção de propostas intencionais de educação sexual emancipatória em organizações educativas formais e não formais.

##### 3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- 3.2.1. Desvendando a sexualidade como uma construção sócio-histórico cultural, buscando desconstruir preconceitos e mitos hoje existentes;
- 3.2.2. Rever, sinteticamente, os paradigmas subjacentes às várias abordagens de educação sexual através da história e seus reflexos nos cotidianos das sociedades, com destaque para a escolarização brasileira e a educação para sexualidade e para equidade de gênero, prevenindo contra preconceitos e discriminação, no respeito a alteridade e as identidades culturais;
- 3.2.3. Desvendando as abordagens pedagógicas da educação sexual no Brasil, nelas inseridos os estudos de gênero e educação (sua história, seus conceitos e movimentos políticos) bem como destacar as interfaces entre gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial;
- 3.2.4. Refletir criticamente sobre o processo de educação sexual existente nos espaços educativos formais e não formais como subsídio à construção de uma proposta emancipatória, com exercícios de recursos didático-metodológicos para um trabalho de Educação Sexual na Educação Infantil e Ensino Fundamental;
- 3.2.5. Contribuir com a disciplina de Estágio Curricular Supervisionado II como eixo de trabalho integrado entre todas as disciplinas do semestre, por meio de suporte teórico sobre a temática da disciplina, subsidiando uma observação participante no Estágio na Educação Infantil, indicando pontos de observação no campo e auxiliando na análise e compreensão de questões pertinentes a Educação, Gênero e Sexualidade que as(os) acadêmicas(os) venham a vivenciar;
- 3.2.6. A partir da ação docente exploratória proposta como eixo integrador para a fase, problematizar o cotidiano escolar concebendo-o como espaço privilegiado para produção de saberes e de práticas pedagógicas, buscando compreender os desafios contemporâneos que dele emergem, sobretudo para a docência na educação infantil.

## ANEXO E - Plano de Ensino disciplina Educação, Gênero e Sexualidade - 2017 (p.2)

### 4 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Sexualidade como construção histórica, social, cultural, política e discursiva. Paradigmas subjacentes às várias abordagens de educação sexual através da história e seus reflexos nos cotidianos das sociedades, com destaque para a escolarização brasileira, a educação para sexualidade e para a equidade de gênero, Prevenção do preconceito e discriminação, no respeito à alteridade e as identidades culturais.

Abordagens pedagógicas da educação sexual no Brasil, aí inseridos os estudos de gênero e educação, em sua história, seus conceitos e movimentos políticos, e as interfaces entre gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial.

Processo de educação sexual existente nos espaços educativos formais e não formais como subsídio à construção de uma proposta emancipatória; recursos didático-metodológicos para um trabalho de Educação Sexual na Educação Infantil e Ensino Fundamental.

### 5 METODOLOGIA

- ✓ Articular com as outras disciplinas da fase, buscando relações e fundamentos comuns que abordem os conceitos básicos da disciplina, ocorrendo, quando possível, momentos conjuntos e exploração de materiais comuns, além participar dos encontros com os outros professores da fase para refletir sobre encaminhamentos durante o semestre e alimentar com materiais o ambiente virtual comum da fase;
- ✓ Disponibilizar filmes, documentários e entrevistas que tratem de temas referentes a Educação, gênero e sexualidade, ilustrando as discussões teóricas e ampliando os conhecimentos acerca de suas aplicações reais;
- ✓ Realizar aulas expositivas dialogadas sobre as unidades apresentadas, bem como estimular debates sobre os textos e filmes específicos, as leituras dirigidas e os resultados de fichamentos de bibliografia básica solicitados;
- ✓ Trabalhar integralmente com disciplina de Estágio Curricular Supervisionado II e demais disciplinas da fase via aprofundamento dos estudos de suporte teórico sobre a temática da disciplina com várias atividades e dinâmicas pedagógicas em sala, subsidiando o processo de observação participante no Estágio na Educação Infantil, indicando pontos de observação no campo e auxiliando na análise e compreensão de questões pertinentes a Educação, Gênero e Sexualidade que as(os) acadêmicas(os) venham a vivenciar;
- ✓ Contribuir com a disciplina de Estágio Curricular Supervisionado II como eixo de trabalho integrado entre todas as disciplinas do semestre, por meio de suporte teórico-pedagógico sobre a temática da disciplina, subsidiando uma observação participante no Estágio na Educação Infantil, indicando pontos de observação no campo e auxiliando na análise e compreensão de questões pertinentes a Educação, Gênero e Sexualidade que as(os) acadêmicas(os) venham a vivenciar; com várias dinâmicas ativas em sala de aula, problematizar o cotidiano escolar, concebendo-o como espaço privilegiado para produção de saberes e de práticas pedagógicas, buscando compreender os desafios contemporâneos que dele emergem, sobretudo para a docência na educação infantil.
- ✓ Apoiar, com orientação pedagógica e espaços nas aulas, em momentos específicos, a preparação de apresentação de trabalho em grupo para fechamento do trabalho integrado de Estágio Supervisionado ao final do semestre.
- ✓ Orientar, quando necessário, estudos complementares de documentos legais, diretrizes nacionais e internacionais, referenciais teóricos clássicos e contemporâneos que tratem de temas pertinentes a Educação, gênero e sexualidade que contribuam com a formação crítica de pedagogos e pedagogas;
- ✓ Proporcionar, via seminário específico em outubro e novembro, palestras com especialistas externos.
- ✓ Estimular permanentemente a participação da turma em eventos sobre as temáticas decorrentes das categorias Educação, gênero e sexualidade;
- ✓ Participar com a turma na Semana de Pedagogia de 18 a 22 de setembro, com a frequência considerada como a das quatro aulas semanais EDUGENSEX e registradas no SIGA, sendo solicitado texto individual comentado sobre no mínimo duas atividades frequentadas, a ser entregue na semana seguinte.
- ✓ Utilizar ambiente virtual de aprendizagem por meio da criação de um Grupo Fechado da turma no facebook para ampliar a comunicação, o estímulo na responsabilidade de pesquisar e disponibilizar documentos, textos e links pertinentes as discussões da disciplina, bem como para registrar orientações sobre realização de atividades a distância etc., também será utilizado o e-mail coletivo da turma para orientações gerais.
- ✓ Disponibilizar e-mail específico das docentes para o envio das produções das(os) acadêmicas(os) para avaliação; uso de metodologias EaD em trabalhos específicos orientados.
- ✓ Orientar na realização de um trabalho de elaboração de um pre-projeto de inserção intencional da temática educação sexual em um espaço educativo, voltado à Educação Infantil ou aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, que explore as dimensões relacionadas à Educação, gênero e sexualidade numa perspectiva emancipatória e aponte o uso de recursos pedagógicos tratados na disciplina.

## ANEXO E - Plano de Ensino disciplina Educação, Gênero e Sexualidade - 2017 (p.3)

### 6 CRONOGRAMA DAS AULAS

MÊS	DIAS
agosto	2,3,9,10,16,17,23,24,30,31
setembro	6,13,14,20,21,24 EAD, 27,28 <b>Atenção: 18 a 22 de setembro Semana da Pedagogia, da qual vamos participar intensamente.</b> Nossas aulas regulares terão as frequências (4 aulas) consideradas com a participação dos e das discentes em, no mínimo, duas atividades da Semana, que deverão ser registradas e comentadas num texto individual único a ser entregue à professora no dia 25 de agosto.
outubro	4,5,11,18, 19,22 EAD,25, 26
novembro	1,8,9,16,22,23,29,30
dezembro	6,7
<b>Total geral: 36 dias com 2 horas-aulas cada, num total de 72 horas-aula (4 créditos)</b>	
<b>Atenção</b>	<p><b>1. Durante todo o semestre a disciplina estará integrada às atividades de Estágio, seguindo planejamento que será entregue e explicado em sala de aula. Datas de ida à campo, devido as possibilidades das escolas escolhidas, serão inclusive possíveis de ocorrerem em horários das aulas EDUGENSEX, com aviso prévio à turma.As tarefas previstas no planejamento integrado farão parte da etapa 4 de avaliação constante desse plano.</b></p> <p><b>2. Datas importantes</b>  <b>Dia 11 de dezembro : último dia para inclusão das frequências, avaliações e médias semestrais, pelos professores, no Sistema Acadêmico</b>  <b>Dias 11 a 15 de dezembro - período de exames finais.</b>  <b>Dia 18 de dezembro: último dia para inclusão das avaliações dos exames e médias finais pelos professores, no sistema acadêmico e entrega dos diários de classe na Secretaria de Ensino de Graduação.Término do semestre letivo.</b></p>

### 7 AVALIAÇÃO

Buscando vivenciar a avaliação como processo formativo considerar-se-á, para efeitos de avaliação:

- A qualidade da relação grupal em classe, com estímulo à vivência das competências próprias do perfil de uma pedagogo/a na perspectiva emancipatória;
- O crescimento e habilitação do indivíduo nas competências necessárias ao desenvolvimento de uma abordagem de Educação Sexual Emancipatória;
- A participação efetiva em todas as atividades propostas, por meio de críticas construtivas, de sugestões, da realização dos trabalhos propostos, etc.
- A participação em eventos, palestras e ou seminários que forem considerados complementares à disciplina.
- A frequência, entendida como compromisso de construção coletiva do saber, bem como o exercício da responsabilidade na pontualidade.
- A qualidade dos textos escritos pelos alunos, bem como dos demais trabalhos feito individualmente e/ou coletivamente.
- A participação efetiva e comprometida no estágio supervisionado da fase, onde seja demonstrada a observação atenta no campo de estágio dos temas referentes às questões específicas de EDUGENSEX, a ser refletida nos debates e atividades em sala, bem como na apresentação de trabalho final em grupo no seminário conjunto da turma com os professores e professoras da fase que participam do planejamento integrado com Estágio Supervisionado EDI.

## ANEXO E - Plano de Ensino disciplina Educação, Gênero e Sexualidade - 2017 (p.4)

- Prova individual presencial, para diagnóstico da aprendizagem individual e correção de rumo, se necessário ( **dia 21 de setembro** ).
- Elaboração de um pré projeto de inserção da temática educação sexual no cotidiano escolar (grupo de até 4 alunos- **entregar impresso em sala e enviar online para o email da docente e apresentar na turma dia 6 de dezembro**).
- Auto-avaliação escrita (**entregar impressa e enviar online para a docente dia 6 de dezembro** )
- Conselho de classe grupal final e encerramento das aulas (**dia 7 de dezembro** )
- A qualquer tempo poderão ser feitas avaliações individuais e ou grupal do processo em andamento para redirecioná-lo, tanto por proposta da professora como dos discentes.

ATIVIDADE	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	PESO
1.Prova individual presencial (dia 21 de setembro)	Prova composta de 5 questões objetivas-com justificativa da escolha de uma das alternativas de resposta (1 ponto cada) e duas dissertativas (2,5 pontos cada). Espera-se pertinência na resposta objetiva marcada, profundidade da argumentação na justificativa, expressa via síntese que apresente coerência com o que foi estudado, indicado como referencial ou vivenciado. Deve contemplar o que foi solicitado nas orientações da atividade, sendo que nas discursivas deve apresentar exposição clara das ideias, com apoio de fundamentação teórica, apresentando contribuição que demonstre senso crítico.Apresentar correta utilização da norma culta da língua e normalização pela ABNT.	2
2.Pré-projeto de inserção da temática Educação Sexual no cotidiano escolar por grupos de até 4 alunos (entrega dia 6 de dezembro)	Seguir modelo exposto no Caderno Pedagógico Educação sexual: interfaces curriculares, Deve o projeto apresentar originalidade, pertinência, profundidade na argumentação, no poder de síntese, na coerência com o que foi estudado e indicado como referencial, contemplando o que foi solicitado nas orientações da atividade, com exposição clara das ideias buscando sólida fundamentação teórica, apontando a contribuição do projeto para o espaço educativo e demonstrando senso crítico. Será observada a cooperação havida no grupo e o nível de envolvimento dos indivíduos com a atividade. Apresentar o trabalho impresso, com cópia online enviada à docente, demonstrando utilização da norma culta da língua e normalização pela ABNT, com a devida pontualidade na entrega. Nota a ser atribuída: até 10.	4
3.Auto-avaliação escrita ( entrega dia 6 de dezembro)	A partir do plano de ensino, registrar por escrito seus avanços, limites e possibilidades durante o semestre vivido na disciplina, finalizando com a atribuição pelo discente de uma nota até 10 ao final do mesmo.	2
4.Avaliação pelas professoras sobre a trajetória individual do/a acadêmico/a no semestre, na disciplina, em todas as atividades previstas.(fechamento dia 8 de dezembro)	Segundo todos os critérios expostos no item 7 do plano de ensino, mais a nota da apresentação em grupo no encontro final integrado sobre Estágio Supervisionado EDI, além da avaliação do atendimento dos critérios descritos acima nas atividades pontuais, ser-lhe-á atribuída uma nota até 10.	2

### 8 BIBLIOGRAFIA

<p>1. BÁSICA CARVALHO, G., MELO, S.; MENDES, P.; SANTOS, V. <b>Caderno Pedagógico Educação Sexual: Interfaces curriculares</b>. Florianópolis: UDESC/CEAD, 2012.</p> <p>FIGUEIRÓ, M. N. D. <b>Formação de educadores sexuais</b>: adiar não é mais possível. Campinas: Mercado de Letras; EDUEL, Editora da Universidade Estadual de Londrina, 2010.</p> <p>CARVALHO, G.; MELO, S.; MENDES, P.; SANTOS, V. <b>Caderno Pedagógico Educação e Sexualidade</b>. Florianópolis: UDESC/CEAD, 2011.</p> <p>2. COMPLEMENTAR FURLANI, Jimena (Org.). <b>Educação sexual na escola</b>: equidade de gênero, livre orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças. Florianópolis: UDESC (Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina); SECAD/Ministério da Educação, 2008.</p> <p>NUNES, César A. <b>Desvendando a sexualidade</b>. Campinas: Papirus, 2006.</p> <p>3. Todas as demais que se fizerem necessárias, a partir do perfil do grupo e do andamento do processo.</p> <p style="text-align: center;"><b>A seguir, espaço para anotar as leituras que forem sendo realizadas. Se necessário usar o verso da folha.</b></p>
---

## ANEXO F - Plano de Ensino disciplina Biologia Educacional - 2012 (p.1)



Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC  
Centro de Ciências Humanas e da Educação – FAED



### PLANO de ENSINO

DEPARTAMENTO	Ciências Humanas	ANO/SEMESTRE	2012 / 1
CURSO	Pedagogia	FASE	3ª. fase
DISCIPLINA	Biologia Educacional	TURNO	Noturno
CARGA HORÁRIA	60 horas	CRÉDITOS	04
PROFESSORA	Drª. Jimena Furlani	FALTAS possíveis	25% = 15 aulas
MONITORA	-----		

#### 1. EMENTA

Etapas do desenvolvimento bio-psíquico-social-sexual infantil e adolescente. Saúde e qualidade de vida. Fisiologia humana e suas implicações na saúde escolar. Sistemas biológicos de coordenação (nervoso e endócrino). Visão e audição. As drogas na escola. Primeiros socorros. Sexo seguro, sexualidade reprodutiva, DST, HIV e AIDS.

#### 2. HORÁRIO DAS AULAS

DIA	2ª Feira	3ª Feira	4ª Feira	5ª Feira	6ª Feira
HORÁRIO			18:10h às 19:50h		20h às 21:40h
AULAS			02 aulas		02 aulas
LOCAL			FAED sala: 26		FAED sala: 26

#### 3. OBJETIVOS

##### 3.1 OBJETIVO GERAL

Proporcionar as/aos futuras/os educadoras/res situações e/ou informações que lhes permitam refletir sobre as relações que estabelecem entre si, o processo ensino-aprendizagem e fatores de ordem biológica.

##### 3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Compreender que o desenvolvimento e a saúde, não são apenas processos biológicos mas estão intimamente vinculados a fatores sócio-econômicos, políticos e culturais.

Refletir na busca da compreensão e do conhecimento dos fenômenos vitais que se relacionam diretamente com o processo educacional.

#### 4. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

##### 4.1. Aspectos biológico humanos no contexto da Escolarização Brasileira

4.1.1. Maturidade e maturação

4.1.2. Fatores endógenos e exógenos do desenvolvimento humano.

##### 4.2. Etapas do desenvolvimento bio-psíquico-social-sexual humano

4.2.1. Infância, adolescência, fase adulta e terceira idade – conceituação e entendimentos

##### 4.3. Saúde e qualidade de vida

4.3.1. Conceitos e entendimentos - Saúde, doença, qualidade de vida.

4.3.2. Doenças Sociais: interfaces com a Educação, a Escola e a Sociedade.

4.3.3. Polêmicas da Biologia presentes na Escola Contemporânea.

a) Biologia e Meio Ambiente

b) Biologia e Políticas de Identidades = Raciais, Étnicas, Sexuais e de Gênero

## ANEXO F - Plano de Ensino disciplina Biologia Educacional - 2012 (p.2)

2

- c) Biologia e Filosofia = Bioética  
d) Biologia e Religião

### 4.4 - Fisiologia humana e suas implicações na saúde escolar

- 4.4.1. Sistemas Biológicos de Coordenação (Sistema Endócrino e Sistema Nervoso)  
4.4.2. Órgãos dos Sentidos (visão e audição)  
4.4.3. O Desenvolvimento Perceptivo da Criança Escolar = Atividades Educativas para o desenvolvimento da Visão e Audição

### 4.5. Drogas no contexto escolar

- 4.6. Primeiros Socorros - noções básicas para educadoras/res (da prevenção ao atendimento)

### 4.7. Sexo seguro, sexualidade (não)reprodutiva, DST, HIV e AIDS

=====

=

## 5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

- Aulas expositivas dialogadas.  
Trabalhos e/ou seminários em Equipe.  
Leituras orientadas e dirigidas.  
Discussão coletiva de textos previamente indicados.  
Análises e problematização.  
Registro crítico e reflexivo individual de discussões em classe.  
Análise textual de materiais pedagógicos.  
Atividades extra-classe dirigidas e condicionadas ao programa da disciplina.  
Avaliação individual e escrita com posterior correção e discussão em classe.

=====

## 6. CRONOGRAMA das AULAS

MAR	MAR	MAR	MAR	MAR	MAR	ABR	ABR	ABR	ABR	ABR
14	16	21	23	28	30	04	06	11	13	18
4ª f	6ª f	4ª f	6ª f	4ª f	6ª f	4ª f	6ª f	4ª f	6ª f	4ª f
02 aulas	03 aulas	02 aulas	FERIADO	02 aulas	03 aulas	02 aulas	FERIADO	02 aulas	03 aulas	02 aulas

ABR	ABR	ABR	MAI	MAI	MAI	MAI	MAI	MAI	MAI	MAI
20	25	27	02	04	09	11	16	18	23	25
6ª f	4ª f	6ª f	4ª f	6ª f	4ª f	6ª f	4ª f	6ª f	4ª f	6ª f
03 aulas	02 aulas	03 aulas	02 aulas	03 aulas	02 aulas	03 aulas	02 aulas	03 aulas	02 aulas	03 aulas

MAI	JUN	JUN	JUN	JUN	JUN	JUN	JUN	JUN	JUN
30	01	06	08	13	15	20	22	27	29
4ª f	6ª f	4ª f	6ª f	4ª f	6ª f	4ª f	6ª f	4ª f	6ª f
02 aulas	03 aulas	02 aulas	FERIADO	02 aulas	02 aulas	02 aulas	02 aulas	02 aulas	02 aulas

Carga Horária 60 horas competada em 15 de junho de 2012

## 7. AVALIAÇÃO da DISCIPLINA (código no SIGA)

AV1 41+42+43



## ANEXO F - Plano de Ensino disciplina Biologia Educacional - 2012 (p.3)

3

1ª etapa: Escrita, individual, com consulta da matéria ministrada.

2ª etapa: Correção e discussão coletiva em sala de aula.

### AV2 DROGESC

Relatório, individual e escrito da Mesa Redonda.

### AV3 1º SOCOR

Trabalho em Equipe (elaboração, apresentação e discussão coletiva)

### AV4 SEXSEG

1ª etapa: Escrita, individual, com consulta da matéria ministrada.

2ª etapa: Correção e discussão coletiva em sala de aula.

<b>MPD = MÉDIA PARCIAL da DISCIPLINA : <math>\frac{AV1 + AV2 + AV3 + AV4}{4}</math></b>
---

**AV5 PROFA = Avaliação da PROFESSORA:** critérios, ao longo do semestre:

Participação crítica e interesse em sala;

Crescimento pessoal ao longo do semestre (evidente mudança de comportamento no que se refere aos aspectos do conhecimento, da postura profissional, do relacionamento pessoal);

Atitudes de respeito à professora e as/aos demais colegas (saber e ouvir e falar, contribuir para uma ambiente harmônico e cooperativo em classe e nas atividades desenvolvidas);

Responsabilidade com a sua formação profissional (assiduidade, frequência nas aulas, cumprimento das tarefas definidas).

<b>MFD = MÉDIA FINAL da DISCIPLINA = <math>\frac{MPD + AV5 PROFA}{2}</math></b>
---

## 8. REFERENCIAIS BIBLIOGRÁFICAS

BEE, Helen; BOYD, Denise. **A Criança em Desenvolvimento**. 12ª. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

GUYTON, Arthur C. **Fisiologia Humana**. 6ª. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara. 1988.

LEX, Ary. **Biologia Educacional: para uso em escolas normais, institutos de educação e faculdades de educação**. 19ª. Ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1984.

SANTOS, Maria Ângela dos. **Biologia Educacional**. 17ª. Ed. São Paulo: Ática.1999.

SOARES, José Luis. **Dicionário etimológico circunstanciado de Biologia**. São Paulo: Scipione.1993.

SOARES, José Luis. **Programa de Saúde**. São Paulo: Scipione.1994.

THIBODEAU, Gary A.; PATTON, Kevin T. **Estrutura e Funções do Corpo Humano**. Barueri/SP: Manoli, 2002.

Florianópolis, 14 de março de 2012

Profª. Drª. Jimena Furlani (DCH)  
jimena@udesc.br

## ANEXO G - Plano de Ensino disciplina Diversificação e Aprofundamento de Estudos em Famílias, Gênero e Violências - 2016 (p.1)



Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC  
Centro de Ciências Humanas e da Educação – FAED

### PLANO de ENSINO

<b>Departamento</b>	DPED - Pedagogia	<b>Semestre</b>	2016/1
<b>Curso</b>	Pedagogia	<b>Fase</b>	7ª. fase
<b>Disciplina</b>	<b>7DAEPC-Família = Diversificação e Aprofundamento de Estudos em Famílias, Gênero e Violências</b> <b>Seminário II - Aprofundamento Temático</b>	<b>Turno</b>	Noturno
<b>Carga horária</b>	144 horas	<b>Créditos</b>	08
<b>Professora</b>	<b>Profª. Drª. Jimena Furlani</b>	<b>Faltas (25%)</b>	36 aulas

#### 1. EMENTA

Família e sexualidade. Relações de gênero e geração. Família, geração e cultura. Estatuto da Criança e do Adolescente. Violências contra crianças e adolescentes. Violências domésticas

##### **Seminário I - Pesquisas Contemporâneas** (03 créd. = 6ª fase).

História social da família. Famílias brasileiras, famílias populares, mudanças nas famílias, novos arranjos familiares. Gênero e violências. Pesquisas recentes sobre família, gênero e violências.

##### **Seminário III - Práticas Pedagógicas** (06 créd. = 8ª fase).

Pesquisa em escolas e outras instituições sociais. Orientação em projetos de pesquisa e/ou intervenção. Elaboração e avaliação de projetos sociais e educacionais. Planejamento e execução de projetos. Estudo de caso, pesquisa etnográfica em educação de crianças e adolescentes.

#### 2. HORÁRIO DAS AULAS

DIA DA SEMANA	HORÁRIO	CRÉDITOS
Quinta-feira	20h às 22:30h	03
Sexta-feira	18:10h às 22:30h	05

#### 3. OBJETIVOS

Apropriar-se de conhecimentos e reflexões, no campo das Ciências Humanas e Sociais, afim de melhor compreender a instituição Escola e suas relações com problemáticas contemporâneas, bem como, perceber, a articulação existente entre os atuais arranjos familiares, os estudos de gênero e as expressões de violência.

##### 3.1. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Discutir, os conceitos e usos dos termos: família, gênero e violência.

Problematizar, no âmbito da sociedade brasileira, as interfaces existentes entre os atuais arranjos familiares, os estudos de gênero e as formas de violências no contexto social, familiar e escolar.

Aprofundar a relação do Seminário anterior (Pesquisas Contemporâneas) com as possibilidades de práticas docentes sobre família, gênero e violências, no âmbito da Educação Básica.

#### 4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Aulas expositivas dialogadas

Trabalhos e/ou seminários em Equipe

Leituras orientadas e dirigidas

Discussão coletiva de textos previamente indicados

## ANEXO G - Plano de Ensino disciplina Diversificação e Aprofundamento de Estudos em Famílias, Gênero e Violências - 2016 (p.2)

02

Análise e problematização de filmes de diferentes linguagens textuais  
 Discussão e debate com Pesquisadoras/es das Temáticas da Disciplina  
 Registro crítico e reflexivo individual das discussões em classe  
 Atividades extra-classe dirigidas e condicionadas ao programa da disciplina

### 5. CONTEÚDOS

#### Unidade I - Família e sexualidade.

**TEXTO 1.1: Educação para as sexualidades, a igualdade de gênero e as diversidades/diferenças na educação das infâncias - questões a problematizar.**

XAVIER FILHA, Constantina. Educação para as sexualidades, a igualdade de gênero e as diversidades/diferenças na educação das infâncias - questões a problematizar. IN: XAVIER FILHA, Constantina (org). **Sexualidades, Gênero e diferenças na educação das infâncias**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2012. pp.17-34.

#### Unidade II - Relações de gênero e geração

**TEXTO 2.2: Idade e Preconceito**

MOTTA, Alda Brito da. Idade e Preconceito. IN: WOLFF, Cristina Scheibe; FÁVERI, Marlene de; RAMOS, Tânia Regina de Oliveira (orgs). **Lecturas em Rede: Gênero e Preconceito**. Florianópolis: Mulheres, 2007, pp.131 - 145.

#### Unidade III - Família, geração e cultura.

**TEXTO 3.3 = Família, Famílias... Representações e Práticas Educativas**

XAVIER FILHA, Constantina. Família, Famílias... Representações e Práticas Educativas. IN: XAVIER FILHA, Constantina (org). **Sexualidades, Gênero e diferenças na educação das infâncias**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2012. pp.313 - 333.

#### Unidade IV - Estatuto da Criança e do Adolescente.

**TEXTO 4.5 = O impacto do ECA nas Práticas Educativas Violentas**

CHIARADIA, Cristiana de França; CHIARADIA Elton Luiz; ÁRDIGÓ, Maria Inês França. O impacto do ECA nas Práticas Educativas Violentas. IN: MIGUEL, Denise Soares; LIMA, Patrícia de Moraes (orgs.). **Violências em (Com) textos: Olhares**. Florianópolis: Editora da UDESC, 2010, pp. 205 - 217.

#### Unidade V - Violências contra crianças e adolescentes.

**TEXTO 5.5 = Violência contra crianças e adolescentes e o papel da escola**

AMORIM, Sandra Maria Francisco ser. Violência contra crianças e adolescentes e o papel da escola. IN: XAVIER FILHA, Constantina (org). **Sexualidades, Gênero e diferenças na educação das infâncias**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2012. pp.167-188.

#### Unidade VI - Violências domésticas.

**TEXTO 6.6 = Violências contra as mulheres**

FELIPE, Jane. Violências contra as mulheres. IN: XAVIER FILHA, Constantina (org). **Sexualidades, Gênero e diferenças na educação das infâncias**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2012. pp.189 - 199.

**TEXTO 6.7 = Violências Domésticas e Silêncio: uma reflexão sobre o papel da escola na gestão do cuidado.**

MIGUEL, Denise Soares. **Violências Domésticas e Silêncio**: uma reflexão sobre o papel da escola na gestão do cuidado. IN: MIGUEL, Denise Soares; LIMA, Patrícia de Moraes (orgs.). **Violências em (Com) textos: Olhares**. Florianópolis: Editora da UDESC, 2010, pp.11 - 26.

### 6. CRONOGRAMA de AULAS

MÊS	DIA das AULAS = QUARTA-FEIRA	
	Início do Semestre = 22 de fevereiro	Término do Semestre = 29 de junho
FEVEREIRO	25, 26	= 08 aulas
MARÇO	03, 04; 10, 11; 17, 18; <del>24-25</del> ; 31	= 27 aulas
ABRIL	01; 07, 08; 14, 15; <del>21, 22</del> ; 28, 29	= 29 aulas
MAIO	05, 06; 12, 13; 19, 20; <del>26-27</del>	= 24 aulas
JUNHO	02, 03; 09, 10; 16, 17; 23, 24; 30	= 35 aulas / 123
=====	144 aulas - 123 aulas →	21 aulas (atividades a distância)

## ANEXO G - Plano de Ensino disciplina Diversificação e Aprofundamento de Estudos em Famílias, Gênero e Violências - 2016 (p.3)

03

### 7. AVALIAÇÃO:

**AVA 1 = % =**

**AVA 2 = % =**

**AVA 3 = % =**

**AVA 4 = % =**

### 8. BIBLIOGRAFIA

ARENDETT, Hannah. **Da violência**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1985. Trad. Maria Cláudia Drummond Trindade.

ARIÉS, P. **História social da infância e da família**. Rio de Janeiro, Zahar, 1988.

FONSECA, Cláudia. História social no estudo da família: uma excursão interdisciplinar. **Boletim informativo e bibliográfico das Ciências Sociais**. São Paulo, Vértice, n. 27, 1o semestre de 1989, p 51-73.

FONSECA, Cláudia Fonseca. **Família, fofoca e honra**: etnografia de relações de gênero e violência em FURLANI, Jimena. **Educação Sexual na Sala de Aula – relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito as diferenças**. 1ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, ISBN:978-85-7526541-3, 2011.

FURLANI, Jimena. Gêneros e Sexualidades - problematizando a educação e os processos de produção de conhecimentos. **Instrumento** (Juiz de Fora), v. 12, p. 45-56, 2010.

FURLANI, Jimena. Representações da mulher e do feminino na mídia impressa brasileira: desconstruindo significados na Educação Sexual. IN: Secretaria de Estado da Educação; Estado do Paraná. Curitiba: SEED; **Cadernos Temáticos da Diversidade**, 2009, ISBN 978-85-85380-8106, pp.131-158.

GOLDENBERG, Miriam. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 8ª ed., Rio de Janeiro, Record, 2004.

HEILBORN, Maria Luiza. **Família e sexualidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

PRIORE, Mary Del (Org.). **História das crianças no Brasil**. 3ª ed. São Paulo, Editora Contexto, 2002.

SCOTT, Joan. Gênero: um conceito útil de análise histórica. **Revista Educação e Sociedade**. Porto Alegre: UFRGS, 1988.

SINGLY, Françoise. **Sociologia das famílias contemporâneas**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2007. grupos populares. Porto Alegre, Ed.UFRGS, 2000.

SOUSA, Ana Maria B. de; VIEIRA, Alexandre ; LIMA, Patrícia de M. (Org.). **Ética e gestão do cuidado**: a infância em contextos de violências. Florianópolis, CED/UFSC/Núcleo Vida e Cuidado, 2006.

XAVIER FILHA, Constantina. Violência sexual contra crianças: ações e omissões nas/das instituições educativas. IN: XAVIER FILHA, Constantina (org). **Sexualidades, Gênero e diferenças na educação das infâncias**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2012. pp.131-165.

Florianópolis, 25 de fevereiro de 2016

**Profª. Drª. Jimena Furlani**

jimena.udesc@gmail.com

(48) 9101 4321

(48) 3237 9127